



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Jo Pedro Barros Klinkerfus

A estética do Proerd: Um ensaio sócio-antropológico

Florianópolis
2026

Jo Pedro Barros Klinkerfus

A estética do Proerd: Um ensaio sócio-anropológico

Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Flavia Medeiros Santos

Florianópolis
2026

Klinkerfus, Jo Pedro Barros

A estética do Proerd : um ensaio sócio-antropológico /
Jo Pedro Barros Klinkerfus ; orientadora, Flavia Medeiros
Santos, 2026.

164 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Polícia Militar de Santa
Catarina. 3. Proerd. 4. Estética. 5. Copaganda. I.
Medeiros Santos, Flavia . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III.
Título.

Jo Pedro Barros Klinkerfus

A estética do Proerd: Um ensaio sócio-antropológico

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 25 de março de 2026

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profa. Flavia Medeiros Santos, Dra.

Orientadora

Prof. Eduardo Vilar Bonaldi, Dr.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Antonio Alberto Brunetta, Dr.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Juliana de Farias Mello e Lima, Dra.
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Florianópolis, 2026

AGRADECIMENTOS

Depois de alguns textos acadêmicos formais publicados, tenho percebido que os agradecimentos são ao mesmo tempo a minha parte favorita e o meu maior inimigo. A perspectiva de demonstrar minha gratidão a todas as pessoas, coletivos e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho e a manutenção de minha tentativa de ter uma carreira acadêmica é algo muito bacana! Mas o trabalho de memória e de me sensibilizar com meu íntimo da gratidão de forma pública é algo delicado e às vezes tão difícil. Sim, sou grata, mas escrever exige coragem.

Para tentar me organizar, começarei pelos aspectos mais práticos e logísticos deste trabalho. Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e suas equipes de manutenção (técnicas, porteiras, zeladoras e todas as outras), o Curso de Graduação em Ciências Sociais e seu corpo discente com quem tenho estudado e trabalhado por alguns anos, o Restaurante Universitário como principal política de permanência a me afetar e à Florianópolis por ter sido minha casa em um momento tão central de minha vida que é o tornar-se adulta.

Talvez principalmente, agradeço à Flavia Medeiros, minha orientadora, amiga, colega e grande inspiração pelo trabalho conjunto não apenas na elaboração deste trabalho, mas em todas as etapas de minha carreira acadêmica e no incentivo e confiança nas ideias mirabolantes de temas, campos e enquadramentos para minhas pesquisas e para minhas formas peculiares de ser antropóloga e cientista social. Agradeço também ao trabalho coletivo dentro do Laboratório Universitário de Políticas, Direitos, Conflitos e Antropologia (LUPA/UFSC) e a todas as minhas amigas e companheiras de trabalho. Destaco especificamente aqui a enorme colaboração de Giovanna Barros desde a concepção desta pesquisa até sua versão final.

Como alguém que tem tentado desde muito nova ser acadêmica, agradeço ao Instituto Nacional de Pesquisa Comparada em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) por ter sido um ambiente de conexões e aprendizados no qual tenho me formado uma pesquisadora e intelectual melhor, mais competente e constantemente desafiada desde minha primeira interação. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) pela minha contínua formação como antropóloga. E na ocasião da feitura,

leitura e avaliação deste trabalho, agradeço ao professor Antonio Alberto Brunetta, ao professor Eduardo Bonaldi e à professora Juliana Farias por terem aceitado compor a banca avaliadora e contribuir para esta minha fase entre o casulo da estudante e a borboleta da cientista social.

Nesta cerimônia final de minha trajetória como estudante de Ciências Sociais que começou lá em 2019, agradeço a minha turma das disciplinas de Metodologias de Ensino das Ciências e Estágio Obrigatório I e II, incluindo o professor Peterson Roberto da Silva, com quem fui jogada no mundo da sala de aula e descobri na formação de estudantes um caminho mágico e penoso. É um privilégio doloroso poder fazer parte da vida de adolescentes em seu processo de formação e por isso agradeço à professora Thereza Viana, minha supervisora no estágio, e a turma de ensino médio com quem aprendi que tudo, absolutamente tudo, na carreira que tenho escolhido seguir é um desafio e ainda assim vale a pena. Nesta reta final, agradeço à professora Anaís Medeiros Passos pela colaboração na elaboração deste trabalho.

Ainda sobre o entrar em sala de aula e tudo que isso implica na transformação de uma cientista social que se torna licenciada e que almeja desenvolver um projeto de humanidades antirracistas e engajadas, agradeço a professora Alexandra Alencar e toda a equipe do programa de ensino, pesquisa e extensão Ebó Epistêmico, com quem organizei eventos, aprendi lendo, ouvindo e vivendo, entrei em escolas, ensinei e fui atravessada por todas as emoções que a vida pode fornecer. O Ebó é lindo e o trabalho com vocês vale a pena. Agradeço a todas as professoras e colegas que contribuíram com a elaboração deste trabalho ao longo de aulas, conversas, bares, almoços, cafês e eventos acadêmicos.

Agradeço todos os dias a minha mãe, Liége Fonseca Barros, meu primeiro e maior exemplo de professora que atuou dentro do campo da história pela maior parte de minha vida e mostrou que há diferença a ser feita numa sala de aula, nos pátios de escola, em meio aos professores e na vida cotidiana de cada criança. Para mim, ser professora é a possibilidade de afetar um tiquinho a vida de pelo menos uma pessoa, como vi minha mãe fazer com muitas e muitas crianças minha vida toda.

É preciso também expressar gratidão à minha família, aquela que esteve comigo do pontapé inicial de minha vida àquela que escolhi e que tenho escolhido nessa caminhada. Minhas avós, minhas tias e minhas primas me foram e continuam a ser grandes guias para os rumos de minha vida. Agradeço aos irreverentes – Ana Carolina, Ana Sheila, Giovana, Jair, Madu e Mariana – por não soltar minha mão ao longo desses anos distantes em que minha

vida se descolou (fisicamente) do inabalável amor que eu sinto por vocês. Agradeço a todo o carinho e família que ganhei em Florianópolis que aqui nomeio com Bruno, Chico, Fabiano, Kouke, Luara, Mel, Natália, Victória e Yasmin. Com o maior carinho e peso no coração eu agradeço inenarravelmente à Adaine, a quem amo muito.

Agradeço a meu companheiro, Bê Junkes Nagel, com quem tenho aprendido que a vida é feita de costuras profundas e cotidianas cuja escolha em manter é um trabalho que eu tenho tido o enorme prazer em fazer. Em tudo que tu és e tem me sido, eu te amo. Eu agradeço o acolhimento, o cuidado, o carinho, a escuta, os desafios e toda a extensão dessa sua grandeza e bondade que tenho experienciado contigo, com seus amigos e sua família.

Não poderia esquecer de agradecer a minha psicóloga, além da equipe do Ambulatório Trans de Florianópolis e demais trabalhadores da saúde no sistema público que possibilitaram que eu chegasse nessa nova linha de chegada não apenas viva e formanda em cientista social, mas também uma travesti feliz e saudável. Agradeço, neste embalo, aos músculos de meu corpo que atrofiaram, à gordura que esvaiu de meu rosto, se moveu de meu tronco e se inflou em minhas ancas, aos nervos que se sensibilizaram em meu busto, aos movimentos microscópicos que mudaram minha face, às transformações químicas que mudaram minha forma de habitar o mundo e a todas as pessoas trans que li, conheci e com quem me relacionei para que eu pudesse estar viva, cientista e presente.

De forma um tanto piegas, agradeço a todas as autoras que li no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, estejam elas citadas ou não, por darem o chão em que escrevo hoje. Destaco principalmente Bárbara Carine, Paul B. Preciado e Susan Sontag, cujas obras foram muito importantes para eu lembrar que amo ler e que reacenderam em mim a paixão pela escrita e o sonho de seguir a vida brincando com as palavras e reorganizando as ideias que sambam na minha cabeça.

Agradeço a mim. Que feio, mas é verdade! Mesmo com todo o amor e suporte que me rodearam a cada passo que tomei ao longo desta trajetória, ainda fui eu quem moveu cada fibra que me pertencia para continuar. Eu que digitei, eu que li, eu que me eletrizei com mais café para aguentar uma aula, eu que não dormi, eu que desisti às vezes para voltar depois, eu que chorei – e ainda mais engoli o choro. Não tenho o maior orgulho pelo texto que segue, mas também não o desprezo como antes o fiz com tanto do que fiz. Por fim, obrigada por ler até aqui

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sócio-antropológico dos documentos de comunicação e publicidade, em formato de vídeo, produzidos pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) acerca do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) no estado de Santa Catarina veiculados e arquivados no canal de *YouTube* oficial da corporação, o PMSC Oficial, entre 2012 e 2025. O Proerd é um dos programas de prevenção da PMSC, trazido para o Brasil em 1992 como uma adaptação do programa estadunidense *Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.)*, o qual leva policiais para escolas de educação básica para que ministrem um curso de prevenção e combate à violência no cotidiano e ao uso de drogas por meio da apresentação dos efeitos de diferentes substâncias lícitas e ilícitas através de materiais didáticos, aulas expositivas, canções e danças. O estudo se baseou em um trabalho de etnografia visual de tela a partir do conteúdo dos vídeos e análise do meio digital em que essas peças publicitárias estavam arquivadas, tomando como base teórica as contribuições sócio-antropológicas dos estudos de segurança pública, representações sociais das instituições de segurança e de estética. O trabalho está dividido em duas partes, uma voltada para a contextualização e enquadramento da pesquisa e uma para a análise dos materiais. Nos primeiros capítulos apresento o Proerd e sua história de implementação no Brasil e no estado de Santa Catarina; defino o enquadramento da pesquisa a partir de um debate acerca das teorias de representação social, simulação e estética e; descrevo os procedimentos metodológicos empregados no trabalho. Nos capítulos finais são tecidos diferentes argumentos a partir do material etnográfico que envolvem análises sobre a centralidade da categoria “família” nos materiais do Proerd; o enquadramento narrativo moral do programa como o “bem” na luta do bem contra o mal; a utilização do mascote do programa, o Leão Daren, como personificação de uma imagem positiva das forças policiais para um público infantil; as qualidades imperialistas, capitalistas e racistas dentro da produção de estética desses documentos e; a categorização do programa e de suas comunicações como formas de tecnologia de produção de propaganda política pró-polícia – formas de *tecnocopaganda*. Nas considerações finais, retomo os debates do trabalho e indico caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas acerca da produção estética das forças de segurança pública.

ABSTRACT

This work is a socio-anthropological study of communication and advertising documents, in video format, produced by the Military Police of Santa Catarina (PMSC) regarding the Educational Program for Resistance to Drugs and Violence (Proerd) in the state of Santa Catarina, broadcast and archived on the corporation's official YouTube channel, PMSC Oficial, between 2012 and 2025. Proerd is one of the PMSC's prevention programs, brought to Brazil in 1992 as an adaptation of the USAmerican program Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.), which takes police officers to basic education schools to teach a course on preventing and combating violence in daily life and drug use through the presentation of the effects of different legal and illegal substances through didactic materials, lectures, songs and dances. The study was based on a visual screen ethnography, analyzing the content of the videos and the digital environment in which these advertisements were archived, drawing on the socio-anthropological contributions of public security studies, social representations of security institutions, and aesthetics. The work is divided into two parts: one focused on contextualizing and framing the research, and the other on analyzing the materials. In the first chapters, I present Proerd and its history of implementation in Brazil and in the state of Santa Catarina; I define the research framework based on a debate about theories of social representation, simulation, and aesthetics; and I describe the methodological procedures employed in the work. In the final chapters, different arguments are woven from the ethnographic material, involving analyses of the centrality of the category "family" in the Proerd materials; the program's moral narrative framing as "good" in the struggle between good and evil; the use of the program's mascot, Daren, the Lion, as a personification of a positive image of the police forces for a child audience; the imperialist, capitalist, and racist qualities within the aesthetic production of these documents; and the categorization of the program and its communications as forms of pro-police propaganda technology – forms of *technocopaganda*. In the final considerations, I revisit the debates of the work and indicate avenues for the development of new research on the aesthetic production of public security forces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Perspectiva do policial-câmera proerdiano ao adentrar o espaço escolar.....	19
Figura 2 - Uma aula do Proerd: encontro da polícia com a escola.....	24
Figura 3 - Evolução da quantidade de estudantes no Proerd em Santa Catarina (1998-2001).....	38
Figura 4 - “Proerd é o programa”.....	49
Figura 5 - Escala da representação e do simulacro, segundo Jean Baudrillard.....	55
Figura 6 - Bandeira “escola, polícia, família” do Proerd.....	86
Figura 7 - Policiais proerdianos formandos com pelúcia do Leão Daren em mãos.....	94
Figura 8 - Banda, Leão Daren e mesa de autoridades centralizados em formatura do Proerd.....	101
Figura 9 - Créditos ao final do vídeo “PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron” (2016).....	104
Figura 10 - O fim do jogo “Escolhas Proerd”.....	119
Figura 11 - Meme com o Leão Daren do Proerd que incentiva a letalidade contra “maconheiro”.....	123
Figura 12 - Leão Daren como resumo de todos os trabalhos da PMSC “Presentes e protegendo”.....	125
Figura 13 - <i>Fursonas</i> institucionais da PMSC e da SSP/SC.....	128
Figura 14 - “Você sabia?”.....	130

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1 - Representações do Leão Daren, mascote do Proerd, no contexto de Santa Catarina.....	25
Prancha 2 - A construção da impressão de historicidade nas fotos em tom de sépia do aniversário de 20 anos do Proerd em Santa Catarina.....	43
Prancha 3 - “1 a cada 7 catarinenses fez PROERD”, campanha publicitária de 21 anos do programa.....	44
Prancha 4 - Vídeo Institucional Proerd.....	47
Prancha 5 - “Polícia não dá susto”.....	69
Prancha 6 - “Práticas policiais, meio ambiente e relações multiespécie em Santa Catarina”, um exemplo de prancha.....	78
Prancha 7 - O “Campeão da Vida” no Jornal do Meio-Dia.....	83
Prancha 8 - Programas preventivos da PMSC referentes a 2022.....	89
Prancha 9 - Simplificação do Proerd.....	96
Prancha 10 - Vídeo institucional do Proerd em Brusque/SC: formas de enquadrar o programa e os policiais.....	97
Prancha 11 - O fim do curso do Proerd: a formatura.....	99
Prancha 12 - Simulacro de polícia: policiais dançam no palco.....	102
Prancha 13 - “Canção do Proerd (Lyrics Video)”.....	110
Prancha 14 - Estética de <i>videogame</i> do “Escolhas Proerd”.....	114
Prancha 15 - A aplicação das “Escolhas Proerd” na <i>gameplay</i> do jogo da vida.....	117
Prancha 16 - A proeminência do Leão Daren na cerimônia de formatura do Proerd.....	121
Prancha 17 - Exemplos de <i>furries</i> e <i>fursonas</i> convencionais.....	126
Prancha 18 - Mike, o Cão Patrulheiro: <i>fursona</i> institucional da Polícia Militar Rodoviária (PMRV) de Santa Catarina.....	129
Prancha 19 - O Leão Daren em todo lugar: cidadão, policial e Proerd.....	130
Prancha 20 - O efeito multitudinário da simulação no Leão Daren como espetáculo dos valores policiais.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Plano de ensino da cartilha do Proerd.....	40
Quadro 2 - Vídeos sobre o Proerd publicados no canal PMSC Oficial (2012-2025).....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANT/UFSC - Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BMRS - Brigada Militar do Rio Grande do Sul
- Bope - Batalhão de Operações Policiais Especiais
- BPM - Batalhão de Polícia Militar
- CBMSC - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
- CCS/PMSC - Centro de Comunicação Social da Polícia Militar de Santa Catarina
- CIESAS - Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* [Centro de Pesquisas e Estudos Superiores em Antropologia Social]
- CPMA - Comando de Policiamento Militar Ambiental
- CPMRv - Comando de Polícia Militar Rodoviária
- D.A.R.E. - Drug Abuse Resistance Education* [Educação para a Resistência ao Abuso de Drogas]
- DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* [Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais]
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- ETI - Evaluation and Training Institute* [Instituto de Avaliação e Treinamento]
- EUA - Estados Unidos da América
- Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
- INCT-InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos
- LAPD - Los Angeles Police Department* [Departamento de Polícia de Los Angeles]
- LAUSD - Los Angeles Unified School District* [Distrito Escolar Unificado de Los Angeles]
- LUPA - Laboratório Universitário de Política, Direitos, Conflitos e Antropologia
- PIBIC/CNPq - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- PGC - Primeiro Grupo Catarinense
- PM3/PMSC - 3ª Divisão do Estado-Maior-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina
- PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMPR - Polícia Militar do Estado do Paraná

PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina

PPGAS/UFSC - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina

PROA - Programa Protetor Ambiental

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

Puma - Programa Unidos pelo Meio Ambiente

RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul

RPM - Região de Polícia Militar

SACS/UFSC - Semana Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina

SED/SC - Secretaria do Estado de Educação de Santa Catarina

SES/SC - Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina

Setur/SC - Secretaria de Estado de Turismo de Santa Catarina

SMART - *Self-Management and Resistance Training* [Treinamento em Autogestão e Resistência]

SSP/SC - Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina

TKV - Técnica Klauss-Vianna

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
Ciências sociais entre o universo policial e a escola.....	22
Um percurso entre autoridades e representações.....	27
PARTE 1: “PROERD É O PROGRAMA”: ESTÉTICA POLICIAL E DESENHO DE PESQUISA ETNOGRÁFICA ENTRE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO.....	33
1. Do <i>D.A.R.E.</i> ao Proerd em Santa Catarina.....	34
2. Entre representações, simulações e estéticas: a polícia e a escola.....	50
3. Estética policial moderna: figuras policiais a partir da PMSC.....	60
4. <i>Copaganda</i> em vídeo: uma etnografia documental, digital e audiovisual.....	72
PARTE 2: “PROERD É A SOLUÇÃO”: ANÁLISE DOS VÍDEOS DO PROERD NO CANAL DE <i>YOUTUBE</i> PMSC OFICIAL.....	81
5. Escola, polícia, família: os vídeos do Proerd.....	82
6. A luta do bem contra o mal: autorrepresentações morais da polícia.....	107
7. Simulacro imperialista de polícia: o Leão Daren entre o <i>good cop</i> e o <i>bad cop</i> ..	120
8. <i>Tecnocopaganda</i> e racismo: questões que ficam.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	150
Bibliografia.....	150
Sites, jornais e outras fontes escritas.....	161
Filmes, vídeos e <i>videogames</i>	163
Vídeos do canal PMSC Oficial.....	163

“A gente quer continuar vivo para continuar perturbando o Estado.”

Giselle Florentino (fala durante formação, 2025)

“Police-led, zero-tolerance drug education serves as a massive public relations campaign for law enforcement, helping to obscure racist police violence and repression.”

Max Felker-Kantor (2024, online)

“O Brasil é um país estruturalmente racista e, nesse cenário, não há como fugir do racismo na escola. [...] Isso não significa que, como a escola reproduz racismo, não há nada a ser feito. Muito pelo contrário.”

Bárbara Carine (2023, p. 67)

“A escola não é apenas o aparelho institucional de inculcação da violência simbólica, apesar de se esforçar muito para ser isso.”

Osmundo Pinho (2016, p. 3)

INTRODUÇÃO

Não se espera que uma foto evoque, mas sim que mostre. Por isso as fotos, ao contrário das imagens feitas à mão, podem servir de provas. Mas provas de quê? [...] Historicamente, os fotógrafos ofereceram sobretudo imagens positivas da atividade guerreira e das alegrias de começar ou continuar uma guerra. Se os governos impusessem sua vontade, a fotografia de guerra, assim como a maior parte da poesia de guerra, faria rufar seus tambores em defesa do sacrifício dos soldados. (Sontag, 2025, p. 42-43)

A *websérie Papa Mike SC*, produzida pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) no ano de 2019, foi um empreendimento do Centro de Comunicação Social (CCS/PMSC) da corporação e tinha como objetivo central reproduzir imagens positivas de seus agentes em ações policiais, visando melhorar as relações entre as forças policiais e a sociedade, assim como aumentar o sentimento de segurança da população catarinense (Klinkerfus, 2025a). Em meio a dezenas de segmento de busca e apreensão, rondas, policiamento em bairros empobrecidos, favelas e regiões denominadas como sendo “do tráfico”, entrevistas com policiais, prisões e trocas de tiro, um segmento pode se destacar para a espectadora que acessava o *reality show* policial catarinense em busca de ação, adrenalina e punições. Em um dos últimos segmentos do sétimo episódio da primeira temporada da *websérie*, situado no município de Tubarão/SC, acompanhamos uma equipe policial dentro de uma escola, interagindo com crianças de uma forma positiva e amigável, em contraste com a maioria das narrativas presentes naqueles vídeos de antagonismo àqueles denominados como “bandidos”.

Esta é uma cena em que o enquadramento dos agentes policiais e como eles interagem com o mundo é diferente daquelas de ação, perigo e violência – descritas como o cotidiano de um policial militar. Acompanhamos em tela – como um coletivo de espectadores que acessam o canal de *YouTube* da PMSC – parte da perspectiva de um policial-câmera¹ com o equipamento no peito, atravessando a rua e se aproximando de um mural colorido com letras garrafais que escrevem o nome do prédio. Na parte inferior da tela lemos a seguinte frase por meio de uma caixa de texto preta com letras brancas: “5º BPM - TUBARÃO”. Ao se aproximar do local, ouvimos uma gritaria de crianças e logo a cena convencional parece

¹ Introduzi a categoria “policial-câmera” em minha dissertação de mestrado a respeito da *websérie Papa Mike SC* (Klinkerfus, 2025a), como forma de descrever e explorar analiticamente os policiais militares que usavam em seu fardamento uma câmera, como agentes ciborgues (Haraway, 2009) que operam com extensões tecnológicas de seus corpos e cargos. A categoria é útil para descrever tanto a experiência vivida de policiais (e pessoas a sua volta) quando usam tecnologias como as câmeras corporais e como isso afeta seu trabalho, assim como serve para descrever os movimentos de câmeras e ações de personagens dentro dos vídeos que são filmados por esses policiais-câmera, como no caso descrito nesta introdução.

diferente de tudo que foi registrado prévia e posteriormente na *websérie*. Seguindo um corte na edição do vídeo, encontramos – sendo “nós” as espectadoras que vemos o vídeo e o policial-câmera com quem dividimos o corpo na experiência de câmera subjetiva² – dentro de uma escola, a parte de dentro daquele muro colorido. No canto inferior esquerdo da tela, sobre uma mancha preta que parece simular uma pincelada de tinta, surge outro texto que situa a cena e a equipe de trabalho: “PROERD” (Figura 1).

Figura 1 - Perspectiva do policial-câmera proerdiano ao adentrar o espaço escolar



Fonte: captura de tela feita pela autora do episódio 01x07 da *websérie Papa Mike SC*, o vídeo “PAPA MIKE SANTA CATARINA | 14° BATALHÃO | 5° BATALHÃO #07” (2019).

O policial-câmera passa pelo parquinho da escola, acena para um menino que grita para ele: “OI, TIO!”, ao que ele responde: “oi, lindão! Tudo bem? Certo?”. Todo o tom da interação é diferente do universo policial de ação, perigo e adrenalina vendido como vida cotidiana da PMSC na *websérie Papa Mike SC*. O policial militar cumprimenta algumas das crianças, nenhuma das quais têm seus rostos borrados³. O vídeo continua, mas agora a câmera

² Diferente das imagens produzidas pela “câmera objetiva” que dão a impressão de um narrador em terceira pessoa que olha a história de um ponto superior e neutro, a “câmera subjetiva” é como denomina-se formas de gravar no campo audiovisual que emulam a experiência física de um personagem ou elemento da história, como um narrador em primeira pessoa.

³ Nos vídeos de operação policial envolvendo confronto direto com “suspeitos”, a equipe de edição da *websérie Papa Mike SC* utilizava de filtros que borravam ou cobriam os rostos daqueles vistos como em oposição à polícia. O mesmo era feito em cenas de policiamento por bairros denominados como “do tráfico”, nos quais moradores em frente às suas casas eram enquadrados pelo filtro da mesma forma que aqueles diretamente acusados de prática ilícitas, em uma forma de construir imagetivamente quais parcelas da população seriam “cidadãos de bem” alinhados com a polícia (pessoas com rosto) e quais seriam relegadas ao descritor de “próximas ao crime” (pessoas sem rosto) (Klinkerfus, 2025a). O borrar o rosto, no contexto da *websérie*, servia

foca em uma menina e vemos que a mesma traja o uniforme escolar, ocupando a cena como uma estudante. O policial-câmera pergunta para ela: “o que que é o Proerd para você?”, ao que ela responde: “o Proerd pra mim é um programa que... ele ajuda a resistência, a dizer não às drogas e vai ajudar nossa adolescência que é a fase que gente mais tem contato, né. Eu acho que é isso.”

Entramos, logo após a interação, em uma sala de aula com decoração temática de páscoa na porta e ouvimos o policial-câmera perguntar em um tom animado: “hoje é dia de...?”, ao que as crianças, já de pé, ao lado de suas carteiras e com as mãos para trás – como em uma formação militar – gritam em resposta: “PROERD!!!”

Torna-se explícito que os policiais ocupam uma posição ímpar de reconhecimento e poder perante a sociedade, ao passo que a escola parece parar e se reorganizar para receber esses agentes, assim como parece haver uma outra visão coletiva desses agentes do Estado uma vez que adentram o espaço da escola e passam a integrar a comunidade escolar, especialmente em seu contato direto com crianças e adolescentes. Essas figuras diferentes da polícia, ora como perpetradores autorizados da violência nas ruas, ora como bastiões da ordem e da moral como educadores sociais nas escolas, aparecem como em uma dualidade de *good cop* e *bad cop* [policial bonzinho e policial malvado] dos filmes e seriados policiais. Os policiais *proerdianos* (Brunetta, 2003) mostram-se como dóceis e gentis, enquanto os policiais das equipes táticas em confronto direto com “bandidos” são agressivos e duros. No contexto do *Papa Mike SC* e do canal PMSC Oficial como um todo, todavia, essa dualidade parece fazer parte de um equilíbrio entre os deveres policiais de prevenção e combate.

O Proerd⁴, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, é uma das formas que a PMSC se faz presente na comunidade escolar com estudantes, gestores, professores, demais trabalhadores do espaço escolar e familiares. Outros exemplos são a Rede de Segurança Escolar, extensão de programas como o Rede de Vizinhos e o Rede Rural, ambos de segurança comunitária; o Transitolândia e o Foca no Trânsito, projetos do Comando de Polícia Militar Rodoviária (CPMRv) de conscientização e prevenção à violência no trânsito com crianças e adolescentes e; o Escola Segura, projeto que coloca policiais militares

como um mecanismo cinematográfico voltado à construção racializada e de classe de “sujeitos criminosos” (Misse, 2010).

⁴ Na bibliografia e nos materiais da própria Polícia Militar de Santa Catarina a sigla do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência aparece tanto como “Proerd”, quanto “PROERD”. Para este trabalho, transcrevo as grafias de cada documento como escritas no original e utilizo “Proerd” em minha própria argumentação.

aposentados como seguranças armados em escolas públicas em resposta direta aos casos de atentados em escolas nos municípios de Saudades/SC em 2021 e Blumenau/SC em 2023 (Medeiros; Barros; Klinkerfus, 2023).

Essas ações são descritas como programas de prevenção e, alinhadas com a produção de comunicação social dentro e fora da *internet*, cumprem um papel de aproximação entre as forças policiais (militares e civis) e a população, pautada na construção de confiança e imagens positivas dos agentes de segurança (Alves; Novaes; Macedo, 2024). Como um paralelo dessas empreitadas da polícia militar com a tradição de funcionamento das forças militares no Brasil, destaco que, de acordo com a cientista política brasileira Anaís Medeiros Passos (2023), ações cívicas desenvolvidas por grupos militares, especialmente aquelas em contextos de formação de jovens, explicitam uma autopercepção militar de ser uma organização que deveria ser espelhada por toda a sociedade em busca de maior estabilidade e desenvolvimento. Ao longo de pesquisas prévias com documentos estatais de caráter comunicacional produzidos pela PMSC, tenho descrito os materiais de comunicação que também explicitam tal autopercepção militar nas policiais como “*copaganda*”, isto é, propaganda política pró-polícia (Klinkerfus, 2024; 2025a).

Em continuidade a essas pesquisas, neste trabalho tomo como objetivo explorar o universo, descrever e analisar os produtos comunicacionais e propagandísticos produzidos pela PMSC sobre o Proerd no estado de Santa Catarina, buscando compreender como as representações sociais (Durkheim, 1989; Pinheiro Filho, 2004) da corporação e das forças policiais em geral se transformam ou se mantêm próximas daquelas previamente estudadas na medida em que a polícia militar adentra o espaço escolar. Partindo da comparação com as formas de autorrepresentação policial produzidas pela PMSC nas formas mais estereis e formais de seu jornal, o PMSC Notícias (Klinkerfus, 2024), e nas formas mais sensacionalistas e intensas de seu *reality show*, o *Papa Mike SC* (Klinkerfus, 2025a), procuro desenhar um primeiro esboço do empreendimento filosófico e sócio-anropológico do que chamo aqui de uma estética policial moderna, tomando como campo suas múltiplas manifestações no estado de Santa Catarina.

Para justificar a escolha do tema, o enquadramento da pergunta no contexto escolar e a particular decisão de olhar para os materiais publicitários do Proerd, ao invés daqueles atrelados a qualquer um dos outros programas desenvolvidos pela corporação, ou até mesmo os documentos oficiais de construção do programa nos âmbitos jurídico e legislativo, é

preciso que voltemos um pouco no tempo e que eu exponha parte do caminho que me trouxe até a presente escrita.

Ciências sociais entre o universo policial e a escola

Ingressei no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2019 com a certeza que me tornaria professora de Sociologia para o ensino médio, assim como as professoras que tinham me inspirado em sala de aula a seguir essa carreira, Karina e Clau. Não se passaram muitos semestres e logo fui confrontada com dois choques que mudariam minha trajetória dentro do curso, ambos no começo do ano de 2020. O primeiro desses choques foi a pandemia de Covid-19 que assolou o Brasil e o mundo e fez com que as aulas da graduação fossem suspensas por tempo indeterminado em abril daquele mesmo ano. A experiência coletiva de choque que tão vorazmente deixou explícito o que seria o antes e o momento pandêmico de crise (Camargo; Motta; Mourão, 2021) roeu nossas noções lineares de tempo em uma espécie de marasmo que não deixava projetar em qualquer tempo exato uma perspectiva de segurança ou saúde contra o vírus (Preciado, 2023).

Foi um período de horror e ansiedade, no qual o isolamento social fez fermentar aflições internas de desesperança para com a licenciatura. Para ser honesta, as desesperanças eram generalizadas e a vida não fazia sentido como um todo. Em um cenário tão desolador e acompanhando os sofrimentos de profissionais da educação básica em meio a incerteza de saúde e a sobrecarga de trabalho, fosse no caso de minha própria mãe no Mato Grosso ou de tantos colegas próximos em Santa Catarina (ver Barros, 2023), eu me perguntava: por que pensar na escola?

Mas um vagalume de propósito apareceu, batendo suas asas trêmulas. No final do ano de 2020 comecei a trabalhar como pesquisadora a partir de uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) com a temática de segurança pública e gestão de mortes no estado de Santa Catarina, sob orientação da professora Flavia Medeiros, do departamento de Antropologia da UFSC. A partir dessa oportunidade, segui carreira como pesquisadora, produzindo trabalhos e publicações dentro das temáticas de segurança pública, violência, mortes e a forma como essas eram narradas (Klinkerfus, 2021; 2022b; 2024). Nessa

trajetória, conclui o bacharel em Ciências Sociais em 2023 e o mestrado em Antropologia Social em 2025, ambos com pesquisas voltadas para um tipo de artefato etnográfico que venho construindo, com o qual tenho trabalhado e que por isso me é muito precioso: documentos estatais de caráter comunicacional veiculados e arquivados em meio digital.

O trabalho etnográfico baseado nas contribuições da antropologia política e da antropologia jurídica, porém voltado para os materiais publicitários produzidos por agentes do Estado, vinha se mostrando particularmente promissor para a compreensão das autorrepresentações sociais produzidas por agentes públicos, neste caso aqueles da segurança pública. Esta forma de se fazer Antropologia vinha de encontro com minha afinidade em estudar mídias e meios digitais para além dos empreendimentos de agentes estatais (Klinkerfus; Mühlemberg, 2024; Dias; Klinkerfus, 2024; Klinkerfus; Durade, 2024). Minha paixão por mídia, cinema e comentários sobre cultura pop vieram de encontro com a necessidade de se produzir conhecimento acerca da segurança pública – e das violências de Estado – no território de Santa Catarina que aparentava ser o “estado ideal” (Leite, 1991).

Entre oportunidades e afinidades, entrou na mistura a necessidade. Ao retornar para a graduação em Ciências Sociais para obter a habilitação de licenciatura – como uma necessidade para o mercado de trabalho em tempos incertos de instabilidade política e econômica que se mantiveram mesmo após o “fim” da pandemia – foi exigido que eu entrasse dentro do universo da educação. Realizei as disciplinas voltadas à educação no ano de 2023 e em 2024 encarei o tão temido Estágio Supervisionado em Ciências Sociais, no qual, ao longo de um ano, acompanhamos uma turma de ensino médio na disciplina de Sociologia. O lugar tão sonhado ao entrar na faculdade se tornara um desafio tremendo. Ao lado de minha dupla de estágio, realizamos uma pesquisa de reconhecimento da realidade escolar do Colégio de Aplicação da UFSC, acompanhamos a forma como uma professora da instituição preparava suas aulas e lecionava, conhecemos os alunos daquele 2º ano de ensino médio e, ao chegar o terceiro trimestre do ano letivo, encaramos nós mesmas a tarefa de dar aulas.

Engajar com discussões de teoria antropológica, teoria sociológica, questões raciais, de gênero e de sexualidade em um trabalho de transposição didática para o ensino médio foi um desafio, mas relativamente fácil frente a tarefa de produção do presente trabalho e da pesquisa que foi realizada para tal. De acordo com as regras internas das Ciências Sociais da UFSC, para a realização da pesquisa e monografia do Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL), as graduandas precisam realizar uma investigação orientada para discussão sobre

educação e/ou realidade escolar. Como fazer caber a continuidade de meu trabalho de pesquisa sobre segurança pública e mídias nessa situação? Como eu acharia o tempo para começar algo do zero em meio a conclusão do mestrado e início do doutorado que ocupavam o lugar de meu “emprego”? Foi aí que o Proerd apareceu como um caminho viável (**Figura 2**).

Figura 2 - Uma aula do Proerd: encontro da polícia com a escola



Fonte: captura de tela feita pela autora do vídeo “PMSC - Proerd Lages” (2016).

Lembro-me que desde pequena sabia o que era o Proerd, pois sua canção era chiclete – gruda na cabeça – e, desde a primeira que vez que a ouvi, não pude desatrelar o nome do programa da melodia engajante e o ritmo de “Proerd é o programa/ Proerd é a solução/ Lutando contra as drogas/ Ensinando a dizer NÃO!”. Eu mesma nunca fiz o curso, ainda que ele existisse quando eu estava no quinto ano do ensino fundamental no estado do Mato Grosso. Os ensinamentos morais acerca do uso de drogas que tive em minha experiência escolar foram oferecidos por um professor de karatê que fazia um trabalho social dentro da escola estadual em que cursei o Ensino Fundamental um. Ele parecia bem alinhado com o Proerd de qualquer forma, sempre instruindo a ficarmos longe das drogas em meio a socos e chutes em uma quadra abandonada de uma escola pública.

Um fator importante para abrir nossa discussão acerca do programa no estado de Santa Catarina é o fato de que, em 2018, foi produzida uma campanha publicitária que afirmava que um em cada sete catarinenses teriam feito o curso (mais de um milhão de pessoas) (PMSC...,

2018). Independentemente da aplicação e eficácia da política pública em outros estados da federação, há de se notar uma autonarrativa do Proerd como parte do cotidiano catarinense. Para além da canção que é invocada na cabeça de grande parte das pessoas no momento em que você diz o nome “Proerd” – fato que pude atestar anedoticamente durante a realização desta pesquisa, pois sempre que citava meu tema alguém começava a cantar –, outro elemento icônico fortemente enraizado na identidade visual do programa é o mascote oficial presente em todo o Brasil e abraçado pela equipe de comunicação da PMSC, o Leão Daren (ou Leão do Proerd) (**Prancha 1**).

Prancha 1 - Representações oficiais do Leão Daren, mascote do Proerd, no contexto de Santa Catarina





Fonte: Capturas de tela feita pela autora de vídeos do Proerd no canal PMSC Oficial, no *YouTube*, e fotografia de estátua no município de Joinville/SC veiculada no portal de notícias PMSC Notícias (Pereira, 2022).

Daren é uma figura que foi importada dos Estados Unidos com os materiais didáticos do *Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.)* [Educação em Resistência ao Abuso de Drogas, em tradução livre], uma réplica literal do mascote do programa educacional norte americano, nomeado *Daren, the Lion*. Com uma canção tema brasileira que ganha características próprias em cada regravação feita ao longo do território brasileiro e um mascote fruto de uma tradição imperialista norte-americana de representação das forças policiais e do combate às drogas, a produção publicitária do Proerd revelava ser a base de um objeto de pesquisa bastante peculiar e frutífero para o tipo de empreendimento sócio-anropológico que tenho buscado construir.

A construção do projeto de pesquisa, então, começou oficialmente com uma busca da história Proerd. O programa é adotado nacionalmente pelas polícias militares, criado em 1992, no Rio de Janeiro, inspirado no programa estadunidense *D.A.R.E.* Segundo a apresentação do programa no *site* da Brigada Militar do Rio Grande do Sul,

Em uma parceria com o Consulado Americano, uma equipe formada por policiais de Los Angeles e San Diego veio ao Rio de Janeiro, possibilitando a habilitação de 29 policiais da PMERJ.

Já em 1993, com a formação de policiais como multiplicadores do programa (chamados de mentores), a PMERJ tornou-se o primeiro Centro de Treinamento D.A.R.E. no país, difundindo o programa por vários Estados brasileiros. (Histórico..., s. d., online)

No estado de Santa Catarina, conforme o *site* oficial da PMSC, o programa foi adaptado no ano de 1998, pelo 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no município de

Itajaí/SC (PROERD, online; Domingues, 2016). Dentro do Proerd são realizados projetos que colocam policiais militares em escolas em uma série de ações que objetivam traçar um diálogo entre polícia, escola e famílias para a prevenção do uso de substâncias ilícitas e da violência (PROERD, online). Durante as atividades do programa, policiais se tornam educadores sociais e, por esta razão, o compreendo como uma ponte entre o universo policial e da segurança pública e o universo escolar (Brunetta, 2003)⁵. Com uma posição ímpar dentro da polícia militar, os agentes proerdianos têm em sua formação temáticas como pedagogia, psicologia infantil e toxicologia, as quais estariam ausentes de “[...] qualquer outra fonte instrucional a respeito do tema, em quaisquer dos cursos de formação, aperfeiçoamento ou revitalização desenvolvidos pela Polícia Militar.” (Tasca, 2010, p. 32). O policial proerdiano atua, desta forma, como um educador social (Freire, 1979) na transposição de conhecimentos apresentados como técnicos.

Um percurso entre autoridades e representações

No desenho do projeto de pesquisa original, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Flavia Medeiros (ANT/UFSC) e desenvolvido junto de outras pesquisas sobre instituições de segurança pública, escolas e administração de conflitos dentro do Laboratório Universitário de Política, Direitos, Conflitos e Antropologia (LUPA) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), olhar para o Proerd envolveria observar e descrever o encontro entre a presença e autoridade dos policiais com aquela de outros agentes públicos, neste caso professores e gestores escolares. Teórico-metodologicamente, a pesquisa partiu de diálogos com diferentes campos: a antropologia política (Das; Poole, 2004; Miranda, 2005; Peirano, 1997; Clastres, 2017; Cesarino, 2014), a antropologia da comunicação (Rial, 2004; Silva, 2010; Calzado, 2015; Calzado; Irisarri, 2022; Rocha *et al*, 2023; Klinkerfus, 2024), os estudos de segurança pública (Miranda, 2014; Medeiros, 2011; 2018) e de educação (Brunetta, 2003; Demenech; Dickel, 2016; Freire, 1979; 2022; Barros, 2023).

⁵ Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, os resultados parciais foram apresentados em dois eventos: no grupo de trabalho (GT) de Antropologia da XXII Semana Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (SACS/UFSC), em Florianópolis/SC, ao lado das pesquisadoras Lorena da Luz Bertoldi (CSO/UFSC), Juliana Pereira Rosá (CSO/UFSC) e Dino Nanque (CSO/UFSC); e no grupo de trabalho “Desigualdades, moralidades e precariedades sociais: perspectivas etnográficas sobre processos de administração institucional de conflitos” do XXII Seminário Internacional do INCT-InEAC, em Niterói/RJ (online), coordenado pelas professoras Flavia Medeiros (UFSC), Gláucia Mouzinho (UFF), Guadalupe Irene Juarez Ortiz (CIESAS), Lenin Pires (UFF) e Lucía Eilbaum (UFF). Aproveito o espaço desta nota para agradecer as comissões organizadoras, as colegas com que dividi os GTs e as professoras coordenadoras por todos os comentários colaboraram para a versão final deste trabalho.

A proposta metodológica, desde o início, se manteve: realizar uma etnografia visual baseada no acompanhamento dos vídeos do programa, aos moldes da etnografia de tela (Rial, 2004; Rocha *et al*, 2023; Oliveira, 2024), de todos os vídeos feitos sobre o Proerd publicados no canal de *YouTube* PMSC Oficial. Mas, no momento inicial, o questionado era como os próprios policiais militares – aqueles à frente e por trás das câmeras – abordavam o tema da autoridade nas escolas. Buscava entender a perspectiva da própria PMSC sobre autoridade policial nas escolas, a partir de como essa corporação comunica esta perspectiva em seus documentos oficiais de divulgação, isto é, em seus documentos de discurso oficial. A antropóloga brasileira Letícia Cesarino (2014) defende que a compreensão de uma política, para a Antropologia, deve ser alcançada a partir de uma pesquisa multissituada que dê conta de abordar: a) as normas (leis, regras); b) as pessoas envolvidas (a “linha de frente”) e; c) os discursos oficiais. Por conta do recorte reduzido da pesquisa de TCL, concentrar-me-ia nos discursos oficiais.

As discussões sobre autoridade policial nas escolas a partir do Proerd se iniciaram nos anos 2000 com a publicação da dissertação do sociólogo e educador brasileiro Antonio Alberto Brunetta (2003). Em seu trabalho, o autor traça discussões sobre autoridade a partir de um aporte teórico que conecta a diferença entre autoritarismo e licenciosidade para o educador brasileiro Paulo Freire (2022), a perspectiva do sociólogo alemão Theodor W. Adorno (1995) sobre o autoritarismo e a possibilidade de uma autoridade democrática em meio às desigualdades do capitalismo, com a ideia de crise da autoridade na filósofa alemã Hannah Arendt (2016) e com a concepção do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (2019) de que a autoridade está atrelada às manifestações de poder e dominação e que, dentro do capitalismo em crise, aproxima-se do autoritarismo como forma de “autodefesa do poder”. Brunetta (2003), então, leva esse enquadramento teórico para análise de suas entrevistas com os policiais militares “*proerdianos*” com quem trabalhou e questiona: como o tema da autoridade aparece nas representações dos policiais militares sobre seu trabalho com as crianças no Proerd?

Outro trabalho que orientou o desenho da pesquisa foi a monografia da antropóloga brasileira Flavia Medeiros (2011) que pesquisara a presença de policiais em um hospital universitário, observando as disputas de autoridade em meio a tomadas de decisões em contextos de atendimento médico de emergência. Esperava poder observar, de alguma maneira, o encontro entre a polícia militar e a escola, possibilitando traçar reflexões acerca da perspectiva dos policiais que adentram esse campo e dos estudantes, professoras e gestores

escolares que recebiam em suas instituições e cotidianos esses agentes da lei. Entretanto, o que encontrei em meu campo foi a impossibilidade de acessar qualquer um desses pontos de vista.

Ao escolher trabalhar com os documentos estatais de caráter comunicacional, cai no precipício da perspectiva institucional, aquilo que Passos (2023) chamou de autopercepção da organização. Os materiais que analiso neste estudo foram produzidos por diversas instituições públicas, por vezes a CCS/PMSC, outras vezes a coordenadoria estadual do Proerd e outras por órgãos superiores, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC). Todos eles trazem uma versão muito próxima das histórias que contam: a versão da história da polícia como um todo, um coletivo homogeneizado e em sincronia. Dentro dessa versão oficial da história do Proerd em Santa Catarina há pouco espaço para as perspectivas introspectivas de policiais individuais – ainda que haja mais do que no caso de conteúdos de ação e policiamento ostensivo – e não existem opiniões contrárias ou choques com as comunidades escolar, sejam eles de autoridade ou de qualquer outra natureza. O enquadramento do discurso oficial nos documentos comunicacionais, mesmo que necessário pelas questões de tempo e familiaridade com as metodologias, e um interesse pessoal, mostrava suas fraquezas e lacunas.

Com o tema específico da autoridade jogado para fora da janela de meu gabinete antropológico, restou-me a questão de sempre que já havia questionado em minha monografia do bacharelado a respeito do portal PMSC Notícias (Klinkerfus, 2024) e em minha dissertação de mestrado a respeito da *websérie Papa Mike SC* (Klinkerfus, 2025a): como os vídeos do Proerd no canal de *YouTube* da PMSC representam o universo policial? Mal sabia eu que o contato com a escola, a referência direta a um plano publicitário estadunidense e materiais de comunicação tão memoráveis e cognoscíveis, como o Leão Daren e a Canção do Proerd, construiriam um campo tão diferente daqueles que encontrei em minhas pesquisas anteriores.

Um dos pontos sensíveis da pesquisa que prefiro abrir logo na introdução é o fato da experiência de etnografar vídeos tão focados em estudantes da educação básica ter me colocado em frente a múltiplos dilemas éticos sobre como fazer pesquisa com/sobre crianças e adolescentes dentro do sistema de educação formal brasileiro. Como descrever e representar esses indivíduos que, mesmo tendo (provavelmente) sua captura de imagem formalmente autorizada por seus responsáveis, ainda eram menores de idade e possivelmente não tinham

meios de questionar sua presença em produtos propagandísticos de tal natureza. A bibliografia sobre questões digitais acessada (Leitão; Gomes, 2017; Miller; Horst; 2021; Delfino, 2021; Nemer, 2022; Cesarino; Walz; Balistieri, 2023) trazia panoramas sobre o que considerar material público e privado e quais seriam formas éticas de explorar ambientes online para a pesquisa antropológica, mas nenhuma deles elaborava suficiente e satisfatoriamente sobre a veiculação de imagens de crianças por terceiros.

Dado o caráter visual desta pesquisa e da grande presença de figuras, fotografias e quadros de vídeo, essas crianças estariam indispensavelmente em todo o material coletado, construído e transposto nas páginas que seguem. Tal sensibilidade para com o uso dessas imagens decorre também da abordagem crítica que tomo ao descrever o caráter proibicionista e, portanto, racista antinegro e capitalista do Proerd (Saad, 2019; Costa; Mendes, 2022; Rodrigues, 2024). Há um peso peculiar em atrelar ao rosto de crianças desavisadas que deveriam ser protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas que têm sido expostas, críticas que cabem aos mecanismos de produção propagandística das forças de segurança pública do Estado. Desta forma, buscarei utilizar o mínimo possível de imagens que foquem nos rostos de crianças e adolescentes, construindo assim um estilo de escrita etnográfica orientado para a utilização de pranchas fotográficas (Bateson; Mead, 1942; Klinkerfus, 2025a) para evidenciar argumentos sobre o universo e seus adultos, mas opto por descrições densas para as representações de crianças e adolescentes em vídeo, preservando assim suas identidades dentro da análise crítica dos documentos.

O trabalho é dividido em duas partes, a primeira que edifica a pesquisa realizada para além das fantasias iniciais acima expostas sobre o que seria etnografar vídeos do Proerd e a segunda que trata da descrição e análise dos dados construídos no percurso. O capítulo 1, **Do D.A.R.E. ao Proerd em Santa Catarina**, explora o contexto de criação e os fundamentos do D.A.R.E. nos EUA nos anos 1980 de Ronald Reagan e guerra às drogas e como esse projeto chega no Brasil, por meio do Rio de Janeiro, e logo ganha força e cresce rapidamente após sua chegada no estado de Santa Catarina. É nesse capítulo que procurarei apresentar o que é o Proerd e o que ele defende.

No capítulo 2, **Entre representações, simulações e estéticas: a polícia e a escola**, abro a arguição sobre o enquadramento teórico que guia as análises amplas do trabalho, a partir de um diálogo entre os sociólogos franceses Émile Durkheim (1989) e Jean Baudrillard (1991) acerca das proximidades, continuidades e divergências das ideias de representação e

simulação, com o contraponto do filósofo espanhol Paul B. Preciado (2023) que defende a ideia de um estudo mais amplo que inclua representações, simulações, sons, cheiros, impressões e imaginações e formas de experienciar o mundo por meio da ideia de estética. No capítulo 3, **Estética policial moderna: figuras policiais a partir da PMSC**, reflito sobre as múltiplas formas de representação das forças policiais dentro dos meios de comunicação da PMSC e na mídia em geral, como forma de argumentar que há uma representação hegemônica do policial como braço armado do Estado autorizado a utilizar da força, possuindo uma estética própria que é criticada por parcela da sociedade que denuncia o uso excessivo da força e que encontra, em produções comunicacionais como as do Proerd, uma contra-contranarrativa, uma tréplica representacional.

O capítulo 4, **Copaganda em vídeo: uma etnografia documental, digital e audiovisual**, fecha a primeira parte do trabalho apresentando a visão crítica das forças policiais e como as condições de produção da pesquisa levaram às escolhas metodológicas de uma etnografia de tela (Rial, 2004) orientada por um trabalho de documentação estatística por evidência concreta (Malinowski, 1984) que possibilitou um panorama de todo o canal de *YouTube* PMSC Oficial e por diálogos com técnicas de pesquisa dos campos de etnografia documental, audiovisual e digital. Os dados da aplicação dessa metodologia são descritos na segunda parte do trabalho, a qual se inicia, no capítulo 5, **Escola, polícia, família: vídeos do Proerd**, com uma apresentação dos tipos de vídeos presentes no arquivo estudado, quais momentos do trabalho do Proerd eles mostram e como o lema “escola, polícia, família” é costurado ao longo de toda a produção comunicacional do programa.

No capítulo 6, **A luta do bem contra o mal: autorrepresentações morais da polícia**, apresento o principal enquadramento moral que posiciona o Proerd e as forças policiais perante as famílias, escola e ao mundo das drogas, isto é, o enquadramento da luta do bem (da polícia) contra o mal (as “drogas” e os “bandidos”), em uma cruzada e defesa da sociedade. Seguindo a construção estética de formas *copagandísticas* de apresentar e imaginar as figuras policiais como polo moral positivo, abre espaço para um argumento ensaístico acerca do principal elemento estético do programa: o Leão Daren. No capítulo 7, **Simulacro imperialista de polícia: o Leão Daren entre o *good cop* e o *bad cop***, dialogo com teorias do marketing de brinquedos, do mundo furry e com críticas marxistas ao imperialismo estadunidense para descrever como a figura do Daren serve aos mecanismos de representação das forças policiais como universalmente boas, seja em suas manifestações de policiamento

ostensivo, agressivo e por vezes letal, seja em suas práticas de policiamento comunitário como educadores sociais que cantam e dançam ao lado de um leão humanóide de pelúcia.

No último capítulo, o capítulo 8, ***Tecnocopaganda e racismo: questões que ficam***, retorno a crítica de programas de prevenção às drogas de tolerância zero centralizados em forças de segurança pública como uma face do racismo antinegro inerente às visões proibicionistas e punitivistas. Argumento que a transposição do *D.A.R.E.* no Brasil em forma de Proerd pode ser vista não apenas como uma questão de simulação imperialista, mas também como uma *tecnocopaganda*: uma produção de propaganda política pró-tecnologia policial, sendo a tecnologia neste caso o próprio programa e suas formas de comunicação de uma polícia que “não dá susto”, mas que poderiam ser outras formas de tecnologias policiais derivadas do Norte Global para o restante o mundo. Os capítulos mais ensaísticos e pouco conclusivos abrem caminho para as **Considerações Finais** do trabalho, nas quais reitero os argumentos e o caminho argumentativo que procurei costurar por meio de uma linha fina e delicada de uma proposta de pesquisa oriunda de necessidades, praticidades e inevitabilidades do fazer ciência no Brasil.

Parte 1

“PROERD É O PROGRAMA”

**ESTÉTICA POLICIAL E DESENHO DE PESQUISA ETNOGRÁFICA ENTRE
SEGURANÇA E EDUCAÇÃO**

Capítulo 1

Do *D.A.R.E.* ao Proerd em Santa Catarina

Nos discursos inventados por estas políticas contrarrevolucionárias, mas também nas palavras da esquerda desencantada, que logo viriam alimentar o novo neoliberalismo autoritário, os anos 1980 foram definidos como o fim de uma revolução falida: o ocaso dos movimentos de emancipação social teria dado lugar a um consenso democrático neoliberal, onde o crescimento econômico substituiria a oposição ideológica. O tempo dos movimentos anticoloniais, antirracistas, feministas e homossexuais, as revoltas de travestis e trans, dos Panteras Negras, de Woodstock e de Stonewall teria dado lugar à era de Reagan e Thatcher. (Preciado, 2023, p. 145)

O encontro entre policiais, educadores, gestores escolares, estudantes, demais trabalhadores e famílias no contexto do Proerd marca também um encontro dos *status* particulares entre a polícia e a escola como instituições sociais reprodutoras de normas sociais estabelecidas (Bourdieu, 2011) que são também desafiadas e transformadas cotidianamente por seus agentes. Acerca das complexidades postas em jogo no encontro intersubjetivo da pesquisadora com o contexto em que estuda – na triangulação das instituições, seus agentes e a antropóloga –, o antropólogo brasileiro Osmundo Pinho (2016, p. 5) reitera que “[...] a historicidade dos contextos define a historicidade dos sujeitos, articulados em multivalentes espaços, não meramente locais ou globais, mas entremeados de escalas distintas de determinação.” O encontro etnográfico desta pesquisa se deu por meio da observação não-participante da antropologia digital e documental (Delfino, 2021; Parreiras; Pavesi, 2024), mas ainda assim esse encontro e o trabalho de descrição e análise etnográfica exigem uma contextualização histórico-social das instituições sobre as quais estudamos para que possamos melhor compreender e descrever de forma densa a atuação e as experiências de seus agentes e os documentos que eles produzem.

Para a reconstrução histórica das políticas de produção de imagem do Proerd, é necessário que comecemos com o contexto de criação do *D.A.R.E.* na década anterior, nos Estados Unidos, assim como a crença do discurso público que embasou a retórica da necessidade de tal programa no contexto brasileiro. Tal argumento base fica explícito no seguinte trecho de um artigo científico do campo da administração pública acerca do Proerd em seus primeiros anos de aplicação no estado de Santa Catarina:

Diante do aumento do consumo de drogas, proibidas ou não, entre crianças e adolescentes em idade escolar e da ineficácia relativa das campanhas preventivas realizadas por órgãos públicos e privados, tornou-se necessário desenvolver um trabalho efetivo e contínuo de prevenção ao uso de drogas, em especial entre os jovens não-usuários. Em decorrência dessa necessidade, surgiu o Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD. (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007, p. 236)

A afirmação das pesquisadoras que desenvolveram sua pesquisa com policiais proerdianos e pais de estudantes no ano de 2005, no município de São José/SC, possivelmente parte da explicação dada pelos próprios policiais, mas a falta de crédito ou fonte para a afirmação torna possível caracterizá-la como uma forma de senso comum impregnado no próprio discurso analítico que busca descrever e compreender científica ou tecnicamente o programa. O mesmo é feito em outras publicações a respeito do tema, as quais tomam a “versão da polícia” como fato dado (ver Tasca, 2010). Assim como a produção discursiva que caracteriza as forças policiais de forma absoluta como necessárias e insubstituíveis – a *copaganda* –, a descrição do Proerd como o resultado de uma necessidade social de antemão e outras informações sobre sua história e funcionamento o enquadram como uma inevitabilidade e um bem social irrevogável. Portanto, proponho voltarmos para a historicidade do programa, das ideias e políticas que o compõem e sua chegada no estado de Santa Catarina.

O *Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.)* foi criado no ano de 1983, no estado da Califórnia, Estados Unidos, em uma parceria de agentes do *Los Angeles Police Department (LAPD)* [Departamento de Polícia de Los Angeles] com a Dra. Ruth Rich, então responsável pelo currículo de saúde do *Los Angeles Unified School District (LAUSD)* [Distrito Escolar Unificado de Los Angeles], a qual propunha um novo caminho para a educação escolar a respeito do uso de drogas, centrada na presença das forças de segurança pública. Rich, a autora do plano de aulas original do programa, foi uma das entusiastas da ideia do currículo do *D.A.R.E.* ser ministrado por policiais fardados, pois, segundo ela, eles seriam “mais críveis” (Hunt-Stone, 2024). A proposta do empreendimento era de

[...] redesenhar um currículo anti-tabaco, o projeto *Self-Management and Resistance Training (SMART)* [Treinamento em Autogestão e Resistência], para torná-lo o projeto *Drug Abuse Resistance Education (DARE)*. Nos primeiros quatro anos do projeto *DARE*, braços dos governos locais, estaduais e federais promoveram o programa como uma ferramenta eficiente nas lutas locais e nacionais contra o abuso de drogas por jovens. Avaliações iniciais do programa, desenvolvidas pelo *Evaluation and Training Institute (ETI)* [Instituto de Avaliação e Treinamento], demonstraram que a habilidade do *DARE* de mudar as atitudes de estudantes, professores, gestores escolares e

país a respeito da tolerância social do uso de drogas por menores, ao passo que melhorou as atitudes para com policiais. Essas avaliações serviram de base para a expansão do *DARE* para todas as escolas do *LAUSD*, seguido de uma expansão a nível nacional. (Stuever, 2024, p. ii, tradução minha, grifos meus)⁶

O contexto que justificava a criação do *D.A.R.E.* e sua vasta expansão seria a crise política e social do aumento da criminalidade em zonas urbanas dos Estados Unidos, acompanhado do aumento do uso de drogas como a cocaína e o crack, criando um inimigo público amplamente aceito – o “*junkie*” [“drogado”] (Preciado, 2023) –, e atrelando o consumo (ou “abuso”, como a terminologia da programa) de substâncias ilícitas aos debates de segurança e violência, tornando assim o campo da segurança pública o polo das políticas de controle e combate do duplo problema das drogas e da violência, ao passo que afastava o debate das áreas da saúde e assistência social (Felker-Kantor, 2022; 2024; Stuever, 2024; Hunt-Stone, 2024).

Outro ponto para entender a aplicação do *D.A.R.E.* é o contexto político, cultural e moral do começo dos anos 1980 nos EUA, com a eleição do presidente republicano Ronald Reagan no ano de 1981, representante de um movimento conservador e que inicia a era de políticas – institucionais e subjetivas – neoliberais orientadas para economia de mercado, diminuição da atuação do Estado em áreas que não a segurança e individualização das relações pessoais. O neoliberalismo, como uma forma de governo orientado para uma mentalidade de mercado e para a ampliação do sistema privado (Andrade, 2019), sucateou e acabou com uma série de serviços públicos estadunidenses e fomentou o avanço da privatização e de sistemas privados, como a diminuição de subsídios à saúde e apoio na expansão do sistema de planos de saúde privados que definem o campo da saúde naquele país até os dias de hoje (Preciado, 2023).

As políticas morais e o enquadramento dos debates sociais voltadas para o indivíduo (condutas individuais, desvios de comportamentos hegemônicos, práticas pontuais), são encapsulados pelo discurso político da então primeira dama Nancy Reagan que, sobre o tema do uso de drogas, afirmava: “just say no!” (Reagan, 1986 *apud* Hunt-Stone, 2024, p. 1482),

⁶ No original: “[...] to redesign an anti-tobacco curriculum, Project Self-Management and Resistance Training (SMART), into Project Drug Abuse Resistance Education (DARE). In the first four years of Project DARE, local, state, and, federal government branches endorsed the program as an efficient tool in the local and national fight against youth drug abuse. Early program evaluations, conducted by the Evaluation and Training Institute (ETI), demonstrated DARE’s ability to change attitudes of students, school faculty, and parents concerning social tolerance of underage drug consumption, while also improving attitudes held toward police officers. These evaluations endorsed the expansion of DARE to all LAUSD schools, followed closely by the program’s nationwide expansion. (Stuever, 2024, p. ii)

ou “apenas diga não!”. As políticas de individualização, ao longo da década de 80, também se deram pela gestão da pandemia de aids, que definiu como unidade mínima das políticas epidemiológicas o corpo orgânico dos sujeitos, os quais eram categorizados biomédica e moralmente de acordo com resultados de exames e “escolhas pessoais” de estilo de vida. A gestão imunológica da aids, de acordo com o filósofo espanhol Paul B. Preciado (2023), foi parte central do processo de subjetivação em massa das populações estadunidenses rumo ao individualismo, a partir da singularização do corpo orgânico como base da gestão necrobiopolítica.

Ao focar no individual para discutir as questões sociais da criminalidade e uso de drogas, as políticas da Era Reagan resultaram em um duplo processo de subjugação das populações usuárias de drogas, que passaram, ao mesmo tempo, por novos processos de patologização – com a criação de novas formas normativas de diagnóstico e tratamentos psiquiátricos regulamentadas pelo *DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders)* [Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais], o qual embasava o sistema de preços para planos de saúde (Preciado, 2023) – e de criminalização – a partir da virada que desloca o debate de drogas da educação e saúde exclusivamente para o campo da segurança, com policiais agindo em ambas as pontas, na prevenção e na repressão.

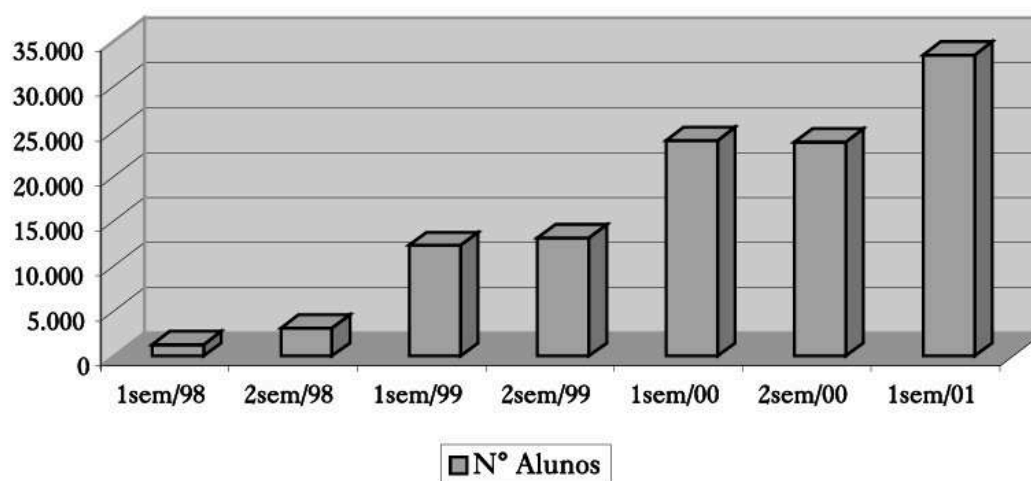
Após sua implementação e aparente sucesso nos governos estadunidenses, o *D.A.R.E.* foi implementado em todos os estados daquele país e exportado para mais de 50 países até meados dos anos 2000. Um desses países foi o Brasil, que recebeu sua versão em 1992, o Proerd, no estado do Rio de Janeiro, por meio de um curso de treinamento para agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) ministrado por agentes do *D.A.R.E.* No ano seguinte, 1993, a primeira turma de policiais proerdianos começava a dar aulas para estudantes do atual quinto ano do ensino fundamental, a partir de um currículo e materiais didáticos adaptados dos EUA (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007).

Para abordar a história do programa no estado de Santa Catarina, recorri à bibliografia produzida sobre, mas também utilizo como fonte as próprias narrativas “históricas” da instituição, por meio dos vídeos do canal de *YouTube* PMSC Oficial e outros documentos estatais de caráter comunicacional. A partir de um diálogo com pesquisadores que abordaram o tema antes de mim sobre o Proerd em Santa Catarina (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007; Tasca, 2010), em outros locais do Brasil (Brunetta, 2003; Pinc; Pröglhöf; Besci, 2016; Bucci Figueiredo, 2017; Lisboa, 2025) e do *D.A.R.E.* nos EUA (Felker-Kantor, 2022; 2024; Stuever,

2024; Hunt-Stone, 2024), mas também com a própria versão da história da polícia, busco identificar quais narrativas acadêmicas endossam e quais divergem da produção de uma memória institucional (Worcman, 2004) das polícias de suas versões da educação antidrogas.

Em Santa Catarina, o programa teve início a partir de um convênio que visava sua aplicação majoritariamente em instituições de ensino privadas. Por meio de uma ação desenvolvida conjuntamente pela PMSC, Secretarias Municipais de Educação, Coordenadorias Regionais de Educação e escolas particulares, o Proerd chegou ao estado no ano de 1998. Sua primeira aplicação ocorreu no município de Itajaí, sob supervisão do 6º BPM e foi a única empreitada do Proerd no estado naquele ano. A adesão ao programa cresceu rapidamente e, em apenas três anos, entre 1998 e 2001, já eram mais de 100 municípios contemplados com ações em escolas públicas e particulares (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007), somando mais de 30 mil estudantes (**Figura 3**).

Figura 3 - Evolução da quantidade de estudantes no Proerd em Santa Catarina (1998-2001)



Fonte: gráfico desenvolvido por Salm, Menegasso e Ribeiro (2007, p. 237) a partir de dados fornecidos pela Polícia Militar de Santa Catarina no ano de 2006.

Alinhado ao seu par político no Norte Global, o Proerd em Santa Catarina seguia uma lógica que centralizava os debates sobre drogas e violência no campo da segurança, deslocamento figurativo da pauta representado pelo deslocamento literal das professoras para o canto da sala de aula no momento em que os policiais proerdianos assumem a função de educadores no curso. Sob a lógica individualista da gestão imunológica e da moralização da escolha individual, os agentes explicam que

A filosofia do Programa está calcada no trabalho de prevenção às drogas em escolas e no desenvolvimento na criança de habilidades que lhe possibilitem manter-se afastada das drogas lícitas e ilícitas. [...] O PROERD pretende constituir-se uma "vacina comportamental" contra as drogas e a violência, abordando o modelo da educação afetiva, do estilo de vida saudável, criando condições para que a criança aprenda a lidar com sua ansiedade e resistir às pressões dos companheiros, elevando sua auto-estima e, ainda, solidificando noções de cidadania. (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007, p. 237-238)

A analogia da “vacina comportamental” explicita o processo de individualização neoliberal inerente ao funcionamento do Proerd/D.A.R.E., pois, assim como a vacina (de forma paralela ao vírus) opera no conjunto de células internas ao corpo como menor denominador, solucionando o problema epidêmico que contamina as populações que importam, o Proerd também imunizaria e controlaria a doença para os corpos que importam. Consolidados em um contexto de gestão imunológica da vida, as políticas de resistência às drogas operam sob a lógica de unidades que importam mais colocadas em oposição às unidades que pouco importam, sejam elas células, corpos, bairros, cidades, países, raças, classes, etc.

Preciado (2023) explica que, no contexto da pandemia de aids, os cinco Hs (haitianos, homossexuais, *hookers* [trabalhadores do sexo], *heroin users* [usuários de heroína, assim como os *junkies* em geral] e hemofílicos) eram aqueles puxados à margem como contaminadores possíveis ou grupos de risco, populações a serem controladas, eliminadas ou segregadas com o objetivo de proteger os grupos sociais que importavam. Em meio a tal epidemia de drogas, esses programas educacionais apareciam como uma “vacina” que reforçaria quais os grupos seriam protegidos como “pessoas do bem” contra um coletivo de “drogados do mal”, explícito pelo discurso policial que caracteriza o Proerd como mais uma peça em sua luta do bem contra o mal.

Nos anos 2000 o estado de Santa Catarina trabalhou na ampliação da atuação do Proerd, sob influência direta das forças policiais dos EUA, as quais continuaram a realizar formações para agentes brasileiros atuarem como *Mentores* do currículo D.A.R.E. em seus territórios, através do curso de “*Mentor Officer*” (policial mentor) (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007). Tal ampliação alcançaria o marco de um milhão de estudantes formados pelo Proerd no ano de 2018 (sob o slogan de “um a cada sete catarinenses fizeram o Proerd”) (PMSC..., 2018), entre as turmas do currículo tradicional do atual quinto ano do ensino fundamental um e turmas do curso adaptado inicial para estudantes mais jovens, do primeiro ano do ensino fundamental um. Aulas para crianças menores focavam na temática da segurança, enquanto o

curso tradicional de resistência às drogas e à violência para alunos de quinto ano contava com aulas mais detalhadas sobre os efeitos no organismo de uma série de substâncias, como explícito no plano de aula do currículo do Proerd (**Quadro 1**). Existem também versões adaptadas do curso para alunos com deficiência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE).

Quadro 1 - Plano de ensino da cartilha do Proerd			
Nº da aula	Tema/conteúdo da aula	Nº da aula	Tema/conteúdo da aula
1	Introdução ao Programa	10	Combatendo a influência dos meios de comunicação na violência e no uso de drogas
2	Compreendendo o funcionamento das drogas que alteram o funcionamento da mente	11	Tomando decisões e assumindo riscos
3	Considerando as consequências	12	Dizendo sim para as alternativas positivas
4	Mudando as idéias sobre o uso de drogas	13	Modelos positivos
5	Maneiras de dizer não	14	Resistindo à violência e à pressão das gangues
6	Formando a auto-estima	15	Resumindo as lições do PROERD
7	Ser seguro - um estilo de resposta	16	Tomando uma decisão
8	Lidando com as tensões, sem usar drogas	17	Formatura do PROERD
9	Reduzindo a violência		

Fonte: desenvolvido pela autora a partir dos dados em Salm, Menegasso e Ribeiro (2007).

Na sua aplicação original no estado, o programa tornou-se realidade graças a um acordo entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/SC) e a Secretaria do Estado de Educação (SED/SC) por meio de um “Protocolo de Intenções” que possibilitou a entrada dos policiais proerdianos nas escolas que acolhessem a iniciativa. A partir desse cartão verde para o acesso às escolas, os policiais mentores realizaram formações com seus pares, cursos de curta duração, de 80 horas/aula nos anos 2000 (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007), o que aparece se manter como a norma, já que o canal da PMSC Oficial possui um vídeo de

formatura em 2021 que caracteriza o processo como sendo de “10 dias” (FORMATURA..., 2021, online). Um vez em sala de aula, os policiais proerdianos ministram a formação com as crianças em 17 semanas e, ao final do processo, acontecem as grandes festas de formatura coletiva com banda, palco, sorteios, premiações e presença da comunidades escolar, famílias, autoridades locais e autoridades da PMSC.

A história do programa é (re)construída também por meio dos documentos e peças publicitárias de memória produzidos pela instituição, como os vídeos de aniversário do Proerd veiculados no canal PMSC Oficial. Destaco aqui as versões da história do Proerd contadas pelo próprio programa, a partir de três peças publicitárias no canal de *YouTube* PMSC Oficial. A primeira delas, o vídeo “PMSC - Proerd 20 Anos” (2018, online), publicado em 16 de março de 2018 traz consigo a seguinte descrição que reitera os processos históricos da bibliografia:

O Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência (Proerd) é o programa que tem como principal objetivo capacitar crianças e adolescentes para resistir à oferta de drogas e prática de violência.

O Programa, que surgiu nos Estados Unidos, ganhou mais de 82 países e chegou em 1992 no Brasil. Em Santa Catarina o Proerd da PMSC já formou mais de 1.342.033 crianças dos 5º anos do ensino fundamental.

É passado um resumo das origens do programa e de sua chegada e aparente sucesso no estado de Santa Catarina. O objetivo do Proerd aparece como a “capacitação”, o desenvolvimento de competências próprias nas estudantes, para que sejam capazes de “resistir à oferta de drogas e prática de violência”, reproduzindo mais uma vez a lógica individualista neoliberal que configura o uso de drogas como um ciclo que se inicia na ação de um indivíduo moralmente ruim que oferece às drogas e que caberia ao jovem aprender a resistir, por meio do conhecimento fornecido pelos instrutores do Proerd. Essa é a operação da lógica do racionalismo iluminista, que correlaciona diretamente o desenvolvimento humano e moral do indivíduo à sua formação racional e lógica (Delfino, 2021). Essa superioridade educacional (ter feito o Proerd) torna-se equivalente à superioridade moral de dizer “não às drogas e à violência”.

O Proerd tem instrutores policiais militares capacitados, que levam informações para crianças de escolas públicas e privadas, sempre com buscando orientar para que eles busquem uma vida mais segura, saudável e responsável. Nesse mês de março, o Proerd completa 20 anos no dia 16 de março, com mais de 800 instrutores capacitados por todo Estado de Santa Catarina.

Em Santa Catarina, o Proerd conta com uma coordenação estadual para distribuição e administração de recursos [...]

Como uma peça oficial do programa, o trecho segue com uma descrição propagandística, que reitera em sua descrição como seus instrutores são “capacitados” e utiliza uma lógica bancária (Freire, 1979; 2022) que caracteriza o trabalho educacional dos policiais proerdianos como “levar informações”. Esse é um dado importante para compreender a forma como o *SMART* se tornou *D.A.R.E.* e chegou no Brasil como Proerd, pois evidencia como não apenas a lógica individualista do neoliberalismo e do racionalismo iluminista constroem o processo de ensino-aprendizagem, mas também a posição social dos policiais como agentes moralmente superiores. Agentes estes que, por meio do curso de mentoria e da formação proerdiana, passam a ser também intelectualmente superiores e capazes de combinar a autoridade da farda com a autoridade do conhecimento para se apresentarem como detentores da verdade mais “crível” – como colocara a idealizadora do programa, Ruth Rich.

Um pouco dessas histórias podemos ver pelo olhar de nossos instrutores no vídeo a seguir, que foi produzido pelo Centro de Comunicação Social da PMSC (CCS) e teve ajuda do narrador [...], de 11 anos, ex-aluno Proerd e atual aluno do Colégio Militar.

O vídeo traz uma narração em voz infantil e uma música inspiradora que seguem por montagens de fotografias e entrevistas que utilizam muito do efeito de câmera lenta. O produto é uma comemoração dos 20 anos do programa no estado de Santa Catarina. Um empreendimento do CCS/PMSC, o documento audiovisual começa com uma edição em fotos que as fazem parecer antigas, em tons de sépia, como vemos na *thumbnail* editada e nas imagens subsequentes (**Prancha 2**). A edição das fotos remetem a ideia de documentos antigos, tornando a experiência audiovisual semelhante ao processo de abrir uma caixa de fotos antigas de família com valor sentimental e histórico, e a música corrobora essa experiência.

Prancha 2 - A construção da impressão de historicidade nas fotos em tom de sépia do aniversário de 20 anos do Proerd em Santa Catarina



Fonte: *thumbnail* e quadros extraídos pela autora do vídeo “PMSC - Proerd 20 Anos” (2018, online).

No ano seguinte, para o aniversário de 21 anos do programa no estado, outro vídeo foi lançado sob o título de “PMSC - Proerd 21 Anos” (2019), mas desta vez a descrição foi utilizada apenas para indicar a data comemorativa. O vídeo curto de 59 segundos apresenta um padrão e argumento simples: expressar o dado de que a cada sete catarinenses, um fez Proerd.

O vídeo começa com a logo do Proerd, segue mostrando um mapa de Santa Catarina com a informação “7.001.161 Habitantes SC” e passa para um conceito, sem palavras faladas, voltado para a ideia de que um a cada sete catarinenses fizeram as aulas do programa. Primeiro, a edição destaca uma cena, com uma rua movimentada e setas saltando das cabeças de pessoas indicando “fez Proerd”. Em seguida, dentro de uma escola, as pessoas sinalizam com as mãos os números de um a sete, sendo a sétima pessoa aquela que representa o Proerd, na primeira vez sendo uma mulher com a camiseta preta e escrita vermelha e da segunda vez o próprio Leão Daren. Por fim, a mesma dinâmica é feita em uma formatura, na qual o número sete é um policial militar fardado. O vídeo acaba com a logo especial dos 21 anos do programa, a qual traz consigo o lema: “1 a cada 7 catarinenses fez PROERD”. Essa logo comemorativa é usada como *thumbnail* do vídeo. Segue abaixo as dinâmicas imagéticas do *storytelling* no vídeo (**Prancha 3**):

Prancha 3 - “1 a cada 7 catarinenses fez PROERD”, campanha publicitária de 21 anos do programa.





Fonte: quadros extraídos pela autora do vídeo “PMSC - Proerd 21 Anos” (2019, online).

A terceira peça que destaco é o vídeo “PMSC - Vídeo Institucional Proerd” (2019), a mais detalhada delas, produzida pela SSP/SC em parceria com a PMSC e a coordenadoria estadual do Proerd, mas também em colaboração com a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e com a SED/SC, o que indica que o Proerd foge do universo policial e da segurança pública e habita demandas sociais e políticas dentro do E(e)stado de saúde e educação. Nesse vídeo institucional, vemos relatos roteirizados e filmados de forma artificial (isto é, em ambientes encenados, ao invés de serem feitos durante eventos). Nele, ouvimos de crianças que aparecem como estudantes do programa, de adultos que teriam feito Proerd quando criança, professoras e familiares. A maior parte do conteúdo, todavia, é comunicado por meio de uma narração (*voice over*, ou *V.O.*) que toca em cima de uma montagem com encenações de aulas do Proerd.

O vídeo começa com crianças em espaços escolares e uma delas vira para câmera e diz, a respeito de estar fazendo Proerd: “lá eu aprendi a identificar situações de risco e saber o

que responder quando alguém me oferecer drogas”. Em seguida, um homem branco trajando um terno diz ter aprendido a lidar com eventos do dia-a-dia graças ao Proerd, seguido de um policial que aparece em uma sala de aula (como um instrutor do Proerd) que diz: “a proximidade da polícia com a escola despertou minha vontade de ser policial e hoje sou eu que levo os conhecimentos do Proerd para minha comunidade”. Saindo do campo das experiências subjetivas e pessoais com o programa, passamos para a cena de uma mulher branca em uma biblioteca, no papel de professora, que diz: “programas como o Proerd são fundamentais para as nossas crianças”, ao que ela é interpelada por uma mulher negra, aparentando fazer o papel de uma mãe, que entra em quadro e complementa: “e também para nossas famílias”.

O vídeo institucional continua com a narração de uma voz masculina, a qual diz:

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, Proerd, é uma iniciativa da Polícia Militar e do Governo do Estado de Santa Catarina que tem objetivo preventivo e social. O programa é desenvolvido e certificado pelo D.A.R.E., programa de prevenção às drogas e à violência dos Estados Unidos. Assim, grupos de instrutores do Proerd fazem treinamento no país norte americano, trazendo e repassando os aprendizados aos demais instrutores do programa antes de aplicar o conteúdo nas escolas. Com material dinâmico e aulas intuitivas que podem ser feitas tanto com crianças, adolescentes e adultos, *um aluno do Proerd aprende valores morais, sociais e cria um vínculo duradouro entre escola, comunidade e polícia militar*. Durante as aulas, é repassado o modelo de tomada de decisão Proerd, assim, o aluno leva para toda a vida informações e dicas de bom convívio social, além de ficar preparado para evitar situações relacionadas ao consumo de drogas e ao uso de violência. Este conhecimento pode e deve ser compartilhado com todos, criando assim uma grande rede de prevenção. Uma rede que desde 1998 já atingiu diretamente mais de um milhão de crianças catarinenses, o que significa milhões de famílias capacitadas a evitarem o mundo das drogas e a violência. (grifos meus)

Por fim, um policial militar branco de cabelos pretos aparece em tela e indica que a continuidade do trabalho do Proerd é algo que deve ser feito em casa, pela família, a qual pode sempre contar com a polícia militar. A música de fundo acaba e na tela aparecem os logos e nomes dos órgãos responsáveis pelo vídeo (**Prancha 4**). O Texto narrado destaca uma dos aspectos centrais do funcionamento do Proerd que há de ser explorado ao longo deste trabalho: o tripé família (e comunidade), escola e polícia, o qual é edificado como as instituições moralmente positivas a serem protegidas das drogas e da violência.

Prancha 4 - Vídeo Institucional Proerd





Fonte: quadros extraídos pela autora do vídeo “PMSC - Vídeo Institucional Proerd” (2019, online).

Por fim, com o objetivo de apresentar os principais elementos estéticos recorrentes nos materiais publicitários que importam à este trabalho, além das fardas, slogans e do Leão Daren, é importante destacar e dissecar a letra da Canção do Proerd, tocada em diferentes versões em todas as formações e formaturas do programa, muitas vezes pela Banda do Proerd e com a participação de policiais fardados e animadores vestidos de Leão Daren dançando a coreografia. A primeira estrofe da canção diz:

Existe um programa
Que vai lhe ajudar
Existe um amigo
Que vai lhe ensinar
Que o problema drogas
Merece atenção
E para manter-se a salvo
É preciso dizer NÃO

A questão das drogas aparece já no começo como o “problema”, enquanto a presença policial é categorizada como “um amigo”. Os polos morais são explícitos, assim como a

filosofia máxima de Nancy Reagan acerca da questão, pois, em caixa alta, o próprio programa escreve que “É preciso dizer NÃO”. O refrão da canção segue:

Proerd é o programa
Proerd é a solução
Lutando contra as drogas
Ensinando a dizer não

Cultivando o amor próprio, controlando a tensão
Pensando nas consequências, resistindo a pressão
Como amar a própria vida
E às drogas dizer não
Quem lhe ensina é o amigo
Mas é sua decisão

Ao se descrever como a “solução” para o problema drogas, ecoa a analogia imunológica do programa como a “vacina comportamental” que influenciaria o comportamento individual para o bom caminho. Essa operação interna dos ensinamentos proerdianos levariam ao “cultivo do amor próprio”, “controle da tensão”, “pensamento sobre as consequências” e “resistência à pressão”, resultando em “amor a própria vida” e negação do uso de drogas e da violência, sob a lógica racionalista iluminista do alcance da superioridade moral por meio do conhecimento ensinado pelo “amigo” que é a instituição policial. A canção continua em uma repetição dessas três estrofes, reafirmando que, quando o tema é prevenção do uso de drogas, “Proerd é o programa” (**Figura 4**)

Figura 4 - “Proerd é o programa”



Fonte: quadro extraído pela autora do vídeo “PMSC - Canção do Proerd (Lyrics Video)” (2019, online).

Capítulo 2

Entre representações, simulações e estéticas: a polícia e a escola

[...] Mais que a superação do dilema empirismo *versus* apriorismo, a manobra de Durkheim visa superar a filosofia por dentro de seu campo, como vimos. Do ponto de vista da contribuição à sociologia contemporânea, torna-se irrelevante discutir se logrou fazê-lo. Mais importante é salientar que, nessa tentativa, abre espaço para pensar o plano simbólico não como reflexo, mas como instituinte da realidade social. (Pinheiro Filho, 2004, p. 154, grifos do autor)

A escolha do tema geral “PROERD” – ora escrito inteiro em caixa alta, ora como “Proerd” – foi motivada pela forma como o programa mistura as discussões do universo policial com questões da sala de aula. Todavia, a motivação também surge da minha própria relação com o tema, pois a ideia de que a autoridade policial é um componente cotidiano nas escolas e que isso pode gerar uma docilidade e acriticidade em relação às forças de segurança pública nos jovens é algo que me gera desconforto. A antropóloga estadunidense Laura Nader (2020) indica que a indignação e o descontentamento são motivações importantes para uma pesquisa etnográfica, pois podem levar pesquisadoras a questionarem, por meio de suas investigações, instituições políticas e elites; ou seja, estudar “para cima”, estudar (com) aqueles que estão no poder.

Tenho partido, ao longo de minha trajetória com os documentos comunicacionais do Estado, das discussões sobre política, Estado e instituições governamentais propostas, majoritariamente, por pesquisadoras do campo da Antropologia Política – e de certa forma também da filosofia – que têm proposto um debate acerca dos tópicos supracitados com uma ênfase na forma como a política é feita no cotidiano do trabalho de seus respectivos agentes; isto é, com uma ênfase nas pessoas e naquilo que elas produzem em sua prática diária (Asad, 2004; Das; Poole, 2004; Miranda, 2005; Peirano, 1997; Clastres, 2017). Desta forma, para seguir o processo de estudar com os agentes de Estado, precisei perguntar: qual parte do Estado? Com quais pessoas que compõem o Estado? Com quais artefatos políticos produzidos por estas pessoas? Este trabalho, como continuação, de certa forma, de minha dissertação de mestrado (Klinkerfus, 2025), parte de seus mesmos pilares.

O filósofo francês Michel Foucault (2008) explica que o desenvolvimento do Estado moderno implica em modificações sofisticadas e em divisões específicas de instituições que

atuam no controle e gestão das populações e dos territórios. Ao longo do tempo, a forma como as ideias de “crime” e “segurança” e como o Estado lida com elas levou ao desenvolvimento de políticas e mecanismos cada vez mais numerosos e específicas instituições dentro do guarda-chuva geral do dispositivo “segurança”. A partir da perspectiva genealógica de compreensão das transformações e (re)invenções do Estado ao longo do tempo (Foucault, 1996) e das contribuições do antropólogo francês Pierre Clastres (2017) acerca da forma como muitas sociedades se desenvolveram em oposição à existência de algo como o Estado moderno, podemos afirmar que o Estado como compreendemos atualmente é algo social e constantemente (re)construído de forma que acompanha e dita as transformações sociais e culturais.

Poderíamos, então, abrir um leque de perguntas que vão além de “o que ele é?”. Portanto, a pesquisa se localiza em um enquadramento teórico que questiona a extensão do poder do Estado e como ele é exercido através da segurança pública e polícia. Localizando esta discussão em um campo micro, em um particular etnográfico, aproximo-me da PMSC e busco compreender os diversos trabalhos exercidos por esta corporação por toda a extensão do território catarinense e suas divisas (Klinkerfus, 2024; 2025a), os quais incluem: o patrulhamento, a fiscalização, o confronto, o treinamento contínuo (treinar e ser treinado), a documentação (ou a burocracia) e, dentre tantos outros, está o trabalho de agir na transformação social por meio de projetos, programas e ações comunitárias, como o Proerd. Esse seria o trabalho de “conscientização”, atrelado ao policiamento comunitário.

Há uma dualidade policial/outras que se ramifica no universo midiático nas personagens possíveis das histórias policiais que habitam a imaginação coletiva: policial, população/vítima e bandidos (Eilbaum; Medeiros, 2025; Capriglione, 2015; Klinkerfus, 2021; 2024; Moore, 2022). Os policiais ocupam o polo moral positivo, ao passo que os “bandidos” – aqueles socialmente entendidos como bandidos pelo processo de sujeição criminal (Misse, 2010) – são construídos imagetivamente como polo imoral, inimigos públicos a serem eliminados/segregados. Essa separação seria para a proteção da população, representada sempre como vítima em potencial desses sujeitos que ocupam a posição de uma impureza social (Douglas, 2014) e monstros (seres menos humanos e perigosos) no contexto da segurança (Cohen, 2000).

Neste arranjo narrativo hegemônico sobre as instituições policiais e a criminalidade (Klinkerfus, 2024), como será que os policiais são percebidos/recebidos pela população em

geral? Como o treinamento hierárquico e gerador de um senso de superioridade moral entra em ação quando esses agentes se encontram e dividem a autoridade com outros agentes estatais dentro de suas respectivas instituições? Medeiros (2011), em sua pesquisa com policiais dentro de hospitais descreve o conflito entre os estatutos de autoridades como um dos aspectos mais marcantes das interações entre os policiais e os profissionais da saúde no ambiente hospitalar de emergência. Afunilando ainda mais o escopo desta pesquisa, questiono este choque entre policiais e escola. Como as forças policiais são representadas nas formações do Proerd sendo que eles dividem o espaço com professores e gestores escolares, os quais detêm a autoridade dentro da escola (Brunetta, 2003; Freire, 2022)? Para além das dinâmicas de poder, como a presença policial, em geral, transforma tanto os aspectos gerais da cultura escolar, como os aspectos particulares da cultura da escola das específicas instituições de ensino nas quais eles estão (Demenech; Dickel, 2016)?

Essa série de questões que levanto edificam a problemática geral (Laville; Dionne, 1999) da autoridade policial dentro da escola. A partir desta problemática, o problema precisou ser escrito e, por ser um trabalho etnográfico, ponderei: com quem eu dialogaria para conhecer melhor este universo. No trabalho base para a discussão sobre autoridade policial e escola de Brunetta (2003), o sociólogo buscou investigar esse tema por meio de entrevistas com os policiais do Proerd, de forma a conhecer a perspectiva da instituição policial por meio de seus agentes. Meu objetivo também é de conhecer a perspectiva de uma instituição específica por meio de seus agentes, entretanto viro-me para os documentos produzidos por estes agentes. Parto da intersecção entre os campos da antropologia política e das etnografias de documentos (Vianna, 2014; Lowenkron; Ferreira, 2020) na busca de compreender não a percepção individual de múltiplos agentes, mas sim o discurso oficial da política como registrado por meio de documentos, neste caso os documentos comunicacionais de divulgação e propaganda pró-PMSC e Proerd.

A escolha de trabalhar com os materiais comunicacionais da PMSC enquadra a pesquisa dentro do campo da segurança pública concentrada na produção de mídia e imagens da “violência urbana” (Silva, 2010). Trabalhar com o campo analítico das (auto)representações sociais dos agentes da segurança pública tem sido uma experiência interessante pela dualidade de sentidos possíveis no conceito durkheimiano. As representações coletivas (Durkheim, 1989; Pinheiro Filho, 2004) podem ser compreendidas tanto como as imagens consolidadas sobre instituições, fenômenos, atores sociais, quanto como as produções imagéticas a respeito que abrem o campo de disputas ao redor das

impressões, imagens, narrativas e opiniões ao redor de um determinado objeto. Ao trabalhar com a *websérie Papa Mike SC*, observei e analisei tanto os conteúdos produzidos pelos policiais como as repostas dos públicos consumidores que reagiam e transformavam os conteúdos em uma relação cibernética de retroalimentação (Cesarino, 2021; 2022), na qual a imagem policial era co-construída a partir das ideias da instituição em diálogo com as estéticas mais elogiadas e engajadas pelos públicos em diálogo simbiótico com o algoritmo do *YouTube* (Klinkerfus, 2025a).

Para este trabalho sigo a trajetória de indagar e refletir sobre as representações em disputa partindo dos documentos produzidos pelos próprios agentes do Estado sob o nome das instituições nas quais trabalham, utilizando como aporte teórico-metodológico contribuições de trabalhos etnográficos documentais (Carrara, 1998; Cunha, 2005; Vianna, 2014; Ferreira; Nadai, 2015; Lowenkron; Ferreira, 2020), digitais (Leitão; Gomes, 2017; Delfino, 2021; Miller; Horst, 2021; Nemer, 2022; Cesarino; Walz; Balistieri, 2023; Parreiras; Pavesi, 2024) e audiovisuais (Pinney, 1996; Rial; 2004; Rechenberg, 2014; Devos; Vedana, 2021).

Parto de um acúmulo de trabalhos que vêm discutindo a produção de imagem das instituições de segurança pública (Miranda, 2014), sejam essas autorrepresentações (Klinkerfus, 2024; 2025a; Felker-Kantor, 2022; 2024) ou ações de atores externos, como jornais ou organizações da sociedade civil (Rifiotis, 1999; Silva, 2010; Capriglione, 2015; Passos *et al.*, 2025) que produzem versões em sincronia com ou em oposição aos retratos pintados pelas próprias instituições. Dentro desse arranjo, é importante destacar que essas autorrepresentações, as quais são o foco do presente trabalho, partem de uma tradição militar que precede tanto as polícias militares como o Proerd, a qual traz consigo o desenvolvimento de um sentimento de superioridade militar no Brasil ao longo da história, atrelado a uma ideologia nacionalista e a um processo de politização das forças militares que passaram a agir dentro das esferas política e social no país, incluindo o campo da educação (Passos, 2023).

Além desses laços que interligam as formas de representar a PMSC com aspectos mais antigos das Forças Armadas no país, destaco também que o Proerd é construído imagetivamente a partir de diferenças e proximidades entre o universo e a cultura policial (Lima, 2021; Klinkerfus, 2025a) e o universo e a cultura escolar (Demenech; Dickel, 2016), os quais envolvem diferentes formas de construção e manutenção da autoridade e das hierarquias e diferentes formas de expressão dessa autoridade por meio da administração de conflitos (Medeiros, 2011; Teixeira Pires, 2023).

Todavia, a história particular do Proerd e a origem de seus materiais publicitários – o *D.A.R.E.* e toda sua tradição de neoliberalismo, individualização, proibicionismo, em geral, moralismo imperialista –, passei a questionar quais seriam os fragmentos de realidade empregados na produção da representação policial nas peças publicitárias. Enquanto imagens e depoimentos de policiais reais são empregados na composição dos vídeos do Proerd, a base ideológica e o “problema das drogas” (o quadro geral do problema que é usado nas justificativas de existência do programa) aparecem como uma espécie de eco do contexto estadunidense dos anos 1980. A produção de uma imagem a partir de um referencial que se desloca da realidade supostamente representada é algo que pode ser categorizado com o conceito de simulação (Baudrillard, 1991).

De acordo com o sociólogo francês Jean Baudrillard (1991), as peças imagéticas produzidas dentro de simulações seriam os simulacros, isto é, representações desconectadas e espelhadas de uma realidade social, mas não inverdades ou impressões falsas, apenas reproduções que co-criam a realidade. A simulação ocupa um espaço intersticial entre o verdadeiro e o falso, o autêntico natural e o produzido artificial. Simulacros seriam a representação da simulação. A representação, para o sociólogo pós-moderno, é como um “[...] poder dialético, mediação visível e inteligível do Real”, que o reproduz em um estado perpétuo de simulacro, isto é, “[...] não irreal, mas simulacro, nunca mais passível de ser trocado por real, mas trocando-se em si mesmo, num circuito ininterrupto cujas referência e circunferência se encontram em lado nenhum” (Baudrillard, 1991, p. 13). Compreendo que há, então, uma reflexão a ser tecida ao longo de todo o trabalho: a produção de comunicação social por parte da PMSC é uma representação social dentro de disputas pela verdade, é uma autorrepresentação propagandística que usa de aspectos da verdade para autopromoção ou uma simulação que nega as representações do real em uma pantomima simplista da realidade?

O mais provável é que não seja inteiramente nada disso, mas sim um elaborado e sofisticado trabalho de produção dupla da verdade do Estado (Medeiros, 2016; 2018) e de representações coletivas hegemônicas. Recalibrando a inquisição da pesquisa, pergunto: quais são as bases argumentativas (em que eles se baseiam), os argumentos ditos (falas e textos escritos) e os argumentos imagéticos (advindos dos textos audiovisuais e do ambiente digital em que são veiculados e arquivados) que edificam o discurso comunicacional e a construção da imagem pública autorrepresentada do Proerd, da PMSC e a polícia como um todo? Mais do que responder o que é real, representação ou simulação, quero compreender a estrutura

dessas peças publicitárias, sua lógica interna e como elas são recebidas dentro do universo digital própria desta instituição policial.

Ao olhar para a produção de documentos de caráter comunicacional produzidos pela instituição de segurança pública e colocá-los em meio ao dilema de ser representação, autorrepresentação ou simulação, busco provocar a leitora para refletir criticamente sobre seu consumo e influência por esses materiais, assim como busco identificar onde esses materiais se localizam dentro de uma régua binária que vai da representação como reflexo de uma realidade profunda até a simulação sem relação com qualquer realidade – um simulacro puro (Baudrillard, 1991) (**Figura 5**).

Figura 5 - Escala entre representação e simulacro, segundo Jean Baudrillard



Fonte: desenvolvido pela autora a partir da conceituação de Jean Baudrillard (1991, p. 13).

Como na figura acima, busco trabalhar com uma régua, escala ou espectro do que as autorrepresentações policiais podem ser entre representação e simulacro, pois compreendo que explicações binárias podem ser úteis para a pesquisa social quando representam dois extremos a partir dos quais podemos traçar uma gradação mais refinada – em oposição às perspectivas binárias simplistas que orientam processos de radicalização no cenário político (Cesarino, 2022). Dentro da escala gradativa, emprego as abstrações da representação real e da simulação falsa como tipos ideais weberianos (Freund, 2003) que, ao invés de se atrelarem a qualquer fenômeno ou manifestação social pura, operam como modelos, como direções analíticas que ganham utilidade quando empregadas para entendermos dados empíricos.

Para prosseguir com o desenho do objeto de pesquisa, compreendo ser necessário situar alguns dos argumentos mais amplos presentes na obra de Baudrillard (1991), os quais trazem um diagnóstico universalista e pessimista com o qual não tenho interesse em me

aprofundar neste trabalho, mas que compreendo ser importante explicar para que eu possa tecer melhor a linha de quais pontos de sua obra e quais conceitos ele mobiliza serão úteis para a análise presente e quais outras são pulos de escala que já não são empregáveis ou verificáveis no trabalho etnográfico. Baudrillard (1991) compreende o mundo atual como perdido dentro do ciclo abismal das simulações e simulacros, de forma que não existe mais realidade, mas sim apenas uma série de distorções sem referencial, as quais são manipuladas ao bel prazer de elites. Ele entende que “[...] estamos numa lógica de simulação, que já nada tem a ver com uma lógica dos factos e uma ordem das razões.” (Baudrillard, 1991, p. 26)

Sua argumentação toma a régua de realidade e não-realidade mencionada acima como um binário real e em crise. Como previamente argumentado, tomo-as como tipos ideais na medida em que os dados do campo evidenciaram sua necessidade de escalabilidade. Ao exercer uma observação panorâmica sobre uma série de eventos e fenômenos no mundo, cada um com múltiplas versões aparentemente desconexas de uma verdade objetiva e verificável, o autor não vê saída a não ser concluir que vivemos em um estado de simulação total, como na *Matrix* (1999) de Lily e Lana Wachowski.

Dentro desse panorama, atento-me à escolha de trabalhar com a proposição do autor de simulações e simulacros de forma desconexa de sua análise de conjuntura política e cultural, a qual seria, de acordo com a leitura de Paul B. Preciado (2023), uma representação de um movimento conservador pós-moderno que vê na ascensão de debates e vozes múltiplas que disputam o âmbito das representações sociais uma forma de espiral e colapso do mundo. Tomo aqui a simulação de Baudrillard (1991) como uma opção analítica capaz de abarcar a dualidade política da produção imagética (a produção de representações) e do trabalho baseado nas condições e transformações materiais que contextualizam a transposição de um contexto sócio-histórico particular para outro sob a impressão de “verdade”.

Faz-se prudente, desta forma, chamar para este diálogo imagético as contribuições para o estudo das imagens de Preciado. Em “*Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando*” (Preciado, 2023, p. 42), o filósofo contempla o estado do mundo durante o período da pandemia de Covid-19, mundo este operado por uma lógica e por forças (materiais e estéticas) de um capitalismo petrossexorracial, isto é,

O modo de organização social e o conjunto de tecnologias de governo e de representação que surgiram a partir do século XVI com a expansão do capitalismo colonial e das epistemologias raciais e sexuais desde a Europa para a totalidade do planeta. Em termos energéticos, o modo de produção

petrossexorracial depende da combustão de energias fósseis altamente contaminantes e geradoras de aquecimento climático. A infraestrutura epistêmica dessas tecnologias de governo é a classificação social dos seres vivos de acordo com as taxonomias científicas modernas de espécie, raça, sexo e sexualidade.

O capitalismo petrossexorracial, para o autor, contaria, dentro de seu pilar epistêmico, com regimes de representação específicos que servem aos interesses de um grupo dominante categorizado por classe, raça, nacionalidade, sexo e sexualidade. Por meio desses regimes de representação – em consonância com técnicas do corpo, tecnologias do poder, discursos e aparatos de verificação –, ao longo dos últimos cinco séculos, esta forma de existência, dominação e aniquilação do planeta Terra teria desenvolvido também uma estética própria:

[...] um regime de saturação sensorial e cognitiva de captura total do tempo e de ocupação expansiva do espaço, uma habituação ao ruído mecânico, ao cheiro de poluição, à plastificação do mundo, à superprodução e à abundância consumista, ao fim de semana no supermercado, à carne moída, ao suplemento de açúcar, a um acompanhamento rítmico da temporada de moda e uma exaltação religiosa da marca, uma insolente satisfação ao separar-se daquilo que foi concebido para a obsolescência programada e que pode ser imediatamente substituído por outra coisa, um fascínio pelo kitsch heterossexual, uma romantização da violência sexual como base da erótica da diferença entre a masculinidade e a feminilidade, uma mistura de rejeição e exotização dos corpos antes colonizados, de terror e de erotização das populações racializadas que são expulsas para as periferias pauperizadas das cidades ou para as fronteiras dos Estados-nação. (Preciado, 2023, p. 43)

Em diálogo com a obra do filósofo francês Jacques Rancière, Preciado (2023) propõe que compreendamos a estética como a organização da experiência sensível compartilhada, atrelada à organização social da vida e à estrutura da percepção. Ele pede que levemos em consideração olfato, audição, paladar, tato, visão e todas as formas de estar em contato com o mundo que nos cerca como possíveis campos de compreensão de uma determinada estética. Para ele, a estética “[...] é um mundo sensorial compartilhado, mas também uma consciência subjetiva capaz de decodificá-lo e entendê-lo” (Preciado, 2023, p. 44). Em sua proposição, ele tenta nos convencer de que nossos sentidos são resultado de condições históricas – um argumento bastante antropológico e que eu abraço para propor que o trabalho etnográfico deva ser, em sua qualidade intersubjetiva e microssociológica, uma forma de registro científico e político das formas de existir e de sentir em um mundo capitalista petrossexorracial.

Minha proposta para este trabalho, sob o invólucro das perspectivas apocalípticas e otimistas do filósofo trans, é etnografar as autorrepresentações sociais da polícia como forma de compreender um pequeno fragmento de como operam os regimes de representação

pró-polícia, em busca de contribuir minimamente com a construção de um quebra-cabeça que um dia poderá ilustrar a estética policial moderna. Em uma escala infinitamente menor àquela descrita por Preciado (2023) do capitalismo petrossexorracial, tenho como meta uma descrição das publicidades do Proerd que vislumbre as imagens, sons e interações que constroem um espectro representacional policial, ou uma estética policial moderna.

Tomo como campo registros audiovisuais e, por conta de sua materialidade, faz-se necessária uma distinção. Derivada da fotografia, o registro de imagens do mundo à nossa frente (Kubrusly, 1991), o vídeo também possui o poder dúplice desta, o de "[...] gerar documentos e criar obras de arte visual" (Sontag, 2025, p. 66). O rótulo de documento carrega consigo uma impressão de verdade, um aspecto de registro da realidade objetiva, enquanto o rótulo de arte está atrelado à esfera do subjetivo; mas esses são apenas descritores de efeitos ideais, já que a foto (ou vídeo) documental mais crua possível ainda traz aspectos da subjetividade do fotógrafo e aquela artística mais artificial possível ainda registra um fragmento de realidade. Portanto, cabe distinguir que quando discorro sobre os documentos comunicacionais do Proerd, não procuro evocar um senso de realidade ou verdade própria, mas sim descrever etnograficamente as peças audiovisuais como produtos da máquina burocrática do Estado.

Ao optar por dialogar com a definição de estética em Preciado (2023), não estou demonstrando um interesse pelo questionamento do valor "artístico" – ou valor "estético", no uso recorrente da palavra -- das peças publicitárias do Proerd, mas sim busco compreender os valores políticos e morais da instituição por meio de suas formas de documentar e comunicar o programa. Compreendo os vídeos oficiais da PMSC como documentos pelo seu caráter estatal, mas seu valor dentro do binário gradual do documento de valor "histórico" (aquele que mostra o "real") e da arte não é o foco. Entre representação e simulação, prefiro olhar para a estética.

Nesse redemoinho de objetivos megalomaniacos e sócio-antropológicos, entendi que escolher reler Baudrillard (1991) em diálogo com o campo de estudos da representação com base em Durkheim (1989), assim como com a leitura de Preciado (2023) sobre a estética em tempos de capitalismo guiado pelo digital e a partir da Antropologia foi um desafio que me obrigou a tomar um ponto de vista radicalmente etnográfico: ouvir, primeiramente, minhas interlocutoras. Quando uma autoridade da PMSC afirma, durante uma cerimônia de formatura de instrutores do Proerd, a respeito das drogas, que “só quem tem experiência na sua família

perto sabe o caos e a tragédia que é isso. [...]”, ele enraíza seu argumento em um semblante de realidade. Não tenho a pretensão de dizer o que é verdade ou mentira em meio a publicidade, mas sim descrever e analisar os conteúdos e as situações narrativas que informam quais aspectos da realidade embasam esses discursos.

Arrisco dizer que a perspectiva sociológica totalizante de autores homens, brancos e cisgênero que fundam e (re)moldam a disciplina e as Ciências Sociais de forma ampla esparramam visões etnocêntricas que não chegam nas minuciosas pérolas do Sul Global. Tomo a teoria da representação social como útil pois ela evidencia a circularidade da imagem cristalizada e das disputas de narrativa envolvidas em manter essa imagem na cabeça da sociedade. Já a teoria da simulação e do simulacro é útil para pensar a sobreposição de realidades e suas representações em cima de contextos outros que não as comportam, como no caso do desenvolvimento do *D.A.R.E.* que produz um curso que é transposto para o Brasil a partir da região Sudeste e chega no estado de Santa Catarina com uma narrativa encapsulada do problema das drogas e da violência.

Finalizando o capítulo, trago as provocações que ecoaram em mim ao ler a “Sabedoria dos cipós”, do filósofo e artista afro-francês (“afropeu”) Dénètem Touam Bona (2025), que propõe o uso da categoria “figura”, além de “imagem”, pensando nas múltiplas agências e movimentos das peças imagéticas que se movem de múltiplas formas pelo cenário social em que são inseridas, como no caso dos artefatos etnográficos com os quais me proponho a estudar. Trago, então, a potência da categoria de figura para pensar os múltiplos movimentos, efeitos, formas e sentidos que ocupam as (auto)representações policiais e que possibilitam que, dentro da estética policial moderna, existem tantas formas aparentemente distintas de se apresentar a polícia, os policiais, seu trabalho e aqueles que interagem com essa instituição.

Capítulo 3

Estética policial moderna: figuras policiais a partir da PMSC

Então, para lá do clichê, vemos que, no caminho da política em ação, no meio do movimento que ousa a coragem de agir e ironicamente partilhando a mesma raiz etimológica, no meio da pólis e da política está aquele ser oscilando entre a lei e a ação, entre a violência que preserva e a violência que violenta, entre o imóvel que bloqueia e o altamente móvel que guerreia. Ou seja, a polícia. (Lepecki, 2012, p. 50-51)

Façamos um exercício de imaginação. Ao ler estas linhas, pense comigo em um policial. Ele pode ser um personagem de filme ou série, pode ser desenho animado ou *live action*. Ele pode ser uma figura famosa, um nome histórico ou um agente sobre o qual você viu em um jornal ou nas redes sociais – e por que não em uma rede social de um jornal. Esse policial selecionado por você se parece com aqueles que você encontra no seu dia a dia? Ou talvez, você encontra policiais em seu dia-a-dia? Você os diz “bom dia”? Interage com eles?

Em minha experiência pessoal, com exceção de casos particulares, não tenho interagido com policiais a não ser para interesses de pesquisa, mas a vivência da leitora pode levá-la a pensar em figuras distintas. Quando penso em policiais na mídia lembro-me da detetive Lily Rush, do seriado *Cold Case* (Arquivo Morto, 2003-2010), dos policiais agressivos e frustrados da franquia de filmes *Saw* (Jogos Mortais) – especialmente a partir do quarto filme, *Saw IV* (Jogos Mortais 4, dir. Darren Lynn Bousman, 2007), com o agente Mark Hoffman – e dos enredos policiais em novelas da Rede Globo, como as investigações de tráfico humano de *Salve Jorge* (2012-2013). Mas, talvez, acima de tudo isso esteja o nome do Capitão Nascimento, protagonista do filme policial brasileiro *Tropa de Elite* (2007): um homem branco, agressivo, intolerante para com os criminosos e implacável em sua missão contra o crime – mesmo que sua vida pessoal fosse uma tormenta. No campo mais local, penso nos delegados que se candidataram a vereador em minha cidade quando eu era criança e naquelas que trabalhavam na delegacia da mulher.

A polícia existe na mídia, seja em espetáculos da televisão e do cinema, seja nas realidades fisicamente mais próximas de nós em jornais locais. Voltando o nosso exercício de imaginação para esse espaço, pensemos agora em um policial genérico, distante dos protagonistas e figuras emblemáticas. Um policial dentre aqueles muitos formados nos centros de treinamento. Que roupas ele veste? Qual a cor de seu cabelo, ou melhor, ele tem

cabelos visíveis? Qual a cor de sua pele? Quais equipamentos você o vê usando? Se esse policial for uma mulher, muito de sua estética muda? O que muda? Como você acha que esse policial agiria com uma criança? Ele agiria da mesma forma com um homem adulto em situação de rua? Você consegue imaginar uma policial travesti?

A polícia é uma instituição social consolidada e indissociável do Estado-nação moderno e, como tal, seria possível afirmar que a maioria das pessoas conseguem visualizar quem são os seus integrantes. Ao mesmo tempo, o histórico de participação das forças policiais na produção de mídias acerca de seu próprio trabalho tornou quase impossível que não nos deparássemos com histórias sobre a polícia em nosso consumo de mídias, desde livros, cinema, televisão e até mesmo nas redes sociais – sendo possível construir uma discussão sobre a genealogia da narrativa policial moderna e censura de departamentos de polícia (Klinkerfus, 2025a). O saber sobre a polícia implica em uma disputa ao redor da opinião da sociedade sobre essa instituição. A estagnação de uma imagem no imaginário popular seria a representação social (Durkheim, 1989).

Todavia, essa ideia de representação entende que imagens não são estáticas, mesmo que o funcionamento normal do organismo social se dirigiria rumo a uma coesão e harmonia e, logo, a uma produção de imagens estáticas (Durkheim, 2001). Dentro do enquadramento durkheimiano, tecido já no final de sua vida, a representação social serviria para pensar tanto o produto final de imagens, narrativas e significados ao redor de um elemento da sociedade, como os processos de produção dessas mesmas imagens, narrativas e significados em uma disputa (Durkheim, 1989; Pinheiro Filho, 2004). Podemos distinguir esses dois significados em representação (produção de imagens) e percepção (recepção coletiva de imagens) (Oliveira Júnior, 2011). Tenho optado por entender as perspectivas majoritárias – vitoriosas nas disputas de narrativa – como representações hegemônicas, baseada em uma leitura marxista de estudos da ideologia (Marx; Engels, 2007); ao passo que essas representações hegemônicas seriam a infraestrutura de uma estética normativa (Preciado, 2023).

A (re)produção de representações do universo da segurança pública desenvolveu-se no Brasil como uma das principais linhas de produção de conhecimento no campo de estudos da segurança e violência (Miranda, 2014). Esses estudos trabalham com jornais, entretenimento e, em geral, com as formas de repercussão (Silva, 2010; Eilbaum; Medeiros, 2017) que (re)produzem o campo da segurança pública na sociedade. Em minha tentativa de traçar, no decorrer destas páginas, um caminho para a compreensão da amplitude da estética policial

moderna, alimento-me das ideias das diversas pesquisas que vieram antes desta e daquelas que pensaram antes de mim nos símbolos, cores, roupas, sirenes, manchetes, cheiros de sangue, de queimadura, de diesel, de álcool em gel, de suor, sons de motores, de gritos, de palavras de ordem, de “sim, senhor!” e de “não, senhor”, das visões de agentes, bandidos e vítimas que compõem essa estética.

Entre arte, jornalismo e os esforços de movimentos sociais e pesquisadoras, neste capítulo, tenho como objetivo esticar a régua das representações policiais e apresentar duas pontas possíveis e distantes, uma do policial agressivo empunhando um fuzil e trocando tiros com o “tráfico” e outra do policial proerdiano dócil, querido e que também exerce uma forma de trabalho de cuidado com seus alunos, cantando, dançando e ensinando amor próprio. Para tanto, invoco os aspectos performáticos do trabalho dos agentes do Estado em geral – que demarcam uma performatividade própria do Estado em si (Geertz, 1991; Klinkerfus, 2024) –, evidenciando a “artificialidade” da estética policial, performática como qualquer outra figura, representação ou estética. Preciado (2023, p. 51) nos lembra:

a estética dominante naturaliza o complexo ato de perceber, de tal modo que a especificidade com que as formas se oferecem aos sentidos na sociedade capitalista (a fumaça, o ruído, a poluição, o plástico, a carne, o ato sexual concebido como penetração biopênis-biovagina, o estupro, a reprodução heterossexual entendida como atividade obrigatória, o ritmo repetitivo do trabalho e do consumo etc.) parece ser simplesmente o estado “natural” da “realidade”.

Compreendo aqui que uma performance ou mobilização artística não é nunca meramente representativa ou uma metáfora de uma teoria ou alinhamento político, mas é sim uma manifestação tácita da política (Lepecki, 2012). A comunicação policial não é mais ou menos real ou política que o ato de matar, prender, produzir documentos jurídicos ou ministrar um curso na escola. Produzir comunicação social dentro de uma instituição policial é uma modalidade de ação política e de (re)produção e manutenção da instituição e do regime político-econômico – Estado-nação dentro do capitalismo petrossexorracial, utilizando-me da conceituação de Preciado (2023).

Na costura argumentativa de André Lepecki (2012, p. 46), na qual se enfatiza que "coreografia não deve ser entendida como imagem, alegoria ou metáfora da política e do social", a estética é política e o movimento corporal é a política em si. A sua antimetaforicidade é importante para a presente proposta de análise do Proerd por meio de seus documentos comunicacionais, pois orientam o procedimento de levar os documentos a

sério etnograficamente em seus efeitos simbólicos e na sua materialidade como artefatos políticos (Cunha, 2005; Vianna, 2014; Ferreira; Nadai, 2015; Lowenkron; Ferreira, 2020). Enquanto as categorias de representação, simulação e simulacro ainda são centrais para o trabalho por capturarem a forma de poder particular dos documentos estatais comunicacionais (Klinkerfus, 2025a), as imagens e figuras policiais capturadas nas peças publicitárias policiais são ainda a materialidade das posturas e orientações ideológicas de seus agentes. É nessa ponte que proponho explorar a estética policial moderna, entre representações imagéticas e materialidades performáticas.

Trago aqui as contribuições sobre estética e polícia por meio da temática da dança – a coreopolítica (Lepecki, 2012) – por entender, a partir da perspectiva da Técnica Klauss-Vianna (TKV) (Miller, 2012), que aprender a dançar é aprender a ler o movimento, que o ato de se movimentar é um ato de comunicação complexo e que a compreensão coreográfica deve ser fruto da pesquisa. Posicionar a lupa etnográfica nas figuras em movimento, ao invés da imagem estática, como propõe Bona (2025), é abrir-se para a pluralidade de representações policiais dentro do escopo da estética policial moderna. Tomando como campo ao longo de minha trajetória a PMSC, proponho a analogia de uma régua representational entre o "*good cop*" e o "*bad cop*".

Voltamo-nos, então, para as redes sociais da PMSC, que aparecem como fruto de uma genealogia da narrativa policial moderna que representa as instituições e os agentes policiais no polo moral positivo e como atores moral, técnica, física e intelectualmente superiores, isto é, uma tradição estética *copagandística* (Moore, 2022; Klinkerfus, 2025a). Um dos motores dessa tradição narrativa – e que ganha uma especial ênfase no âmbito das redes sociais por seu potencial de capturar olhares em um contexto de economia da atenção (Bentes, 2022) – é a pela “realidade pura” – a “ideologia do vivido” (Baudrillard, 1991), o “fetiche do realismo” (Cesarino, 2021) ou o acionamento de um “dispositivo de realidade” (Klinkerfus, 2025a). Desta forma, a estética policial moderna se edifica na verossimilhança com algum nível mínimo de identificação do público com a “realidade” da peça comunicacional. Essa impressão de realidade, em histórias, pode se dar pelos nomes de lugares e pessoas reais, por enredos baseados em inquéritos policiais e, no caso da presença de policiais nas redes sociais, é escancarada na autoria da instituição policial real. A “realidade” que torna a comunicação da PMSC mais crível é sua autoria: é o fato de ser a versão da história da polícia.

Ao pensar no *Papa Mike SC* – o *reality show* de ação produzido pela instituição catarinense – em conjunto e em comparação com os conteúdos produzidos pelo/sobre o Proerd no contexto do *YouTube*, é possível identificar aspectos do falseamento do hiper-realismo (Baudrillard, 1991) – presente no fato que as peças se apresentarem como um híbrido de relatório institucional, arquivo histórico e conteúdo de entretenimento, ao passo que utilizam de elementos gráficos e edições de imagem e som para reiterar seus argumentos e “intensificar a realidade”. Outro aspecto é a retroalimentação dentro do contexto de consumo das figuras policiais no qual a instituição que produz as imagens, a plataforma digital em que elas são disponibilizadas e as interações dos usuários produzem de forma cibernética as transformações nos materiais (Cesarino, 2022).

Não há uma linha causal que facilmente explica as atualizações e multiplicidades da produção da estética policial em meio a PMSC, uma falta de “começo” e “fim” na produção de realidade que seria categorizada por Baudrillard (1991) como uma degradação do cenário político-social, mas que compreendo aqui como um convite à elaboração de proposições analíticas mais sofisticadas para entender o campo das representações e simulações sociais na era digital. Os vídeos de ação do *Papa Mike SC* foram o ápice de engajamento que o perfil da instituição policial alcançou no *YouTube* e, como resposta, nos anos que sucederam o “cancelamento” – ou suspensão – da *websérie*, muitos espectadores deixaram comentários perguntando quando iriam voltar a postar os “vídeos de operação”.

O interesse do público foi co-criado com o funcionamento do algoritmo, já que as cenas de ação e a representação dos enredos como policiais enfrentando bandidos (na luta do bem contra o mal) em cenas que eram “melhor que filme de ação” (Klinkerfus, 2025a). A “adrenalina” relatada pelo público dos vídeos é um dos fatores que caracterizam *agitated clusters* [agrupamentos agitados] (Cesarino, 2022), conglomerados online ao redor de tópicos sensíveis que geram afetações e engajamento. Uma vez que a comunidade consumidora do canal PMSC Oficial foi reconfigurada pelo *cluster* de “adrenalina” e impressão de realidade (Bernardet, 1986), os conteúdos institucionais mais padronizados, lentos ou que se assemelhavam a reportagens jornalísticas foram abafados pelo algoritmo e rejeitados pelo público que, até mesmo nos vídeos do Proerd, comentava: “Esta faltando videos de ação...Bora postar!”.

Os vídeos do Proerd, os quais serão abordados em maior detalhe nos próximos capítulos, são produções audiovisuais bastante distintas das peças viscerais do *reality show*

com câmeras corporais que é o *Papa Mike SC* e até mesmo a recepção espiralar da plataforma e do público reconhece essa distinção. Todavia, ambos continuaram no cronograma de postagens e compõem o mesmo arquivo de documentos comunicacionais que constroem a autorrepresentação policial da PMSC. Há uma continuidade entre representação social, percepção social (específicas e difusas) e confiança no caso de instituições públicas como as polícias (Oliveira Júnior, 2011) e duas hipóteses gerais no campo dos estudos sociológicos a respeito da confiança nas instituições são:

De um lado, tem-se um conjunto de estudos que trabalham com a hipótese de que a confiança é produzida de maneira *exógena* ao sistema político ou à esfera do Estado, a partir de crenças prévias, enraizadas em normas informais passadas aos indivíduos nos processos básicos de socialização, que gerariam uma espécie de “cultura” de confiança interpessoal. Haveria maior tendência dos indivíduos em expressarem confiança nas instituições de uma forma geral nas sociedades ou grupos com forte tradição de comportamento cooperativo. De outro lado, existe um conjunto de estudos que definem o processo de construção de confiança nas instituições como eminentemente *endógeno*, ou seja, a partir da percepção de que as instituições realmente atuam de modo adequado às expectativas e necessidades dos indivíduos. Dessa forma, a confiança seria a consequência do desempenho institucional (ou da percepção sobre tal desempenho), em vez de sua causa. (Oliveira Júnior, 2011, p. 9, grifos do autor)

De acordo com os sociólogos estadunidenses Paul J. Hirschfield e Daniella Simon (2010), o estudo de narrativas próprias das forças policiais é algo central para compreender a disseminação de narrativas policiais de forma mais ampla, pois essas autorrepresentações policiais tendem a ser as principais fontes de meios jornalísticos em coberturas de casos de violência urbana. Desta forma, compreender as propagandas próprias de forças policiais e os valores que elas reiteram é um elemento importante para compreender as narrativas sobre policiamento, segurança e violência de forma mais ampla. A questão que se dilata quando proponho pensarmos em uma estética policial é: quais são as múltiplas imagens possíveis de uma propaganda pró-polícia? Como representações distintas de um oficial com fuzil em mãos subindo um morro para uma operação em que se espera que haja mortos e de um policial proerdiano com apostila em mãos dançando com um leão de pelúcia podem não apenas coexistir, mas também amparar uma mesma ordem política imagética?

Ao trabalhar com mídias, é importante destacar três arquétipos de produção imagética sobre a polícia consolidados ao longo das últimas décadas em diferentes contextos: a) profissional, b) *vigilante* e c) opressor (Hirschfield; Simon, 2010). Os dois primeiros arquétipos trazem figuras policiais mais atreladas ao enquadramento da *copaganda*, sendo o profissional o ideal de policial que protege a comunidade, resolve mistérios, ajuda crianças e

salva vidas, enquanto o vigilante seria aquele que usa da força e da letalidade, mas tem suas ações sempre amparadas pelo *status* de combate ao crime. Já o opressor seria a figura policial evocada em casos de denúncia de violência policial ou *racial profiling* [perfilamento racial], práticas discriminatórias baseadas em perfis raciais – racismo.

A representação hegemônica dos policiais é aquela que se aproxima das forças militares como soldados em uma guerra. Essa imagem é masculina, forte e violenta, voltada à segurança e ao policiamento ostensivo. Essa imagem também é amplamente difundida nos canais de comunicação da PMSC (Klinkerfus, 2024; 2025a), porém ela coexiste com características e atuações distintas de policiamento preventivo e ações com a sociedade civil. O Proerd seria um desses segmentos das forças policiais que mescla a autoridade e potencial uso da força com princípios da educação e cuidado que muitas vezes entram em choque com valores e imagens gerais da polícia. Um dos argumentos para a coexistência dessas figuras seria o da “limpeza de imagem”, pois, apesar de ser a amparada pela representação hegemônica e positiva, a brutalidade e letalidade policial também são a base das representações do “opressor” e reduzem os níveis de confiança nas instituições policiais. Isso exige que as forças policiais produzam “contranarrativas” de uma polícia dócil, estratégias essas que compõem grande parte do propósito de uso das redes sociais por instituições policiais em grande parte do mundo (Alves; Novaes; Macedo, 2024).

No vídeo de comemoração dos 20 anos de existência do Proerd no estado de Santa Catarina (PMSC..., 2018, online), policiais proerdianos relatam que a implementação da empreitada educativa da PMSC foi recebida com muita resistência por muitos agentes da corporação, pois “ninguém concordava com o programa dentro da PM, né”. A mesma resistência e oposição foi identificada por Brunetta (2003) em suas entrevistas com policiais proerdianos do estado de São Paulo que atuaram no Proerd desde seus primeiros anos de existência, na década de 1990. O caráter mais recente de programas como o Proerd e a sua natureza de contranarrativa – ou autocontranarrativa policial, uma tréplica institucional – fazem-me concluir que suas representações são “secundárias” e os valores e aspectos estéticos que elas utilizam partiriam de uma matriz anterior, mais próxima da representação hegemônica do policial como detentor do uso legítimo da força.

Desta forma, um dos questionamentos centrais que guiou a realização e presente escrita desta etnografia foi: quais as divergências e proximidades entre os discursos hegemônicos sobre as forças policiais – entre segurança, violência e autoridade, como aqueles

presentes em outras mídias da PMSC que lidam com crimes e morte – e as (auto)representações sociais policiais produzidas a partir dos materiais proerdianos. O que eles têm em comum e como eles se distinguem? Essa questão foi importante também para a própria construção do campo, pois optei por analisar os materiais sobre o Proerd publicados no canal de *YouTube* principal da PMSC, o PMSC Oficial, o qual abarca mais de 200 mil inscritos e milhões de visualizações de um público orientado para representações tradicionais das forças policiais, ao invés de estudar o canal de *YouTube* paralelo Proerd Polícia Militar de Santa Catarina, no qual os conteúdos são voltados para um público próprio e conta com menos de dois mil inscritos e apenas 170 mil visualizações acumuladas.

Outra característica do espectro da estética policial é a construção imagética dos agentes, guarnições e batalhões sempre em referência maior a instituição policial particular, a polícia de forma ampla e abstrata e a manutenção da “ordem” dentro do Estado-nação. A qualidade relacional de toda figura policial perante a instituição, essa posicionalidade deietica que aparece no processo de análise etnográfica do discurso (Delfino, 2021), é o que ampara as narrativas de “maçã podre”, as quais qualificam um policial malfeitor como uma exceção perante uma instituição moralmente positiva. Ao analisar a produção imagética da polícia em jornais, Hirschfield e Simon (2010, p. 164) explicam que, “[...] porque a maioria das pessoas tem imagens positivas da polícia, leitores tendem tipicamente a associar policiais sem rosto a um papel social atemporal e benevolente.”⁷, e ainda elaboram que esses

[...] policiais sem rosto não possuem a subjetividade moral de atores individuais, ao passo que carregam a autoridade imanente da própria lei. Os leitores podem projetar qualquer número de atributos nessas figuras amorfas. Para alguns, policiais sem rosto invocam vigilantes mascarados (por exemplo, o Batman), simbolizando o desejo vingativo oculto da sociedade em geral. Em um outro enquadramento, eles podem aparecer como agentes da opressão racial e de classe. (Hirschfield; Simon, 2010, p. 175)⁸

Os discursos policiais operam no campo da verdade, afinal, tratam de uma autorrepresentação que parte do princípio que a polícia é confiável. Na mídia policial o dispositivo de realidade (Klinkerfus, 2025a), isto é, a combinação argumentativa da impressão

⁷ No original: “[...] Because most people have positive images of police (Sourcebook, 2006), readers may typically associate faceless officers with a timeless and benevolent social role. Whether articles name officers or include evaluative personal characteristics is noted.” (Hirschfield; Simon, 2010, p. 164)

⁸ No original: “[...] Faceless officers lack the moral subjectivity of individual actors yet possess the immanent authority of the Law itself. Readers may project any number of attributes onto these amorphous figures. To some, faceless officers conjure masked vigilantes (e.g. Batman), symbolizing the hidden, vengeful will of society in general (Newman, 1993). In another frame, they may appear as agents of racial and class oppression.” (Hirschfield; Simon, 2010, p. 175)

de realidade da fotografia e do audiovisual (Bernardet, 1986) com a autoridade e fé pública concedidas as forças policiais, é empregada na construção de uma outra verdade do Estado (Medeiros, 2016; 2018), atrelada a sua estética para além de sua qualidade burocrática.

A discussão das simulações de Baudrillard (1991) adiciona uma peça muito importante para meu argumento do dispositivo de realidade, pois enquadra a realidade em si como um objeto de avaliação moral. Condizer com a realidade e afirmá-la seria um marcador positivo, de sanidade e respeito, enquanto a distorção da realidade ou sua negação seriam moralmente negativas. Quando os comentaristas nos vídeos se revoltavam com a possibilidade de qualquer pessoa discordar com o que era dito nos vídeos da polícia, eles não se indignavam apenas com uma possível difamação contra aqueles agentes entendidos como heróis, eles também expressavam incômodo com a possibilidade de pessoas basearem suas visões de mundo em uma distorção da realidade. O sociólogo francês explica essa moralização do argumento de realidade com um exemplo envolvendo, coincidentemente, as forças de segurança:

[...] seria interessante ver se o aparelho repressivo não reagiria mais violentamente a um assalto simulado que a um assalto real. É que este apenas desorganiza a ordem das coisas, o direito de propriedade, enquanto que o outro atenta contra o próprio princípio de realidade. A transgressão, a violência são menos graves porque apenas contestam a *partilha* do real. A simulação é infinitamente mais perigosa, pois deixa sempre supor, para além do seu objecto, que *a própria ordem e a própria lei poderiam não ser mais que simulação*. (Baudrillard, 1991, p. 30, grifos do autor)

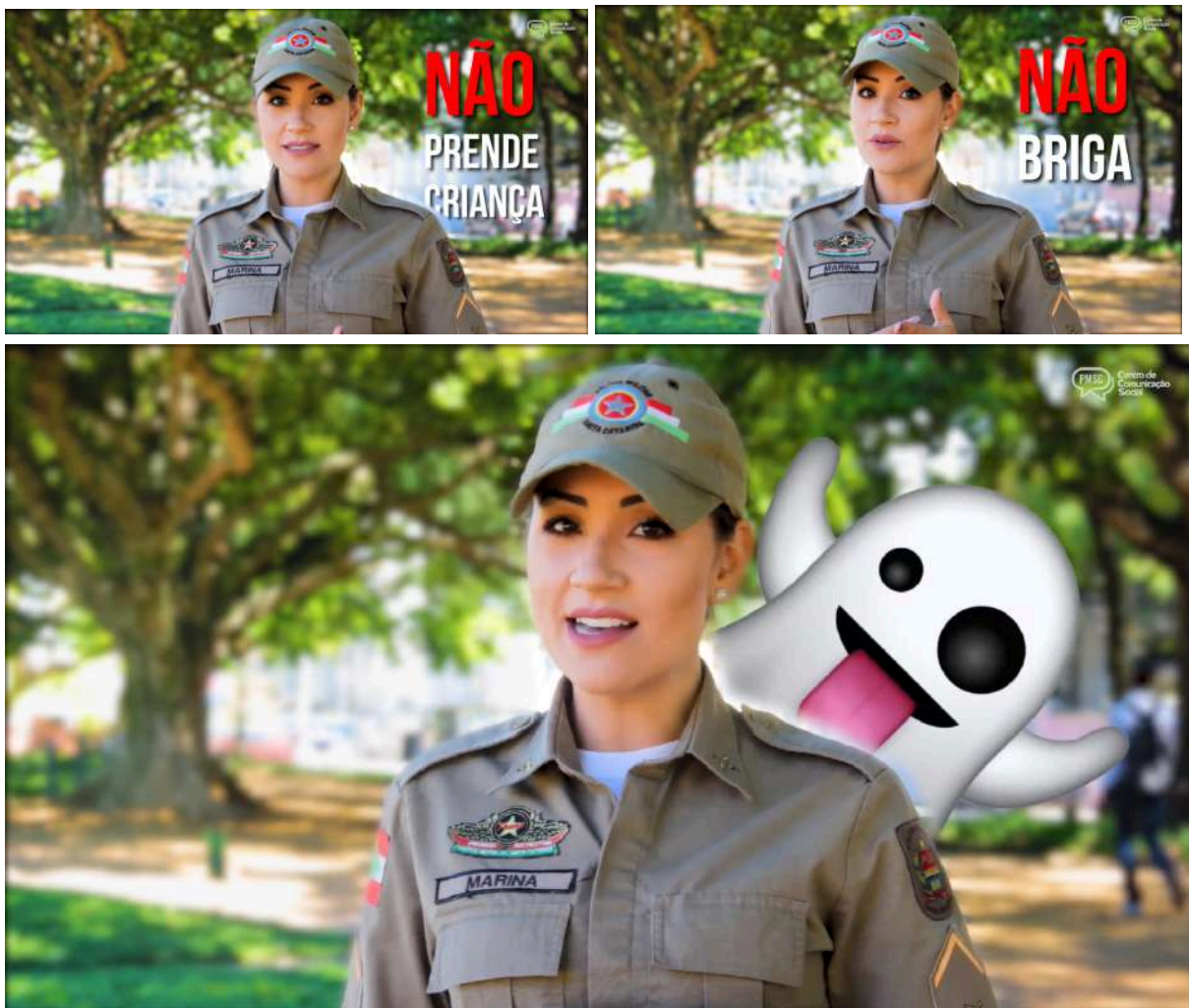
A autocontranarrativa policial que é a produção imagética do Proerd existe dentro da régua estética policial moderna como forma de manutenção da imagem policial em resposta aos argumentos de uma polícia violenta, opressiva e racista. Como explica o historiador estadunidense Max Felker-Kantor (2022, online) a respeito do *D.A.R.E.* nos EUA, “educação sobre drogas de tolerância zero orquestradas pela polícia serve como uma imensa campanha de relações públicas para as forças de segurança, ajudando a opacificar a repressão e violência policial racista”⁹. O maior exemplo dessa operação narrativa no contexto do Proerd catarinense é o vídeo “PMSC - Polícia não dá susto (PROERD)” (2019), o qual traz a mensagem central para pais educarem seus filhos a não terem medo de policiais militares, como sugere o título “polícia não dá susto”.

⁹ No original: “Police-led, zero-tolerance drug education serves as a massive public relations campaign for law enforcement, helping to obscure racist police violence and repression.” (Felker-Kantor, 2022, online)

O cenário é uma praça ensolarada, com árvores verdes que vibram. A policial narradora, uma mulher branca, com cabelo preso e boné, está maquiada e usa brincos – traços de feminilidade e personalidade proibidos para agentes homens (Duarte, 2012) –, de forma a destoar da imagem masculina dos policiais agressivos dos vídeos de ação. Segue abaixo o texto apresentado pela policial na peça e em seguida destaco os trechos em que o vídeo usa de palavras na tela e efeitos especiais para comunicar a mensagem (**Prancha 5**):

Senhores pais e responsáveis, vocês são os principais exemplos de suas crianças e elas buscam em vocês as principais referências para um bom convívio social. Além de orientá-las e educá-las, mostre também como a criançada pode ficar mais segura e ser mais responsável. Ensine que nós policiais militares somos amigos e a nós elas podem recorrer quando necessitarem de ajuda. Policiais militares não prendem crianças, não brigam e nós não somos fantasmas para assustá-las. Eduque o seu futuro cidadão para o bem e, é claro, conte sempre conosco. Polícia Militar de Santa Catarina: por pessoas do bem para o bem das pessoas.

Prancha 5 - “Polícia não dá susto”



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PMSC - Polícia não dá susto (PROERD)” (2019).

A escolha do emoji de fantasma (monstro) como marcador daquilo que a polícia não seria, explicita a qualidade de contranarrativa institucional: policiais não são os errados, não são aqueles monstros desumanizados pelas suas ações ou aparências (Carroll, 1999; Klinkerfus, 2021). Há 29 comentários no vídeo, sendo o primeiro um lembrete da posição secundária que o Proerd ocupa dentro do ecossistema de conteúdos do próprio arquivo que é o PMSC Oficial: “Boa tarde! Quando começa novamente os vídeos semanais PAPA MIKE?”, seguido de um complementar que diz: “Cade os vlog de pm¹⁰”. Um outro tipo de comentário que se destaca são os elogiosos da aparência da policial, que dizem: “A Bolicial Marina é tão bonita! Esse vídeo deveria ter duas horas no mínimo! Ela é tão bonita que seu olhar e uma arma de choque”, “Que Bonita bolicial¹¹ de Santa Catarina!!! [...]” e o mais explícito deles em relação à objetificação que diz “Q avião de mulher ...”¹². O corpo explicitamente generificado e desejado da mulher é algo que não apareceu nunca com um policial homem nas dezenas de milhares de comentários que acompanhei do canal (Klinkerfus, 2025a). Há um inegável aspecto de gênero a ser estudado na produção de imagem do Proerd, mas a qual não poderei abordar neste trabalho.

O último tipo de comentário que destaque são dois que discutem de forma crítica a afirmação que policiais não assustam e não provocam medo. O primeiro começa a criticar diretamente as forças policiais, mas ao longo de seu relato deixa explícito que o susto que sofreu com os policiais foi merecido:

Não dá susto?na primeira vez que fui abordado (eu tava de carona de moto junto com o meu irmão)eu quase tive um infarto,mas a ação dos PM's foi justificável,afinal foi na madrugada que explodiram um caixa eletrônico em uma cidade vizinha,e nós estávamos voltando do trabalho mascarados por causa do frio (moramos na região serrana) mas também...eu nunca tinha sido abordado até então...mas ainda acho que eles estavam corretos...se o motociclista está usando viseira espelhada ou está mascarado,ele TEM que ser abordado pra uma averiguação

O outro tem uma postura diretamente crítica que se mantém ao longo do relato, porém é uma indignação voltado à Polícia Militar do Rio Grande do Norte (que ele diz conhecer),

¹⁰ Os *vlogs*, ou vídeo logs, são registros em vídeo daquele que registra, como passagens de um *blog* ou de um diário em formato de vídeo destinado a um público externo.

¹¹ A repetição de “bolicial” parece ser apenas a coincidência de um mesmo erro de digitação para “policial”, pois não foi encontrado nenhum indício do uso da expressão para se referir a mulheres policiais ou qualquer outro uso.

¹² Cabe destacar, a respeito das formas de objetificação do corpo feminino sob o regime de sexo-gênero-desejo do patriarcado (Rubin, 2017; Butler, 2017), que no vídeo em questão a policial mulher apenas é filmada do peito para cima, em primeiro plano, de forma que o seu corpo não está a mostra de forma alguma. Ainda assim, os comentários com tom de assédio à profissional no exercício da função projetam uma ideia de corpo para ser comentada.

enquanto traz a comparação da PMSC (que ele parece ter conhecido pelo canal) enquanto exemplo de polícia a ser seguido: “Não generalizando. Nem parece a polícia do Rio Grande do Norte, que espanca o povo por quase nada. Eu já vi eles agredirem o povo que nem passagem tinha, somente para se exhibir. parabéns PMSC vocês sim, fazem o trabalho direito.”

Capítulo 4

Copaganda em vídeo: uma etnografia documental, digital e audiovisual

A nossa tarefa na antropologia é produzir o sentido sistemático e objetivo de uma prática ou discurso que é fundamentalmente histórico e ideológico – ou definido por relações de poder. Nesse sentido, objetividade só pode ser historicidade. (Pinho, 2016, p. 5)

Neste capítulo busco explicitar a metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa. O trabalho sócio-antropológico partiu, primeiramente, da compreensão da importância do estudo das representações e da estética para o campo da política – e, neste caso, mais especificamente da segurança pública –, a partir de uma perspectiva crítica que compreende que o mundo moderno se organiza sob influência do que o antropólogo brasileiro Osmundo Pinho (2016), em diálogo com Donna Haraway e Jacques Derrida, chama de falo-logocentrismo, o pensamento organizado, escrito e imagetizado orientado para as perspectivas de um grupo dominante. Reconheço também que, dentro desse panorama, é central localizar as forças policiais como uma personificação do Estado sob um corpo masculinizado e violento (Efrem Filho, 2021), sendo o policial uma figura vital para o ideal da petromasculinidade, “um corpo masculino cuja soberania se baseava no uso da violência e na acumulação e consumo de combustíveis fósseis” (Dagget, 2018 *apud* Preciado, 2023, p. 47).

Colocar-me no campo como antropóloga travesti pesquisando segurança pública tem exigido, ao longo de minha trajetória, uma série de precauções e cuidados de forma que os dilemas éticos do fazer antropológico se atualizaram e se expandiram para além da segurança e integridade daqueles com quem fiz minha pesquisa e passaram a incluir também questões a respeito de minha própria segurança – como já vem sendo discutido no âmbito nacional da Antropologia (ABA, 2024) – em um contexto de pesquisa em que me propunha a investigar aqueles “de cima” (Nader, 2020). Minha posicionalidade crítica aos aspectos masculinos – e masculinistas – da estética policial moderna, em encontro com os próprios meios de minha encarnação [*means of my embodiment*] (Stryker, 2006) e da ficção política da travestilidade (Preciado, 2023) que colore de forma significativa a minha forma de estar no mundo e fazer campo, marcam a historicidade e posicionalidade do conhecimento situado (Haraway, 1995) que proponho a construir nas páginas deste trabalho .

Essa criticidade se solidifica no emprego do conceito de *copaganda* como categoria analítica utilizada aqui para compreender primordialmente a lógica interna e os efeitos das comunicações oficiais da PMSC. Ao longo do século XX, jornalistas, ativistas e acadêmicos, especialmente no contexto dos EUA após invenção e proliferação da televisão e dos seriados policiais, passaram a mobilizar a categoria crítico-descritiva da *copaganda*, isto é, propaganda política [*propaganda*] pró-polícia [*cop*]. O conteúdo das narrativas *copagandísticas* enquadrava as instituições policiais como moral, intelectual, física e tecnologicamente superiores, competentes e preocupadas com a ordem e o bem estar da sociedade, ao passo que relegavam histórias de policiais malfeitores sob a justificativa da “maçã podre” [*bad apple*], da exceção. Essas mesmas narrativas também perpetuavam o problema atemporal do aumento da criminalidade e categorizavam populações racializadas como negras e/ou latinas como as principais perpetradoras de crimes (Rosenberg, 2016; Makam, 2020; Karakatsanis, 2020; Moore, 2022).

Tenho proposto o uso da copaganda como categoria analítica descritora de narrativas policiais oriundas das próprias instituições policiais como uma forma de propaganda política não apenas pró-polícia, mas também pró-Estado (Klinkerfus, 2024; 2025a). Como etnógrafa, busquei entrar em campo com a mente aberta e não deixar a hipótese da *copaganda* entrar na frente dos universos a serem contemplados por meio do trabalho de campo e do exercício de levar os documentos a sério. Todavia, como elaborarei nos capítulos que seguem, tanto o campo, como a bibliografia consultada, levaram-me a manter a copaganda como categoria certa para entender a operação dos meios de comunicação da PMSC e do Proerd.

Aqui pretendo discorrer sobre o desenho de pesquisa e a metodologia empregada ao realizar o trabalho, tendo como base para as minhas escolhas não apenas os quadros listados acima, mas também as possibilidade de execução de uma pesquisa em menos de um ano, por conta do tempo burocrático da academia, e em meio a uma realidade de estudante – tanto na licenciatura das Ciências Sociais, como no doutorado em Antropologia Social – que também era trabalhadora¹³.

¹³ Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, estando matriculada simultaneamente na graduação em Ciências Sociais e no doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC), atuei como bolsista de extensão PROBOLSAS no projeto “Ebó Epistêmico nas escolas: oficinas de letramento racial para estudantes, docentes e gestores”, sob coordenação da professora Alexandra Eliza Vieira Alencar, trabalhei nas vendas de meu primeiro livro e realizei trabalhos independentes que contribuíram para minha formação como pesquisadora e profissional em geral – como a publicação do artigo “Punição, repressão e enquadramento narrativo: reverberações da “Megaoperação Contenção” nos projetos de lei sobre segurança pública” (Klinkerfus, 2025b) para o portal Religião e Poder e prestações de serviços técnicos para a realização do 6º Fazendo Cruzos com Antropologias, Artes e Museologias, evento científico e cultural

Logo, caminhos já conhecidos e percorridos em minha trajetória como pesquisadora foram tomados, utilizando uma bibliografia e procedimentos metodológicos familiares com o objetivo de viabilizar a realização do presente trabalho em tempo hábil. Sendo assim, segurança e celeridade se juntaram às exigências próprias dos materiais e do objeto de pesquisa – as autorrepresentações policiais – para fundamentar a escolha metodológica.

Como um trabalho de continuidade diretamente relacionado à minha pesquisa de mestrado com o canal PMSC Oficial, esta pesquisa parte de um levantamento de dados previamente realizado por meio do método de documentação estatística por evidência concreta (Malinowski, 1984), o qual resultou em um banco de dados sobre todos os vídeos do canal publicados desde seu lançamento, em 2012, até o final do ano de 2023 (Klinkerfus, 2025a). Os vídeos dos anos de 2024 e 2025 foram considerados também, mas nesse período não foram publicados materiais novos sobre o Proerd. A partir deste banco de dados foi possível identificar, em meio aos 516 vídeos publicados, um total de 18 vídeos que continham “Proerd” em seu título, descrição e/ou *tags* de identificação. O quadro abaixo (**Quadro 2**) mostra os vídeos analisados no escopo do estudo:

Quadro 2 - Vídeos sobre o Proerd publicados no canal PMSC Oficial (2012-2025)				
Nº	Título	Data de publicação (a-m-d)	Duração (min:s)	Link para acesso
1	CABO POLLI 'Dedicação em Prol da Vida' Ric Record 25.07.2012	2012-07-25	17:18	https://www.youtube.com/watch?v=-6evill-egk
2	Jornal do Almoço 05 12 13 Policia Militar	2013-12-06	02:12	https://www.youtube.com/watch?v=gwTm5B1Ubr8
3	PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron	2016-06-30	04:01	https://www.youtube.com/watch?v=_1NaF8QaH-0
4	PROERD - INSTITUCIONAL BRUSQUE 2016	2016-10-18	05:30	https://www.youtube.com/watch?v=1g2mmze240s
5	PMSC - Proerd Lages	2016-10-24	02:07	https://www.youtube.com/watch?v=tSqwxS-VdQo
6	PMSC - Proerd 20 Anos	2018-03-16	04:50	https://www.youtube.com/watch?v=tSqwxS-VdQo

produzido pelo projeto de ensino, pesquisa e extensão Ebó Epistêmico, da UFSC –, mas que também tiraram tempo para a realização desta pesquisa. Esta nota de rodapé atenta para as condições reais de realização do trabalho e para as teias sociais que resultam em trabalhos acadêmicos, apesar de sua condição de precarização.

				atch?v=uFcWnyjLxzQ
7	PMSC - Proerd em Todos os Lugares	2018-10-29	01:57	https://www.youtube.com/watch?v=nVcFeBzxYtc
8	PMSC - Proerd 21 Anos	2019-03-15	00:59	https://www.youtube.com/watch?v=8ceHT1PG8Wo
9	PMSC - Presentes e Protegendo #2	2019-04-10	01:08	https://www.youtube.com/watch?v=fKGetQefz84
10	PMSC - Canção do Proerd (Lyrics Video)	2019-08-11	02:51	https://www.youtube.com/watch?v=a4E0cJFD1yA
11	PMSC - Canção do Proerd em Libras	2019-08-11	02:59	https://www.youtube.com/watch?v=NdW959Gyu7k
12	PMSC - Polícia não dá susto (PROERD)	2019-08-20	00:54	https://www.youtube.com/watch?v=7JUOR0nfNC8
13	PMSC - Hino Nacional Brasileiro - Versão PROERD	2019-09-18	03:27	https://www.youtube.com/watch?v=DUOoDnuN-Tw
14	PMSC - Vídeo Institucional Proerd	2019-10-15	02:21	https://www.youtube.com/watch?v=CdHcREW9Lxg
15	Formatura do Curso de Instrutores PROERD	2021-10-28	77:35	https://www.youtube.com/watch?v=NMJKDeyypR8
16	PMSC - Escolhas Proerd	2022-03-18	02:49	https://www.youtube.com/watch?v=1PDRpwFd-AU
17	PMSC - Proerd 24 Anos	2022-03-18	00:36	https://www.youtube.com/watch?v=1Woy7XaHle8
18	Números dos programas preventivos referentes a 2022	2023-01-30	01:13	https://www.youtube.com/watch?v=R8AaRu08YMs

Fonte: desenvolvido pela autora a partir do canal de *YouTube* PMSC Oficial.

Cada um dos vídeos são tomados como documentos, como registros da realidade, e entendo que eles devem ser analisados como tal. Para tanto, dialoguei com trabalhos do campo da antropologia política e de pesquisas etnográficas de/com documentos (Cunha, 2005; Vianna, 2014; Ferreira; Nadai, 2015; Lowenkron; Ferreira, 2020). Busquei compreender o discurso oficial por meio da análise documental etnográfica, a partir da qual questioneei as grafias, estéticas, estruturas narrativas, categorias nativas e as explicações da realidade tecidas pelos policiais do Proerd e os demais atores presentes que trabalham no cotidiano do programa e nos produtos audiovisuais (Becker, 2008).

O fato dos documentos serem em formato de vídeo exigiu um arranjo etnográfico e metodologias de análise específicas, o que me levou à metodologia da etnografia de tela, como proposta pela antropóloga brasileira Carmen Rial (2004; Rocha *et al*, 2023; Oliveira, 2024), a qual consiste no acompanhamento de todos os vídeos e registro sistemático em diário de campo. Rial (2004, p. 11) explica que as metodologias de pesquisa das mídias pelas Ciências Sociais se deram a partir de um diálogo com as teorias da comunicação e com a linguística, descrevendo o trabalho de etnografia de tela da seguinte maneira:

As análises textuais situam-se longe dos estudos que privilegiam a forma tecnológica da mídia sobre o que poderíamos chamar seu aparato, e assim subordinam o conteúdo, o significado e o uso da mídia a sua estrutura puramente formal. Poderíamos localizar no semiólogo Ferdinand Saussure a origem das teorias inseridas neste grupo. Diversas metodologias são empregadas em estudos textuais (texto entendido aqui semioticamente, como a materialização de uma linguagem). Uma das mais acionadas para a análise das mensagens é a análise de conteúdo que “destina-se a produzir uma explicação objetiva, mensurável, verificável, do conteúdo manifesto das mensagens” (Fiske 1990, p. 182) analisando a ordem de significação denotativa, sua precisão variando segundo a escala: quanto mais tiver o que analisar, maior é a exatidão alcançada. (Rial, 2004, p. 11)

Como procedimento de pesquisa, desta forma, optei por assistir cada vídeo em dois momentos: uma primeira vez como forma de experiência sensível e intersubjetiva com a obra, a partir da qual alimentei um caderno de campo com os relatos sobre, e uma segunda na qual pausei o vídeo em diversos momentos e teci anotações em meu caderno de campo. O caderno de campo, mesmo no trabalho etnográfico de tela, serviu a função de registrar os momentos, tal qual em trabalhos clássicos de observação participante (Foote-Whyte, 1975). Em seguida, redigi um relato extenso em forma de texto corrido em um diário de campo digital, por ser a ferramenta e documento de análise centrais para a pesquisa etnográfica (Weber, 2008). Segue abaixo o modelo de cabeçalho que utilizei para anteceder cada entrada do diário correspondente a um vídeo, tomando como exemplo as anotações do vídeo “PMSC - Proerd Lages” (2016):

PMSC - Proerd Lages

- 02min07s, publicado em 24 de outubro de 2016.
- Views no registro (15/09/2025) 2.081.
- Descrição: “Aconteceu na noite da última terça-feira, 18, no Centro Serra Convention Center, em Lages, a formatura de 1.200 alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).”.
- Link: <https://www.youtube.com/watch?v=tSqwxS-VdQo>.

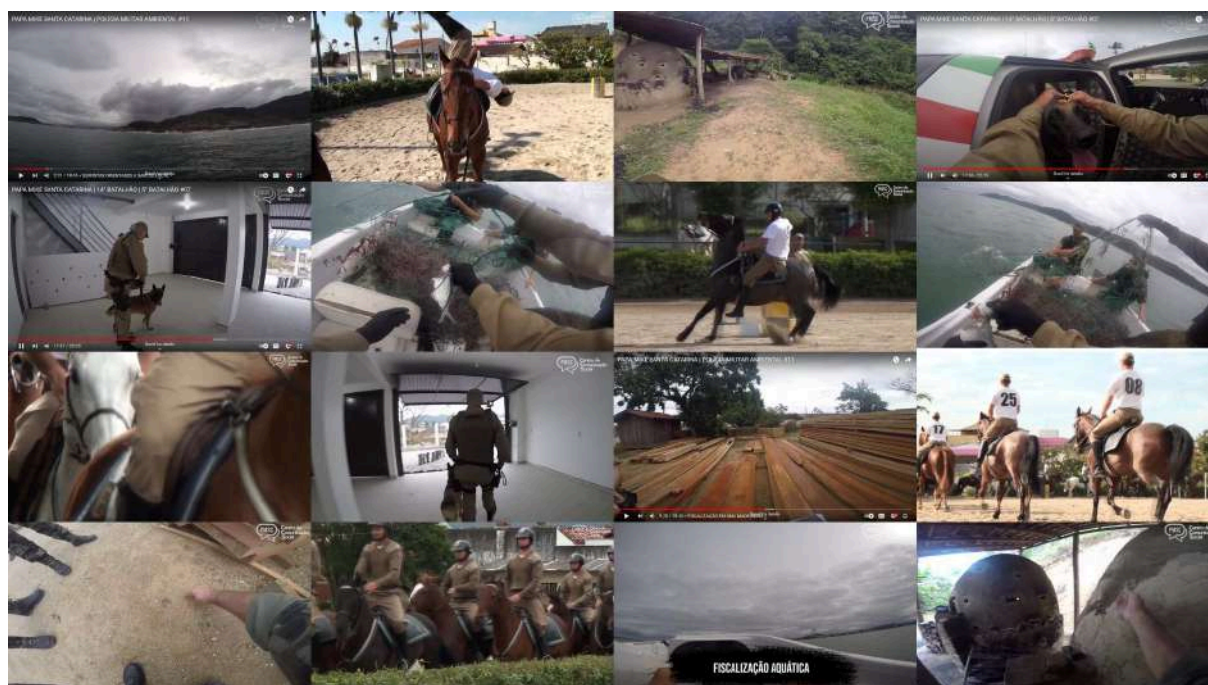
Acrescentei em cada registro do diário uma série de capturas de tela dos vídeos, como forma de construir recursos visuais para a elaboração das pranchas fotográficas (Bateson; Mead, 1942) que fundamentam a argumentação neste trabalho, em uma mescla de texto escrito e visual. A partir dos vídeos, concentrei a análise tanto nos discursos falados, como nas imagens. Recorri ao método de análise antropológica de narrativas (Maluf, 1999), análise antropológica do (audio)visual (Pinney, 1996; 2017; Novaes, 2008; Devos; Vedana, 2021) e às contribuições do campo de estudos audiovisuais (Deren, 2012; Barthes, 2018; Sontag, 2025). Para além do aspecto audiovisual que se somou ao trabalho de análise documental, me atentei também as especificidades dos conteúdos estarem alocados em uma plataforma digital e para tanto, precisei abranger um diálogo com as contribuições da antropologia digital, atentando-me aos elementos da plataforma que trouxeram informações a mais sobre as mensagens dos vídeos (Máximo *et al*, 2012; Leitão; Gomes, 2017; Cesarino, 2021; 2022; Parreiras; Pavesi, 2024). Os elementos do vídeo que dialogam diretamente com o contexto de sua publicação também foram considerados no desenvolvimento da próxima parte deste trabalho, em ordem de traçar os diálogos e intertextualidades entre plataforma e conteúdo.

Parto, então, da compreensão de que uma imagem conta uma história, como na narração breve de um microconto. Ao final da década de 1920 e começo de 1930 surgiram revistas na Europa e nos EUA que utilizavam da fotografia como meio principal para orientar as narrativas, diferentemente dos jornais que contavam com notícias nas quais a imagem suplementava o texto que era central. Revistas como a francesa *Vu* e a estaduais *Life* passaram a usar as "histórias por imagens" (Sontag, 2025, p. 31), narrativas que usavam de pelo menos quatro imagens para construir uma sucessão de eventos. Uma versão estática do mesmo princípio que orienta as imagens em movimento do cinema (Bernardet, 1986). Em um intuito próximo ao das "histórias em imagens", porém voltados para a construção de conhecimento etnográfico, os antropólogos britânicos Gregory Bateson e Margaret Mead (1942), em seu livro *Balinese character* (Caráter balinês), trazem uma série de *plates*, ou pranchas, em tradução livre, que seriam conjuntos de fotografias que contariam não só histórias, mas argumentos sobre posturas, hábitos, práticas, hierarquias, organizações políticas, de parentesco, dentre outros aspectos que comporiam o "caráter balinês".

Desde meu trabalho com o *reality show* policial catarinense *Papa Mike SC* (Klinkerfus, 2025a), tenho experimentado e proposto o uso de pranchas fotográficas – as "histórias em imagens" etnográficas – como forma de transpor análises sobre materiais audiovisuais. Através da seleção de quadros a partir dos vídeos e a organização deles,

realiza-se um exercício atento de familiarização com o documento audiovisual. O exemplo abaixo (**Prancha 6**) mostra uma das possibilidades de emprego das pranchas. Nele, compilei 16 quadros de vídeos do *Papa Mike SC* que mostram as interações de agentes da PMSC, mais especificamente do Canil, da Cavalaria e do Comando de Policiamento Militar Ambiental (CPMA), com viventes outros que humanos: águas, minerais, animais e vegetais. A grande quantidade de fotos visa expressar uma grande quantidade de exemplos do universo, pois se tratava de uma prancha que contranarrava a figura hegemônica do policial com arma na mão e propunha à espectadora imaginar – com auxílio das imagens – um trabalho policial com cães, cavalos, plantas, mares, madeiras e fornos de barro.

Prancha 6 - “Práticas policiais, meio ambiente e relações multiespécie em Santa Catarina”, um exemplo de prancha



Fonte: capturas de tela feitas pela autora de vídeos da websérie *Papa Mike SC* (2019), originalmente parte da exposição fotográfica “Vídeos em pranchas” (2025)¹⁴.

No contexto de seleção das imagens e de construção das pranchas, a escolha de um título é essencial. Ao mencionar um aspecto específico de uma foto no título que construo, convido aquela que lê a olhar para um determinado ponto, sob uma determinada lente. No

¹⁴ A coleção “Vídeos em pranchas: experimentações etnográficas a partir das perspectivas de policiais militares de Santa Catarina no *YouTube*” fez parte da exposição fotográfica das Jornadas Antropológicas 2025, evento organizado pelo corpo discente do PPGAS/UFSC. A coleção contava com cinco pranchas fotográficas impressas em tamanho A3 desenvolvidas a partir dos vídeos da websérie *Papa Mike SC* e da pesquisa de mestrado da autora (Klinkerfus, 2025a). A prancha “Práticas policiais, meio ambiente e relações multiespécie em Santa Catarina” foi a única prancha produzida exclusivamente para a exposição fotográfica, sendo as outras adaptações de argumentos presentes na dissertação da autora.

caso da prancha acima, o foco é o seu aspecto metodológico, então destaco em seu título o caráter de exemplo que ele traz, pedindo a você que não foque no argumento multiespécie em si, mas na forma como o argumento foi traçado. Por favor, fique à vontade para se debruçar sobre as imagens deste trabalho e ler inúmeras ideias dentro delas (honestamente os devaneios com as figuras que a leitora possa ter são a maior lisonja que posso receber), mas o aspecto sócio-antropológico desta escrita – aspecto científico – me obriga a pegar em sua mão e levar-te a um caminho específico: o do meu argumento. A natureza própria das imagens me impede de entendê-las como “simplesmente” uma coisa ou outra, é por isso que há necessidade de explicar qual face destas há de ser considerada para a linha de raciocínio (Sontag, 2025).

Esperar que as imagens argumentem como texto e que não existam como mera "ilustração" não é um gesto ingênuo de esperar que as figuras estáticas falem por si só a tese de nossas pesquisas (Novaes, 2008). Diferentemente da arte que abre muito mais espaço para recepcionar calorosamente a infinidade de sentidos de uma obra, peças científicas e políticas (e também, é claro, as de marketing e propaganda) precisam "vender" uma mensagem (e/ou produto). Como perspicazmente aponta a escritora e cineasta estadunidense Susan Sontag (2025, p. 28), imagens podem ser explicadas ou deturpadas por uma legenda e um contexto de visualização, “seja a foto entendida como um objeto ingênuo ou como a obra de um artífice experiente, seu significado – e a reação do espectador – depende de como a imagem é identificada ou erroneamente identificada; ou seja, depende das palavras.”

Peço à leitora que encare as figuras e pranchas deste trabalho como parágrafos, os quais dialogam e se costuram ao texto escrito, como carregadores de ideias que não bastam por si mesmos e que constroem sentido no diálogo com a bibliografia citada e com as palavras selecionadas para o texto etnográfico. Como em um texto circular de Paulo Freire (1979; 2022), no qual os argumentos voltam de diversas formas, reiterados em cada capítulo em um grande espiral que martela as mesmas ideias de diferentes formas, utilizo das figuras e pranchas como forma de exemplificar, argumentar e reiterar os pontos que aparecem na escrita linear com letras, sílabas e palavras.

Na segunda parte deste trabalho analisarei os materiais comunicacionais produzidos pelo canal PMSC Oficial sobre o Proerd a partir dos discursos centrais que marcam essas peças publicitárias – o tripé “escola, polícia, família” e o enquadramento da “luta do bem contra o mal” –, do leão Daren e da Canção do Proerd como principais elementos gráfico e

sonoro, respectivamente, recorrentes nas campanhas e da ideologia policial base de punitivismo e proibicionismo que geram sentido nas costuras dessas comunicações, como já evidenciara Felker-Kantor (2022; 2024) em seu trabalho prévio de análise do funcionamento do *D.A.R.E.* nos EUA.

Parte 2

“PROERD É A SOLUÇÃO”

ANÁLISE DOS VÍDEOS DO PROERD NO CANAL DE *YOUTUBE* PMSC OFICIAL

Capítulo 5

Escola, polícia, família: os vídeos do Proerd

[...] O meu irmão de 10 anos [...] se formou a pouco tempo no PROERD e ele falou uma frase que me deixou muito feliz. Ele me disse assim: ‘[...] agora eu sei o que é bom e o que é ruim, e droga não é bom, né.’ Então é uma coisa te comove bastante porque é um trabalho muito bem feito, um trabalho com crianças que desde o início já sabe que a droga ela não é uma coisa boa, que não leva para um bom caminho e pras famílias isso é muito engrandecedor, principalmente para uma criança de 10 anos, né, nesse mundo de tanta violência, de tanta coisa ruim. Um trabalho como esse realmente é de se merecer essa medalha de campeão da vida. (fala de jornalista sobre o Proerd/SC em CABO..., 2012, online)

O primeiro vídeo a ser publicado no canal PMSC Oficial sobre o Proerd é uma clipagem, isto é, uma reprodução de um material audiovisual veiculado em outra mídia, feito por outros que não a polícia. A clipagem é de uma transmissão do programa “Jornal do Meio-Dia”, da emissora Rede Record no estado de Santa Catarina, de um quadro chamado “Campeões da Vida”, no qual o apresentador introduz uma matéria sobre figuras que “fizeram alguma coisa que foi sentida pela comunidade [...] com a força do coração, com a força do amor” (CABO..., 2012, online). Tanto a matéria, quanto a sua reprodução, datam de 25 de julho de 2012, no primeiro ano de operação do CCS/PMSC naquela rede social.

Após a chamada e vinheta do quadro, ao vivo, o apresentador introduz o Proerd como um programa particularmente difícil por se tratar de um trabalho de conscientização com jovens, mas que apesar disso os policiais do programa fazem seu trabalho com “amor”, enquanto uma música melodramática toca. A música sentimental acompanha enquanto o homem passa para a reportagem pré-gravada. O “campeão da vida” do episódio é o Cabo Polli, cuja proeza é descrita em uma caixa de texto abaixo de seu nome na tela como “dedicação em prol da vida”, descrição utilizada no título do vídeo do *YouTube*: “CABO POLLI ‘Dedicação em Prol da Vida’ Ric Record 25.07.2012” (2012) (**Prancha 7**). A reportagem começa situada na formatura de uma turma de estudantes do Proerd no município de São José/SC, cheia de crianças, adultos e policiais militares fardados em suas típicas vestimentas bege. O evento é marcado como excepcional por ser a última formatura com o Cabo Polli como instrutor, depois de uma carreira de 12 anos dentro do programa. Enquanto sua carreira é descrita pela voz do repórter, várias fotos passam em tela mostrando Polli com diversas crianças e colegas ao longo de sua carreira.

Prancha 7 - O “Campeão da Vida” no Jornal do Meio-Dia



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “CABO POLLI ‘Dedicação em Prol da Vida’ Ric Record 25.07.2012” (2012).

O primeiro entrevistado da matéria é um estudante de 17 anos que foi aluno de Polli no Proerd e ganhara o concurso de redação do programa, cujo prêmio era um ano de curso de inglês gratuito, e que demonstra felicidade por essa conquista. A entrevista então muda o foco para o pai do estudante que se mostra grato pelos ensinamentos do Cabo e por seus impactos em toda a família, já que ele diz que seu filho mais velho teria tido “problemas com drogas” e “eu tive que internar ele na época, né, então a gente sofreu muito com aquilo. Então isso que veio agora [...] veio bem a calhar. Uma experiência nova e grande fundamento”. A narrativa comemorada no programa é que, para esta família, o Proerd e o trabalho do policial homenageado funcionaram.

A reportagem prossegue com o jornalista falando sobre o histórico do programa: “implantado no Brasil em 1992, o PROERD em Santa Catarina já formou mais de um milhão

de alunos de escolas públicas e particulares”. Para falar sobre a presença do programa nas escolas, utiliza-se de uma entrevista com uma pedagoga do próprio programa que fala da importância do mesmo na relação entre “escola, alunos e pais”. Ela afirma que o Proerd é “[...] uma ferramenta muito segura de comunicação entre família, escola e o aluno”.

A tela agora muda e passa a ser dividida entre um quadro com a reportagem editada e outra com o que parece ser a reação ao vivo do Cabo Polli no estúdio do programa. Ele começa a reagir a uma entrevista com um de seus colegas de corporação. Em meio às imagens que passam lomos em uma bandeira o que parece ser o lema do projeto “ESCOLA POLÍCIA FAMÍLIA”. O repórter prefacia em sua narração que Polli muitas vezes ultrapassou o espaço da sala de aula para ajudar crianças, sobre o que um outro agente da equipe do Proerd comenta:

“[...] Teve um caso, a pouco tempo atrás inclusive, que ele ajudou uma criança que foi estuprada pelo padrasto, aonde ele conseguiu, né, junto com a... acionamos a polícia, o médico, tudo. Fazer até tratamento psicológico para essa criança, que na realidade é o que mais a gente tem encontrado hoje em dia, é esse tipo de situação onde crianças convivem com pais separados aonde tem um padrasto e é maltratada e passa por essas situações.”

O relato do colega é carregado: traz consigo um respeito pelo trabalho fora de protocolo de Polli, uma preocupação com o estado da sociedade em que casais se separam, indica uma percepção da violência sexual contra menores como algo em ascensão e posiciona na polícia um certo dever em consertar uma unidade familiar que está intensamente quebrada. A primeira vez que ouvi esta declaração, logo no começo do trabalho de campo – afinal, este era o primeiro vídeo elencado –, precisei parar. Pensava, até aquele momento, que este trabalho falaria de drogas, bullying e outros problemas sociais percebidos pela comunidade escolar e pelos policiais, e preparei-me emocionalmente para isso. A homenagem ao Cabo escancarou para mim, que entrara no campo de forma ingênua, o aspecto vital da *copaganda*: ela é propaganda política pró-Estado e, sendo assim, opera na manutenção da unidade nuclear do Estado, que é a família (Rubin, 2017).

O próximo segmento da matéria apresenta a família do policial militar homenageado, afirmando que ele tem duas filhas e netos. Dá-se a entender que o motivo do PM ser digno do título de “Campeão da Vida” também é sua relação positiva com a família, a qual sente orgulho do bom trabalho feito pelo agente. Esse bom trabalho teria resultado nos presentes e cartas que ele ganhara ao longo de sua carreira das crianças e famílias. A filha do Cabo diz ter experienciado o carinho das crianças por seu pai durante a última formatura. Ela explicita

também que parte da importância do trabalho do pai seria quais crianças ele trabalha com: “crianças de periferia”.

Outra entrevistada é a noiva do policial. A história de amor dos dois é enquadrada como uma que também é movida pela dedicação de Polli com as crianças, já que a noiva diz ser bombeira voluntária que trabalha com a formação de crianças no programa “Bombeiros Mirins” – “admiração que logo virou uma paixão”, o repórter descreve. A reportagem pré-gravada acaba com uma longa declaração de amor da mulher que chora ao ler uma carta para seu amado. A honraria do programa televisivo costura o mérito institucional ao mérito pessoal na construção de um “Campeão da Vida”. Agora no palco, ao vivo, e trajando sua farda, Polli recebe elogios diretamente do apresentador, que reitera ao som da música melosa que a homenagem é, na verdade, uma homenagem “a todos, porque você faz parte de uma equipe”. O apresentador agradece o policial em nome da “sociedade” e lamenta que ele vá para a reserva.

Em seguida, é perguntado ao policial quantas crianças foram formadas por ele, ao que o mesmo responde: “[...] hoje formadas de 2000 a 2012 são 8.600 crianças”. Ele segue falando que muitas das crianças hoje são adultas e que na última formatura teve o “prazer” de reencontrar uma aluna de sua primeira turma, do ano 2000, sobre a qual ele ficou feliz de saber que estava “casada e com família”. A felicidade do instrutor do Proerd ao ver a trajetória de vida de sua estudante é vê-la compor família. É entregue ao policial uma medalha como forma de prêmio individual e uma segunda em mãos que seria para toda a corporação da PMSC, “[...] para o comandante-geral e para quem coordena o Proerd em Santa Catarina.” A cena é ao som de “*Chariots of Fire*”, de Mark Ayres, canção feita para o filme britânico de mesmo nome (Carruagens de Fogo, dir. Hugh Hudson, 1981) e conhecida como um dos temas emblemáticos do gênero cinematográfico de dramas esportivos de superação e como um hino para corredores e maratonistas. A canção inspira admiração.

É neste tom que entramos no universo da comunicação social do Proerd no estado de Santa Catarina. O Proerd é um empreendimento estatal que opera por meio da cooperação entre agentes do Estado (profissionais da educação e, principalmente, policiais militares), população (estudantes e suas famílias) e empresas (escolas privadas e patrocinadores¹⁵) (Salm;

¹⁵ Cada município possui liberdade para construir as especificidades da participação de empresas no desenvolvimento do Proerd em sua municipalidade. Um exemplo é o caso de São José/SC, no qual possui convênio exclusivo com a empresa de planos de saúde Unimed, a qual financia os “[...] materiais distribuídos aos alunos, materiais didáticos usados pelos instrutores e nas despesas da solenidade de formatura, além de acompanhar periodicamente as ações desenvolvidas.” (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007, p. 239)

Menegasso; Ribeiro, 2007), mesmo que este último componente seja fortemente ofuscado na produção comunicacional do programa, a qual dissemina em uma de suas bandeiras o tripé: “escola, polícia, família” (Figura 6). Esses três elementos estão presentes em basicamente todas as peças publicitárias, unindo as figuras de policiais, estudantes, profissionais da escola, pais e demais responsáveis.

Figura 6 - Bandeira “escola, polícia, família” do Proerd



Fonte: *site* oficial do município de Ipumirim/SC (Hoje..., 2024, online).

Como figuras sociais de autoridade e respeitabilidade, os agentes policiais já adentram o espaço escolar como figuras ímpar no papel de educadores sociais, mas, de acordo com os vídeos, o sucesso do empreendimento de “vacina comportamental” do Proerd só pode funcionar por meio da colaboração dos três pilares. Essa colaboração começa com a escola permitindo a entrada das forças policiais e se solidifica com o envolvimento dos professores e professoras como parte das aulas do curso, pois é como se os policiais ganhassem uma outra camada de autoridade (autoridade escolar) também pelo engajamento e aprovação das professoras que se mantêm presentes em sala de aula.

Já as relações com o âmbito familiar operam de uma forma circular, na qual as crianças devem compartilhar com seus pais o que aprendem nas aulas do Proerd, a escola deve fazer um esforço para trazer os pais para perto e, concomitantemente, os pais devem se envolver com todo o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o trabalho descritivo do funcionamento do Proerd em Santa Catarina em sua primeira década,

A participação da família é um outro aspecto muito importante do Programa. Desde o primeiro contato do policial com as crianças, elas são estimuladas a levar o PROERD para casa. Isso é feito por meio de um comunicado formal que consta na apostila e precisa ser assinado pelos pais para que a criança participe do Programa. Nele estão contidas informações gerais sobre os trabalhos a serem desenvolvidos, com vistas a tirar dúvidas e, principalmente, esclarecer que as crianças não terão, em momento algum, contato físico com entorpecentes ou drogas de qualquer natureza. Os pais também são convidados a participar de uma reunião sobre o Programa [...]. (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007, p. 240)

Para compreendermos melhor a densidade das relações entre o Proerd e a manutenção da família como base social e da relação entre escola e família, é importante compreender “família” como uma categoria em disputa e como um significante aberto (Cesarino, 2022), isto é, elas operam em sua polissemia ora como uma categoria abstrata a ser preenchida pelo público ouvinte a partir de suas próprias definições moralmente positivas de família, ora como significantes normativos, como nas críticas ao divórcio e nas menções explícitas da estrutura familiar com “pai” e “mãe” (Prado, 1985; Klinkerfus, 2022a; 2022b). Enquanto escola e polícia compõem o tripé do programa com instituições nomeadas e organizações específicas, a família habita esse duplo lugar entre (cishetero)normatividade (Nascimento, 2021) e categoria moralmente positiva que deveria ser defendida pela polícia e fortalecida para um bom funcionamento da sociedade e que pode ser interpretada de diferentes formas para preencher a visão de família de quem consome essas narrativas.

Tendo como base este tripé carregado no brasão do Proerd, os vídeos produzidos sobre o programa no estado de Santa Catarina e que são veiculados e arquivados pelo canal PMSC Oficial dividem-se em: clipagens (trechos de jornais, mais antigos), vídeos de formaturas (montagens curtas com cortes de entrevistas que sintetizam o evento), os “vídeos institucionais” (vídeos curtos de apresentação do projeto e/ou de seus resultados), os específicos “vídeos institucionais” de aniversário do programa, vídeos musicais da Canção do Proerd (um em libras e um *lyric video*, ou vídeo da letra da canção) e do Hino Nacional, uma live de uma cerimônia de formatura dos instrutores do programa, peças publicitárias para mensagens específicas atreladas ao programa (o “Polícia não dá susto”, descrito no capítulo 3

e o “Escolhas Proerd”, que veremos no capítulo 6) e um vídeo curto vertical apresentando os programas de policiamento preventivo desenvolvidos pela PMSC, nos quais está incluso o Proerd.

Começemos por este último – literalmente o último vídeo a ser produzido com relação ao Proerd no canal, publicado em 30 de janeiro de 2023 –, o vídeo “Números dos programas preventivos referentes a 2022” (2023) é filmado na vertical, possivelmente conteúdo para ser republicado em múltiplas redes sociais que seguem esse formato (*YouTube, TikTok, Facebook, Instagram*). O vídeo propõe apresentar todos os programas de policiamento preventivo da PMSC e, como introdução, uma policial mulher falando diretamente com a câmera diz: “A Polícia Militar de Santa Catarina desenvolve diversos programas preventivos que buscam o fortalecimento do vínculo com o cidadão, numa filosofia de polícia de proximidade que gera inúmeros resultados positivos.” Os projetos apresentados e os dados de cada um deles, referentes ao ano de 2022, são os seguintes, representados respectivamente nas imagens que os seguem (**Prancha 8**):

- Rede Catarina de Proteção a Mulher (combate a violência contra a mulher): “[...] está presente em 201 municípios do estado e já realizou o atendimento de mais de 33 mil mulheres [...]”;
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd): “[...] formou mais de 71 mil alunos”;
- Programa Protetor Ambiental (PROA) (educação ambiental para crianças e adolescentes): “[...] formou mais de mil 1600 [...]”;
- Rede de Vizinhos (rede urbana de contato entre moradores e polícia): “[...] conta com a participação de 181 mil pessoas em mais de 5 mil redes distribuídas em todo o estado...”;
- Rede Rural de Segurança (rede rural de contato entre moradores e polícia): “... isso se soma com os mais de 11 mil participantes do programa Rede Rural”;
- Rede de Segurança Escolar (participação policial dentro da comunidade escolar): “[...] esteve presente em 2022 escolas [...]” e;
- SOS Desaparecidos (divisão da PMSC que atua com casos de desaparecimento): “[...] encontraram 78 pessoas desaparecidas [...]”

Prancha 8 - Programas preventivos da PMSC referentes a 2022





Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “Números dos programas preventivos referentes a 2022” (2023).

O vídeo termina de volta com a fala diretamente para a câmera, na qual a policial diz: “apoie você também os programas preventivos da polícia militar, juntos somos mais fortes.”, seguido de uma versão para vídeos verticais da logo da PMSC que surge em meio a uma labareda¹⁶. O Proerd é localizado dentro desse grupo de projetos que estariam orientados pela “filosofia de polícia de proximidade”, mas também, principalmente no contexto de relações entre a polícia e a escola, pela “filosofia de polícia comunitária”, como é descrito no Ato da Polícia Militar Nº. 608/PMSC/2019 (PMSC, 2019, p. 2) que descreve o programa Rede de Segurança Escolar.

Além dessa peça explicitar que uma das faces da PMSC – e de sua estética – é orientada para formas de policiamento preventivo e que se guiam para uma atuação policial que vá além do uso da força, ela também nos mostra a lógica numérica de avaliação desses

¹⁶ Um comentário neste vídeo pergunta, em relação a *websérie Papa Mike SC*, “Sabem informar se terá vídeos das operações diárias igual antigamente??”, e é o único comentário em um dos vídeos estudados a ser respondido pelo canal PMSC Oficial, que escreve: “Olá, não há previsão haja visto que pela LEI Nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 limitou a questão do que se pode divulgar.” A lei citada diz respeito à definição do crime de abuso de autoridade por parte de agentes públicos, servidores ou não, no exercício de suas funções. Este dado não diz muito sobre a pesquisa do Proerd da qual escrevo aqui, mas informa muito sobre minha pesquisa prévia e, em geral, sobre quais são as forças que orientam a produção de documentos de comunicação por parte da PMSC.

projetos por meio do acompanhamento de sua expansão. Todavia, esses números não dizem muito, pois estão inseridos em um mecanismo de comunicação rápida que impossibilita comparar os números com anos anteriores ou fazer qualquer avaliação qualitativa das políticas. Ainda assim, os programas são enquadrados de forma positiva e acrítica na comunicação, pois a impossibilidade de comparação ou avaliação na peça não abre espaço para questionamentos, principalmente para públicos não familiarizados com o funcionamento desses empreendimentos em seu cotidiano. Esta é a superficialidade e acriticidade dos conteúdos rápidos, mas também da *copaganda*.

É nesse fio condutor de apresentação do funcionamento ideal das práticas da polícia que os conteúdos habitam, na maioria de suas etapas. Os acordos legais e burocráticos para possibilitar a entrada dos policiais proerdianos nas escolas e o curso inicial de mentoria oferecido pelo *D.A.R.E.* para os agentes brasileiros, incluindo aqueles da PMSC é o primeiro passo para a implementação do programa e não aparece nas figuras e narrativas dessas peças. Entretanto, a partir do ponto em que um grupo de policiais catarinenses é formado por um mentor e passam pela cerimônia de formatura de instrutores, os procedimentos passam a ser filmados e representados nos registros em vídeos publicizados.

A *livestream* de 28 de outubro de 2021 da “Formatura do Curso de Instrutores PROERD” (2021), diferentemente dos outros vídeos institucionais no canal, evidencia o impacto das mudanças culturais decorrentes da pandemia de Covid-19 que gerou um *boom* na produção de “*lives*” dentro e fora do *YouTube* e que explica a presença de máscaras nos rostos da maioria dos presentes no evento¹⁷. Logo no começo do vídeo vemos uma mesa para autoridades ainda vazia com pelúcias do Leão Daren para cada pessoa que vai se sentar, muitas cadeiras à frente com os policiais sentados e uma segunda mesa posicionada na lateral com mais pelúcias do mascote. Todos os policiais em tela estão fardados e com máscaras individuais.

O momento inicial da *live* é de ajustes e o tempo é bastante lento. A produção de comunicação policial naquele período também precisou se adaptar e aprender novos caminhos e esse processo de reinvenção é explícito na lentidão e incerteza dos procedimentos. No

¹⁷ O *YouTube Shorts* é uma modalidade que surge no período da pandemia de Covid-19 como uma adaptação da plataforma para concorrer com os aplicativos de vídeos verticais de curta duração, popularizados pelo *TikTok* e adaptados também pela *Meta* em forma dos *reels* para *Instagram* e *Facebook*. Com o fim da pandemia, as *livestreams* nas redes da PMSC caíram drasticamente, mas os vídeos de curta duração permaneceram, sendo postadas por um período breve como *shorts* do *YouTube*, mas logo se consolidando como a principal forma de produção de conteúdo policial no *Instagram* (<https://www.instagram.com/pmscoficial/>) e no *TikTok* (<https://www.tiktok.com/@pmsc.oficial>).

minuto 11 sobe ao palanque um policial cerimonialista usando uma máscara bege que faz uma dinâmica de bom dia e grita “hoje é dia dê!?”, ao que todos respondem: “PROERD!!!”. Ele faz a abertura da formatura e convida as autoridades para formarem a mesa. Estão presentes o chefe do Estado Maior geral, o coordenador estadual do Proerd Santa Catarina, o coordenador regional do Proerd, na época um oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), o capelão da PMSC, o subcomandante do batalhão de patrulha escolar da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), o 1º Sargento da Reserva Remunerada da PMSC e o chefe interino da 3ª Divisão do Estado-Maior-Geral (PM3) da PMSC. Com a mesa de autoridades formada, são chamados à frente os homenageados da cerimônia e um representante do Centro de Comunicação Social da Polícia Militar de Santa Catarina (CCS/PMSC). Toda essa formalidade é costurada em meio a uma narrativa de vitória ao som da canção “*We Are the Champions*”, da banda britânica Queen, que celebra a conquista da formatura e define esses policiais como “campeões” na paisagem sonora.

Entre ajustes técnicos de volume das músicas pomposas e as falas no microfone, o editor em tempo real acerta a formatação da paisagem sonora e podemos ouvir o discurso da representante da turma de formandos, que diz:

[...] Imaginem vocês, fim de curso, aprovada e o que seria um momento de descontração eu recebi essa importante missão de falar por mim, de falar por nós, falar pelo trigésimo primeiro curso de formação de instrutores Proerd de Santa Catarina. Não foi nada fácil. O difícil foi traduzir em poucas palavras toda essa imensidão de sentimentos que o curso significou para todos nós, mas eu me inspirei em cada um dos formandos aqui presentes para poder lhes passar uma mensagem. Eu vou dizer, turma, que somos 35 seres humanos que chegamos aqui sem saber o que ia acontecer, mas com certeza todos com um único objetivo que era chegar no dia de hoje. Todos nós, cada um com a sua história, deixamos na nossa casa metade do nosso coração e olha que incrível, aqui preenchemos cada pedacinho e criamos uma nova família: a *família Proerd* [...]. (grifos meus)

Este trecho inicial fala da formanda na celebração dos novos policiais proerdianos destaca dois aspectos comentados na bibliografia acerca do Proerd. A primeira delas é a ênfase na ideia de família como um laço sagrado a ser preservado no trabalho de formação do programa (Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007), laço esse que opera como significante aberto, podendo significar tanto a família nuclear revivida nos anos 1980 como pilar moral das políticas neoliberais (Preciado, 2023), como a unidade de colegas proerdianos que se tornam, como a agente coloca, a “família Proerd”. O outro aspecto é a transformação comportamental e de postura profissional que ocorre nessa fase de formação, o qual continua sendo elaborado na segunda parte do discurso:

[...] A cada dia uma nova aprendizagem, uma nova lição, e eu não falo apenas das lições do “caindo na real”, eu falo de companheirismo de empatia, eu falo aqui de amor. *Nós rimos, aprendemos, choramos – e como choramos – e passados esses dez dias, podem ter certeza, instrutores, mentores, facilitador, que vocês alcançaram os seus objetivos, nos moldaram, nos trouxeram ao que é o real objetivo da prevenção e nos mostraram onde nos encaixamos nessa jornada Proerd.* Sabemos hoje que não são apenas lições a serem ministradas, são vidas que serão tocadas. Gratidão neste momento é a palavra certa, gratidão por vocês nos proporcionarem todo esse conhecimento e por nos permitir sentir na pele o retorno de nossa dedicação. Ontem em sala de aula foi mágico e foi o primeiro dia de muitos outros que vão vir. Obrigado a acolhida a essa gaúcha que hoje é catarinense de coração e eu digo a vocês que eu fico extremamente feliz por cada criança que vocês irão conhecer, porque eu acredito na qualidade e no potencial de cada um dos senhores. Parabéns, meus colegas, sucesso nessa nova etapa e que sigamos multiplicando tudo aquilo que aprendemos hoje, pois há um mundo lá fora que ainda não nos conhece, mas que precisa de nós. [...] (grifos meus)

Como debatido em capítulos anteriores, há uma ruptura entre as práticas, posturas, representações (e percepções) e estéticas de policiais proerdianos e seus demais colegas de corporação, ruptura esta que parece tomar forma a partir do curso de formação que redireciona os objetivos pessoais de cada agente e reorienta sua prática policial para o campo da educação (Brunetta, 2003). Em um trecho utilizado em outro vídeo do canal, duas policiais se complementam ao afirmarem que, quanto à introdução do Proerd no estado, “ninguém concordava com o programa dentro da PM”, mas que atualmente os conflitos internos com a corporação são administrados pela coordenação do próprio programa e “[...] se precisar eles interferem lá no batalhão” (PMSC..., 2018).

Dentre os “policiais-proerd” entrevistados pelo sociólogo e educador brasileiro Antonio Alberto Brunetta (2003), acompanhamos trajetórias de vida de indivíduos que ingressaram na polícia militar por desejos de justiça, afinidade pelo militarismo ou sonho de ser policial, mas que descobriram que a prática ostensiva de policiamento nas ruas não era sua vontade de atuação, ou que encontraram no Proerd uma segunda opção de trabalho policial possível. Todavia, essa outra forma de se colocar no mundo como policial, como servidores do Estado que publicamente assumem que choram – “e como choram” – e que se deslocam das posturas mais agressivas da polícia militar brasileira como de Tropa de Elite (2007), gera repercussões.

Em uma passagem de sua dissertação, Brunetta (2003, p. 52) conta que, enquanto realizava uma de suas entrevistas com uma policial proerdiana dentro da escola em que ela atuava, após sua aula do programa, a diretora da unidade entrou na sala e reclamou:

“Enquanto vocês estavam aqui conversando, batendo um papo legal, três indivíduos pularam o muro, roubaram um material do seu Valdemar, que é o pedreiro que está construindo o banheiro [...]”. Há uma indignação na intervenção da diretora que projeta na policial que estava sendo entrevistada um dever de combate ativo ao crime, de controle e repressão dos corpos infratores. Ao reclamar de pesquisador e policial que estavam “batendo um papo legal”, a diretora expõe uma reação emocional que parece inferiorizar o papel do policiamento preventivo, por não ser capaz de parar o crime enquanto ele acontece, ao passo que também explicita uma diminuição da prática de pesquisa, vista apenas como “conversa”, não trabalho.

Essa mudança estética e de percepção que perpassa a transformação de postura perante à segurança pública na formação do Proerd é evidenciado no processo de entrega de certificados aos formandos que, ao invés de segurar armas ou bater continência, riem e seguram em seus braços pelúcias do leãozinho Daren do Proerd (**Figura 7**). O som também não é de rock ou de um instrumental atmosférico, mas sim de um medley pelo cantor havaiano Israel Kamakawiwo'ole, versão de ukulele em voz masculina suave que envolve, entre diversas faixas, a música “*Somewhere Over the Rainbow*”, feita originalmente para o filme *The Wizard of Oz* (O Mágico de Oz, dir. Victor Fleming, 1939). Em termos de contingente, o vídeo institucional “PMSC - Proerd 20 Anos” (2018) informa que, até aquele ano, já eram mais de 800 policiais formados para atuarem como instrutores do programa no estado de Santa Catarina.

Figura 7 - Policiais proerdianos formandos com pelúcia do Leão Daren em mãos



Fonte: captura de tela feita pela autora do vídeo “Formatura do Curso de Instrutores PROERD” (2021).

Uma vez formados, esses agentes adentram o espaço das salas de aula como instrutores do programa. Esses momentos e seus efeitos na vida da comunidade escolar, das famílias das estudantes e dos próprios policiais são o tema central das peças publicitárias no canal. Uma outra categoria moral que surge nas descrições é “amor” que opera de forma semelhante às categorias de “família” e “verdade”, como significantes morais positivos, contra os quais ninguém poderia ser contra. Como indica um policial entrevistado no vídeo de 20 anos, “quando você faz as coisas com amor, eu acredito que você faz as coisas perfeitas”. Quem poderia se dizer contra algo “perfeito”, feito com “amor”, em defesa da “família” e contra as drogas e a violência?

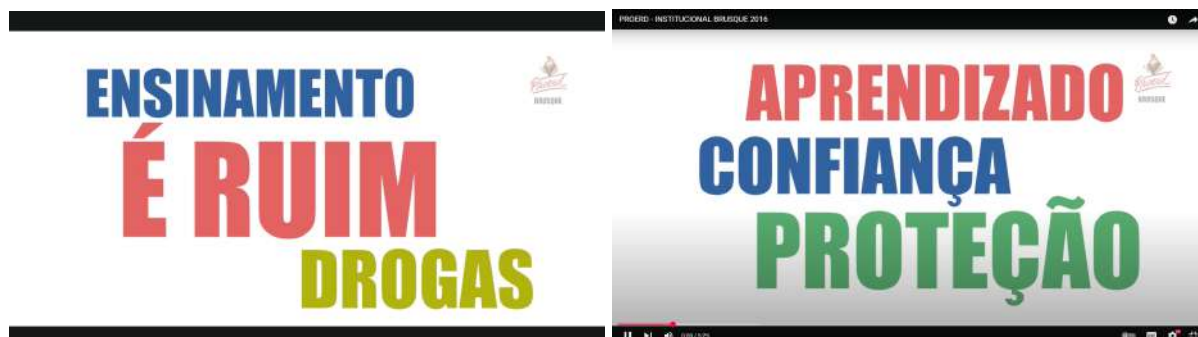
Para conhecermos a forma como a instituição comunica sobre a presença desses agentes em sala de aula, partiremos do vídeo desenvolvido pela equipe regional do município de Brusque/SC, intitulado “PROERD - INSTITUCIONAL BRUSQUE 2016” (2016), publicado em outubro daquele ano. Esse é um vídeo institucional de divulgação do trabalho do programa que utiliza imagens de alta qualidade (1080p) e possui uma estética de comercial longo, com entrevistas com crianças, familiares, professores, gestores escolares e profissionais do projeto e filmagens “*b-roll*”¹⁸ em sala de aula, em formaturas do programa e de viaturas nas ruas. O vídeo todo possui de fundo uma música instrumental animada e emocionante: inspiradora.

Este vídeo, para mim, começa de uma forma peculiar, pois podemos questionar quais são os “inimigos” sociais que o Proerd busca combater. O nome do projeto indicaria “drogas” e “violência”, mas essas são categorias demasiado amplas e polissêmicas, de forma que a análise dos vídeos elencaria inimigos recorrentes do projeto, como drogas em geral (substâncias ilícitas, tal como maconha e cocaína) e a abstração de violência como agressão ilegítima (Cardoso de Oliveira, 2008; Misse, 2016; Eilbaum; Medeiros, 2015). Enquanto outros vídeos elencam formas particulares de violência a se combater como *bullying* (através do trabalho dentro da comunidade escolar) e violência sexual (através de atenção para com as estudantes e trabalho com as famílias), este produto especifica algumas outras drogas logo na narração/relato inicial feita por uma criança: “Proerd para mim foi um ensinamento para toda

¹⁸ *B-roll* são as cenas secundárias adicionadas a um produto audiovisual. Tomando como exemplo os vídeos do Proerd, as imagens primárias seriam dos policiais lecionando, entrevistas, imagens das crianças lendo ou momentos das cerimônias de formatura, enquanto as imagens secundárias podem ser dos corredores, da lousa, do pátio, do movimento das pessoas na formatura. Como produto audiovisual, a presença de *b-roll* indica maior tempo de produção, mais horas de filmagem e mais investimento em decupagem.

a sociedade de como é ruim a bebida alcoólica e o cigarro.”, enquanto na tela a ideia de “bebida alcoólica e cigarro” são traduzidas pela transcrição da palavra “drogas” (**Prancha 9**).

Prancha 9 - Simplificação do Proerd



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PROERD - INSTITUCIONAL BRUSQUE 2016” (2016).

Uma segunda voz infantil continua a narração/releto dizendo: “o *bullying* é uma coisa muito errada de se fazer com um amigo. Todo mundo pode ser feliz.”, o que parece indicar que as violências são ruins quando direcionadas à sujeitos não merecedores de tal violência, neste caso o “amigo”. Um terceiro releto diz: “eu aprendi sobre ser confiante, a se proteger das drogas”. O vídeo então deixa de ser fundo branco com palavras coloridas e passa a mostrar uma montagem do trabalho dos agentes do Proerd, a qual começa com uma viatura chegando em uma escola e transicionando para um agente em sala de aula em frente à lousa e apresentando os materiais didáticos do programa.

Nessas imagens o cinegrafista se coloca no chão para registrar os agentes em pé dando aula de uma perspectiva mais próxima daquela das crianças, de forma a gerar uma sensação de grandiosidade e autoridade, ao mesmo tempo que um outro quadro traz o policial sentado no chão com as crianças, como um esforço de se comunicar em seu nível (**Prancha 10**). Outra característica dessa montagem são focos em rosto de crianças específicas. A face é enquadrada de forma cartesiana e aparece como identidade e singularidade (Rechenberg, 2014; Pinney, 2016), de forma a despertar empatia e humanidade – uma oposição às massas turvas que caracterizavam os “bandidos” na *websérie Papa Mike SC* (Klinkerfus, 2025a).

Prancha 10 - Vídeo institucional do Proerd em Brusque/SC: formas de enquadrar o programa e os policiais



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PROERD - INSTITUCIONAL BRUSQUE 2016” (2016). Algumas imagens foram recortadas para omitirem rostos de crianças.

O vídeo continua com uma série de frases enquadradas como excertos de entrevistas. Começamos com entrevistas de alunos em contexto de sala de aula, com estudantes vestidos com camiseta do Proerd e rodeados de pelúcias do mascote, enquanto alguns dão seus relatos em outros espaços da escola, como em frente a uma parede cheia de troféus e medalhas. Eles descrevem o curso como “[...] uma aula de alegria”; indicam que o “Proerd mudou 100% a minha vida”; e que aprenderam “[...] os efeitos que as drogas podem causar no nosso organismo”, “[...] como fazer denúncias, como agir em situações ruins e como se comunicar de maneira melhor”.

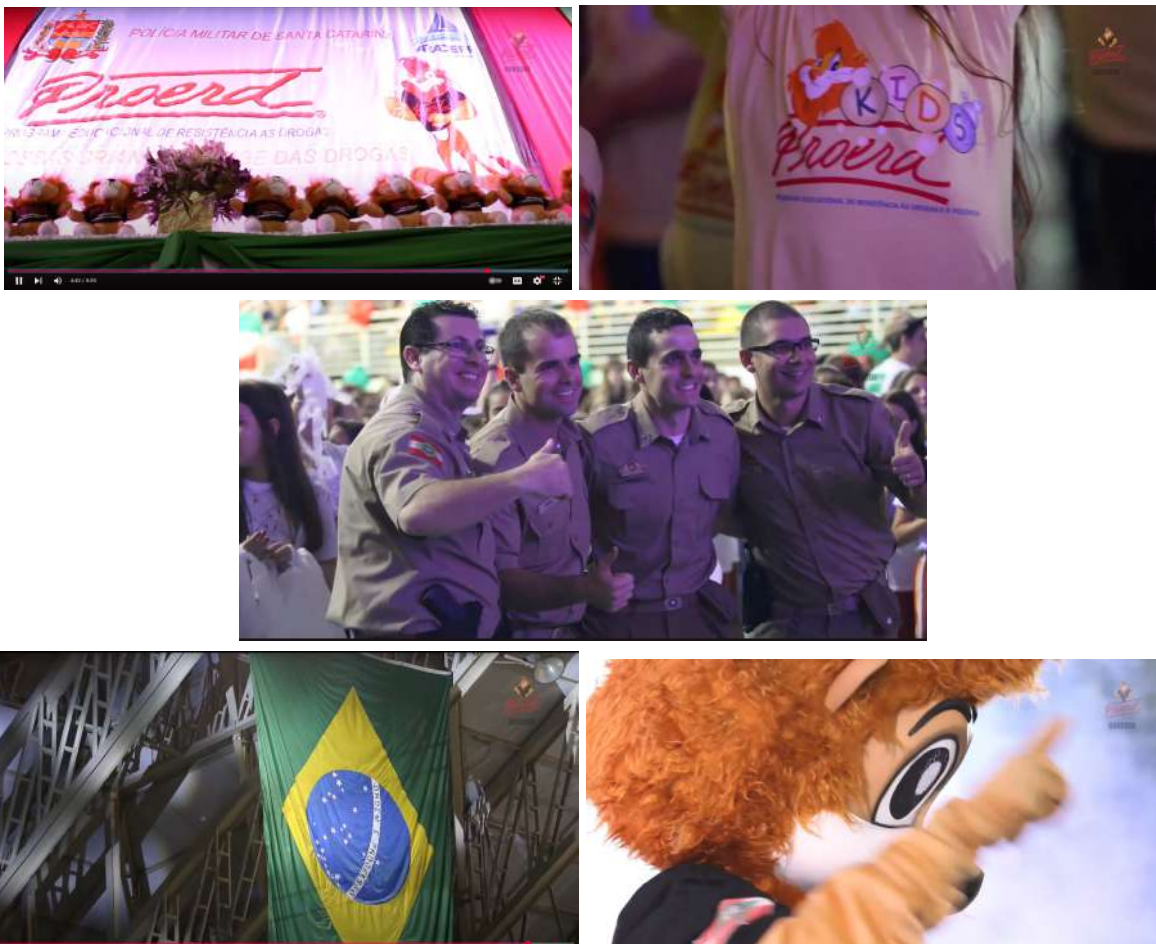
Seguimos, ainda no contexto da sala de aula rodeada por estudantes e pelúcias, para um relato mais extenso de uma professora, que elogia o programa por ele não apenas ensinar sobre drogas e violência, “[...] mas sim como ser um bom cidadão, uma pessoa para fazer o bem, uma pessoa para ajudar as pessoas, cidadãos que construam uma sociedade melhor”. Essa é outra manifestação do fio condutor da construção do polo moral positivo dentro da sociedade a partir do status de superioridade moral das forças policiais. Aqueles estudantes que passassem pelo Proerd estariam equipados para serem pessoas que fazem o “bem”, “bons cidadãos”. Essa construção, como fica implícita no processo de montagem, tem início desde a infância, o que vemos por meio de uma nova montagem na qual as estudantes nomeiam suas pelúcias, assistem aula e interagem entre si a professora, as crianças e o policial – o tripé escola, polícia, família é reiterado na linguagem audiovisual.

Depois de ouvir daqueles que representam a “escola”, passamos a conhecer melhor o núcleo da família, por meio de trechos com mães de alunos do programa, nos quais uma afirma se sentir “[...] muito feliz por ele [o filho] ter participado porque a gente pode conversar mais, debater mais sobre esses assuntos e ficou muito claro para ele que ele tem que dizer não às drogas porque isso não leva a nada”. Mesmo em um relato emotivo, o slogan do programa aparece para lembrar que a base da mensagem é a velha dica de Nancy Reagan: dizer não. A continuação da apresentação da “família” é feita pela contribuição de ex-alunos do Proerd, agora adultos, que falam sobre sua experiência com o projeto e como ela os marcou. Uma delas é professora e diz que o programa serviu de base para que hoje ela ensine a seus alunos “[...] o que é o certo e o que é o errado”, enquanto outro estudante que seguiu a carreira policial explica que sempre teve uma admiração pela polícia militar “[...] e depois do Proerd acabei tendo mais ainda, não é a toa que hoje faço parte da instituição”. Para além dos ensinamentos de conteúdo – como os efeitos do cigarro no corpo – e o desenvolvimento de habilidades – o “dizer não” –, essas entrevistas parecem indicar que o Proerd também gera um

outro efeito previsto em sua concepção como *D.A.R.E.*: ampara a imagem e produz representações positivas das instituições policiais, semeando o sonho de crianças se tornarem futuros policiais e fazerem o “bem” – um desejo de fazer parte.

A última entrevista é com o Comandante do 18º BPM de Brusque, como uma fala final e oficial sobre o programa, na qual ele costura o tripé com a perspectiva da polícia: “É um programa que vem suplementar o apoio familiar, a base familiar, a estrutura familiar – que evidentemente não se consegue substituir em nenhum momento. É um apoio à escola que vai formando esses cidadãos. Nós temos já formados quase 30 mil alunos de todas as séries”. O final do vídeo é uma montagem com música animada de guitarra e bateria de uma cerimônia de formatura: o momento final dos policiais proerdianos com as escolas e as famílias em um dado ano letivo (**Prancha 11**).

Prancha 11 - O fim do curso do Proerd: a formatura



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PROERD - INSTITUCIONAL BRUSQUE 2016” (2016).

As formaturas são um espetáculo à parte e recebem vídeos próprios que exploram a emoção da ocasião e a grandeza da celebração organizada em conjunto pela PMSC, pelas

escolas e pelos municípios que participam, contando com patrocinadores privados que oferecem prêmios e arcam com despesas. O maior registro da grandiosidade que alcançam as festas de formatura do evento é o vídeo “PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron” (2016), que mostra a realização da festa que uniu turmas de três diferentes municípios da região de fronteira entre Santa Catarina e Paraná. Os valores morais e habilidades esperadas das formandas aparecem desde a descrição do vídeo, que informa:

As polícias militares de Santa Catarina e do Paraná realizaram na noite de quinta-feira (23), na cidade de Dionísio Cerqueira, a primeira formatura conjunta dos alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas à Violência (Proerd), dos municípios de Dionísio Cerqueira, Barracão (PR) e Bom Jesus do Sul (PR). Ao todo 500 alunos prestaram o compromisso de resistir às drogas e à violência, além de desenvolver aspectos relevantes à formação de um "bom cidadão".

O estilo do vídeo segue o formato de reportagem, mas ao invés de ser um produto de uma emissora de televisão clipado pela equipe de comunicação, é uma produção autoral da PMSC, produzida pelo 11º BPM de Fronteira (Santa Catarina/Paraná). A primeira metade do vídeo é uma montagem do evento com narração, seguida de uma montagem do show realizado por PMs em um palco e encerrando com uma série de entrevistas. O *storytelling* começa com a logo da PMSC, a qual entra em tela coberta em chamás e se transforma no brasão da corporação acompanhado do título “POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA”. Na narração uma voz feminina informa que a Banda Proerd fez show na primeira formatura interestadual (SC/PR) do programa, ocasião que teria reunido a polícia, os estudantes, suas famílias e autoridades.

Nas imagens que compõem a montagem narrada vemos policiais cantando e dançando, uma plateia grande com crianças uniformizadas e muitas luzes coloridas. Vemos também que múltiplas divisões da corporação marcaram presença no evento, como a equipe do Canil acompanhada de cachorros-policiais. Na ocasião da formatura foram premiadas as melhores redações escritas ao final do programa sobre dizer “não” às drogas e à violência, assim como cada turma pode escolher um “[...] colega com mais responsabilidade, companheirismo e melhor comportamento; e premiando o mesmo com uma bicicleta que foi oferecida por patrocinadores”. Este é um dos vídeos mais marcados pela presença constante do mascote Daren, representado por um ator em uma roupa de mascote (fantasia ou *fursuit*). Uma versão mais tradicional (fiel à ilustração da bandeira do programa) com a camiseta do programa é vista ao lado de outras versões de fantasias de leão. Os mascotes são vistos posando com crianças e autoridades para foto, no meio da plateia como público dançando e

como atrações para as crianças que interagem com eles. Junto da banda, dos cerimonialistas e da mesa de autoridades, o mascote compõe o ponto focal dos representantes do Proerd (Figura 8).

Figura 8 - Banda, Leão Daren e mesa de autoridades centralizados em formatura do Proerd



Fonte: captura de tela feita pela autora do vídeo “PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron” (2016).

O que segue é uma montagem da apresentação artística de dança dos policiais. Eles tomam o palco em uma longa performance ao som de um compilado de músicas populares. O começo conta com um grupo de agentes trajando calças cáqui, camisetas vermelhas e capacetes do exército enquanto portam cassetetes e escudos transparentes de proteção com a palavra “POLÍCIA” em letras garrafais amarelas ao som da música tema do filme policial brasileiro *Tropa de Elite* (dir. José Padilha, 2007), em uma coreografia na qual batem suas armas no escudo. A régua estética da polícia é esticada ao extremo da farsa e do simulacro, na qual em uma extremidade há a representação do policial Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) com fuzil em mãos xingando e torturando “bandidos”, enquanto do outro estão policiais militares que dançam em um palco com um mascote gigante de pelúcia para a diversão de autoridades e crianças.

Depois de marcar a presença da extensão da autoridade policial por meio da lembrança da centralidade do filme de José Padilha na construção da figura do policial militar brasileiro, a performance vira um batido de cultura pop de meados da década de 2010, com uma seção

ao som de “Eu me remexo muito”, versão dublada da gravação de “*I like to move it*” para o filme de animação infantil *Madagascar* (dir. Eric Darnell; Tom McGrath, 2005), a partir da qual alguns policiais dançam em uma mímica de se esconder atrás do escudo e reaparecer – como alguém que brinca com um bebê de “cadê o bebê? Achou!” – e outros repetem o gesto, mas com os capacetes em mãos.

Na terceira canção, *Gangnam Style*, sucesso coreano de Psy que virou febre na década de 2010, os policiais homens já se livraram do escudo, capacete e cassetete e engajam em uma tentativa de reproduzir a coreografia viral do videoclipe da canção, enquanto as duas mulheres observam nas laterais. Na quarta canção as duas policiais tomam o palco ao som de *Single Ladies* de Beyoncé, música também viral do final dos anos 2000 e começo de 2010. Um quinto momento tocam uma canção infantil que não consigo identificar, mas reconheço como uma canção infantil (cantada por voz infantil) popular dos anos 1980 ou 1990, ao som da qual os policiais replicam brincadeiras infantis. O fim da performance vê os dançarinos se juntarem a Banda Proerd para uma performance ao vivo do tema do programa, canção cujo refrão diz: “Proerd é o programa, Proerd é a solução, lutando contra as drogas, ensinando a dizer ‘NÃO!’” (**Prancha 12**)

Prancha 12 - Simulacro de polícia: policiais dançam no palco





Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron” (2016).

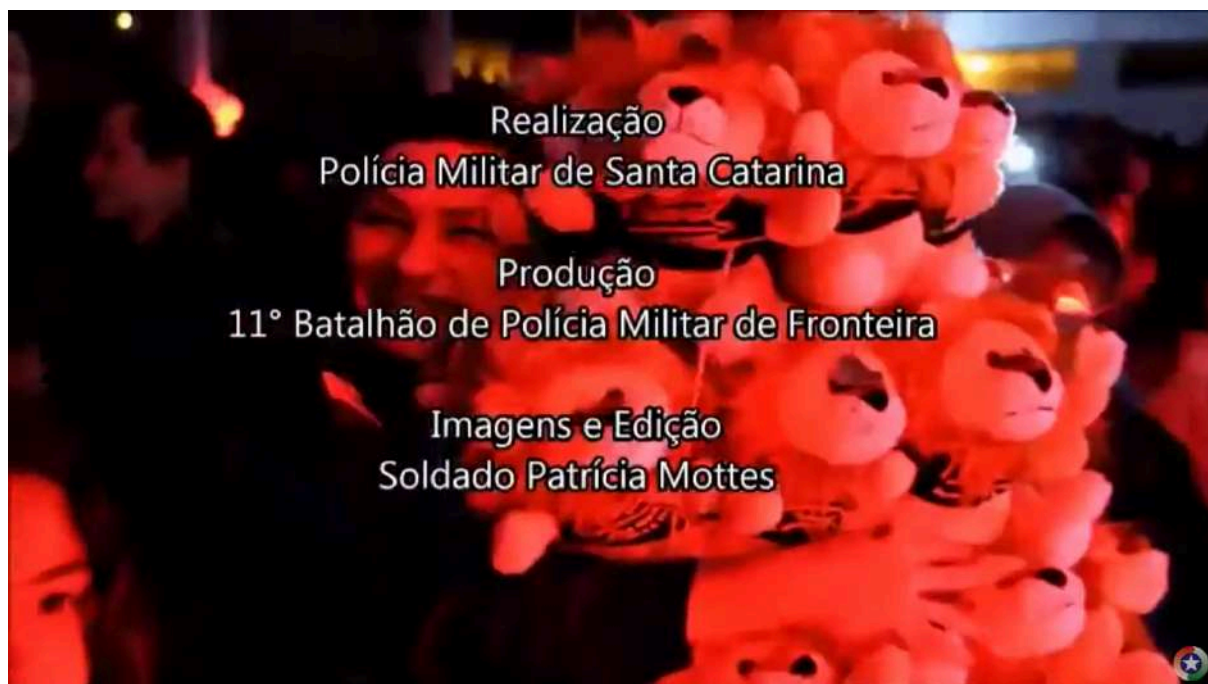
O ambiente escuro com luzes de festa e o som agitado e estourado de uma gravação no meio da muvuca são substituídos por um ambiente de luz sóbria e com som mais limpo para a realização das entrevistas. O primeiro entrevistado é Coordenador do Proerd da PMPR e elogia o programa, advogando por mais trabalhos integrados entre policiais de diferentes estados. Já o Coordenador Executivo do Proerd da PMSC destaca positivamente a junção de três cidades unidas por um mesmo objetivo: “[...] conscientizar cada vez mais nossos jovens e nossas crianças em prol de construir uma sociedade muito mais sadia, justa e feliz”.

Uma das autoridades presentes, juíza de direito de um dos municípios, afirma que a população está toda feliz com a formatura e diz que o projeto é “incrível” e realmente de

“segurança pública!” (ênfase da entrevistada). Já uma das soldados instrutora do Proerd no estado do Paraná diz que o processo de realização do curso não foi fácil, mas que valeu a pena. As últimas entrevistas trazem policiais Proerd de Santa Catarina – os quais trajam o mesmo visual dos policiais dançarinos com uniforme vermelho que traz no peito a logo do Proerd com o Leão Daren no meio e o lema de ESCOLA - POLÍCIA - FAMÍLIA – e com o coordenador do Proerd do 11º BPM/Fron, que celebram e agradecem a todos pela formatura.

O vídeo encerra com o breve rolar de créditos: “Realização - Polícia Militar de Santa Catarina/ Produção 11º Batalhão de Polícia Militar de Fronteira/ Imagens e Edição - Soldado Patrícia Mottes” ao som de uma versão gravada da Canção do Proerd, enquanto uma montagem de cenas da festa de formatura passa, uma delas mostrando um estande cheio de pelúcias do leão do Proerd. A imagem final é da logo do 11º BPM. Este é o único vídeo analisado na pesquisa que traz ao final créditos com o nome de algum responsável pela produção audiovisual (**Figura 9**).

Figura 9 - Créditos ao final do vídeo “PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron” (2016)



Fonte: captura de tela feita pela autora do vídeo “PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron” (2016).

Dentro das narrativas de família mais pessoais e subjetivas, expressas pela experiência pessoal de policiais, professores, alunos e familiares e aquelas mais normativas, que falam de dados do Proerd e dos objetivos do projeto de acordo com como foi planejado, foi traçada

uma costura proposital que unia os interesses ditos comuns da sociedade, da escola e da polícia. Entre escola, polícia e família, as instituições de ensino parecem ser apenas um local de execução do plano de trabalho proerdiano, enquanto as imagens acerca da polícia, em sua multiplicidade, ganham profundidade. Concluo este capítulo de apresentação do conteúdo geral do Proerd no canal PMSC Oficial com o desenho de uma trajetória histórica da PMSC que é reiterada por meio do programa educacional.

Na *livestream* de formatura de instrutores, próximo ao final da cerimônia, todos são convidados a se levantarem para cantar a Canção da Polícia Militar de Santa Catarina, creditada ao Tenente Coronel Roberto Kehl e escrita no fatídico ano de 1964. A letra da obra evoca a costura central do argumento deste capítulo que une a produção estética policial aos ideais do Estado e da família – “em defesa da Lei e dos lares”. Segue aqui a letra oficial da canção (Canção..., online):

I

Na grandeza do nosso passado
Na bravura que o tempo guardou
Nossa Farda é um atestado
Que o heroísmo já glorificou
A defesa da Lei e dos lares
Essa Farda nos faz garantir
Os deveres são nossos altares
Destinados ao crime banir

Estrilho

Salve PM Catarinense
O teu nome havemos de honrar
Na batalha que o bem sempre vence
Para a Lei na vanguarda ficar
Na batalha que o bem sempre vence
Para a Lei na vanguarda ficar

II

Quer na paz patrulhando à cidade
Quer na guerra ou em pleno sertão
Onde faça mister a verdade
Onde faça mister a razão
Ao tombarem a serviço da Lei
Nossos bravos heróis destemidos
Esquecidos soldados da grei
Jamais sejam por nós esquecidos

Estribilho

Salve PM Catarinense
O teu nome havemos de honrar
Na batalha que o bem sempre vence
Para a Lei na vanguarda ficar
Na batalha que o bem sempre vence
Para a Lei na vanguarda ficar

Capítulo 6

A luta do bem contra o mal: autorrepresentações morais da polícia

Principalmente nesta idade, a figura do policial é muito forte, pela questão da autoridade, do herói, da luta entre o bem e o mal. O policial representa isso, representa o lado do bem, o lado forte, então o policial torna-se modelo. [...] Um dos objetivos da Polícia Militar é quebrar o paradigma que alguns podem ter de que o policial é violento, que ele está ali para agir de maneira agressiva. Não, o policial pode ser e é um amigo para a criança, alguém com quem ela pode conversar não só numa hora de perigo. [...] E até mesmo para as famílias, incentivar uma outra visão da Polícia, de uma Polícia preocupada, mais próxima da comunidade. (policial instrutor do Proerd entrevistado em Salm; Menegasso; Ribeiro, 2007, p. 242)

Uma das maiores dificuldades que eu identifico em minha trajetória de debater de forma crítica a produção comunicacional da polícia é enfrentar o peso das experiências pessoais que muitas pessoas têm com a polícia, ou simplesmente a hipótese: “mas se você for assaltada, vai chamar quem?”. Análises crítico-etnográficas orientadas para a polícia como uma instituição tendem, em minha experiência anedótica, a ser rejeitadas em muitos âmbitos públicos pelo fato da representação policial hegemônica convergir as figuras de policiais específicos, instituições policiais e da abstração da polícia como uma força protetora e universalmente boa, resultando na impossibilidade de repensar, criticar ou rejeitar uma entidade social “salvadora”, “heroica” e essencial.

O relato que escolhi para abrir o capítulo traz à tona o esforço proposital presente em programas como o Proerd na contínua manutenção dessa imagem da polícia, através do trabalho de “incentivar uma outra visão da polícia”. Meu objetivo de explicitar as estratégias narrativas – mesmo que inconscientes – por traz dessas representações é precioso para mim e ganha corpo no ato de questionar o interlocutor que convido para este texto perguntando: o policial pode ser amigo de quais crianças? Aquelas que moram onde? E o que elas podem fazer quando o perigo é a própria polícia?

Durante o processo de escrita deste trabalho, em dezembro de 2025, repercutiu na mídia um caso de assassinato por parte de agentes da PMSC de um menino de 17 anos, no município de Florianópolis, na localidade do Morro do Mocotó. Talvez chamá-lo de criança não seja apropriado, mas era um adolescente, menor de idade ainda protegido, em tese, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que encontrou nas forças de segurança o seu fim

de forma violenta. A agressão (moral) ainda continuou mesmo após sua morte, já que o ocorrido foi reportado pelos policiais como confronto, enquanto moradores do bairro denunciaram essa narrativa como falsa. Em entrevista, um major da corporação confirmou que o jovem não efetuou disparos com a suposta arma que ele segurava (Fernandes *et al.*, 2025). Ainda assim, a estrutura narrativa hegemônica apenas informou que ele era acusado de envolvimento com o tráfico, morava em um morro e teria atacado os policiais, que o mataram em resposta a uma “injusta agressão”. O menino ficou marcado com a eterna dúvida: mereceu ou não? Enquanto os policiais se protegeram por meio do escudo estético da imagem das polícias como o “bem”, que apenas se defenderam e, desta forma, mantiveram a segurança de toda a sociedade.

Reitero, mais uma vez, que não tenho pretensão de indicar “verdades” neste trabalho, então pouco importa o status de envolvimento com o crime organizado desse jovem, ou o fato de ele ter ou não agredido os policiais a ponto da violência letal ser a única solução. Mas também não posso negar que as manifestações nas ruas e as lágrimas de amigos, familiares e até de completos desconhecidos reivindicando justiça pelo menino que seria inocente, me afetaram. Compreendo que a importância de desmistificar o semblante policial de bondade absoluta é a necessidade de encarar policiais como agentes comuns, que não são moralmente superiores, e que deveriam ser responsabilizados em casos de violência, brutalidade e letalidade. Infelizmente, o escudo narrativo – jurídico e político também – que envolve essa instituição social contribui para o impedimento dos processos de responsabilização e punição para os policiais quando homicidas – e dos processos de justiça e reparação para famílias afetadas.

Mas, como aponte, é difícil distanciar – e isso é proposital – questões institucionais e estruturais das experiências pessoais com agentes policiais. Em múltiplos vídeos do Proerd, uma ferramenta usada para construção de efeito emocional são os relatos pessoais de policiais, profissionais das escolas, estudantes e familiares com o programa. São histórias como a da criança que escreveu uma carta para um policial proerdiano dizendo que estava sendo abusada; do aluno cego que voltou para a escola para contar ao policial proerdiano que agora era radialista; da mãe de aluno na formatura que chorava muito, pois estava com câncer terminal e aquela seria a única formatura da filha que ela veria; do aluno com câncer que não ganhou a pelúcia no sorteio, mas o policial proerdiano deu um para ele no leito do hospital nos últimos dias de vida dele e; do policial que perdeu o sobrinho e sente que pode salvar

outros alunos pelo Proerd, tendo atendido em sua turma o aluno número um milhão do Proerd/SC. E todos esses são apenas de um vídeo.

Durante esses relatos os entrevistados choram, tremem e colocam-se de forma tão vulnerável que parecia impossível não se comover, sentir a dor e o orgulho. Essa experiência que tive foi compartilhada pelos poucos comentadores desses vídeos, que parabenizaram o programa e destacaram o orgulho pelas trajetórias dos policiais apresentados, como em “[...] Parabéns à coordenação, aos guerreiros e incansáveis Instrutores que fizeram com que essas histórias pudessem ser contadas com emoção e alegria, vocês são os verdadeiros heróis de muitas dessas crianças. Deus abençoe vocês sempre!” [escrito por perfil que se identifica como um Cabo que é parte do Proerd].

Gosto do argumento da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) quando ela alerta para o perigo de uma história única, pois, se tomamos a abstração da polícia como heróis, salvadores e protetores e o relato aos prantos do policial que realizou o sonho de uma criança com câncer em seu leito de hospital como a forma única de compreender o debate da segurança pública – a polícia como o “bem” –, então, logo, quando lemos no jornal que um jovem morreu em confronto com policiais, não duvidamos em momento algum, pois contra o “bem” só poderia estar o “mal”. E esse suposto “mal” – o “bandido”, o “crime” – tende a ser localizado nas regiões periféricas, nas favelas, como pessoas empobrecidas e racializadas como não-brancas, pessoas em situação de rua e dissidentes de gênero/sexualidade (Alves, 2011; 2019; 2020; Medeiros, 2023; Preciado, 2023; Klinkerfus, 2025a).

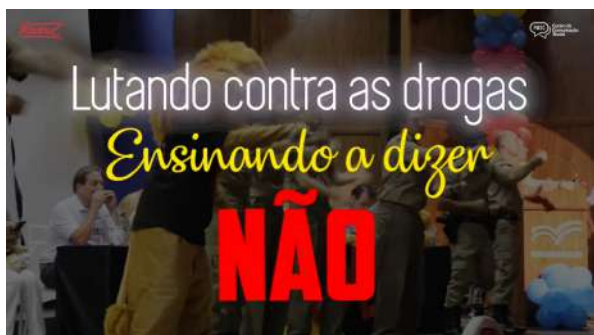
O enquadramento do “bem” contra o “mal” é um dos mais utilizados pela PMSC como um todo em seus meios de comunicação, incluindo nas peças publicitárias do Proerd. Essa é uma caracterização moral do universo policial que é transposta nas interações dos policiais proerdianos com o universo escolar. Nessas interações, a luta contra as drogas aparece como uma batalha do “bem” contra o “mal”, na qual existe um polo moral negativo simbolicamente emaranhado com toda e qualquer menção de droga e um polo moral positivo que agrega todo o campo representacional das forças de segurança.

Quando voltamos para a Canção do Proerd (transposta no capítulo 1) (**Prancha 13**), a descrição do Proerd como “amigo”, aquele que “vai te ajudar”, no singular, parece ser evidência da estratégia de mescla imagética de toda a polícia na figura humanoide do Leão Daren, que simboliza todos os policiais proerdianos, todos os agentes da PMSC e todos os

policiais em geral em uma figura moralmente positiva, um “amigo”. O amigo Proerd enquadra toda a discussão acerca de drogas como um “problema”, algo perigoso do qual as crianças precisam se manter “salvas” e cuja fonte muitas vezes seria a “pressão” social. O hipotético “sim” às drogas seria uma atitude contrária ao “amor próprio” ensinado, de forma que escolher o amor seria um processo de levar em conta as “consequências” das drogas, ouvir o amigo Proerd e tomar, assim, uma decisão própria de dizer “NÃO!” – até porque na luta do bem contra o mal qualquer outra escolha além do “não” seria alinhar-se com o mal.

Prancha 13 - “Canção do Proerd (Lyrics Video)”





Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “Canção do Proerd (Lyrics Video)” (2019).

O perigo da história única também passa a ser interessante quando olhamos para a régua de representações múltiplas dentro da estética policial, pois o policiamento preventivo que “não dá susto” e a execução de jovens em bairros pobres existem juntas, numa mesma história única complexa. Um dos comentários que se destacou para mim, em meio aos múltiplos elogios desse que é o vídeo com mais visualizações do Proerd/SC, foi “Ótima música para ser tocada enquanto descemos a borracha em nóias!”, no qual o comentador indica que a música seria um bom fundo para que agentes policiais agredissem usuários de drogas. Esse é um ponto que explicita o chão comum entre o policial de ação e o policial proerdiano no que diz respeito a autorrepresentação: ambos se colocam como em posição moral polarmente oposta aos “bandidos”, categoria que é racializada, geograficamente localizada e toma as drogas como um mal original que permeia esse universo simbólico. Entre a caracterização moral positiva dos policiais e o proibicionismo e punitivismo que fundam o discurso da “guerra às drogas”, as diferenças entre as representações policiais convergem em um aspecto comum: eles enfrentam o mal da “bandidagem”.

A autorrepresentação da polícia é a de uma batalha moral, como fica explícito nas falas do Chefe do Estado Maior durante a livestream de formatura dos policiais do Proerd. Em seu discurso para os formandos, ele menciona uma anedota de sua vida em que ele falou para seu superior que não precisava mostrar de antemão um texto para um cerimonial, pois a confiança da corporação nele deveria incluir a crença na existência do texto não mostrado da mesma forma que confia que os policiais agirão bem em uma abordagem no meio da madrugada “sem câmeras”. Em sua crença própria nessa moralidade policial, mais a frente na cerimônia, ele menciona o desejo e necessidade de honrar os policiais militares, especialmente em momentos de “ataque”:

[...] Quando somos atacados por criminosos sempre é recente, mas vem dos recentes ataques do PGC [Primeiro Grupo Catarinense, organização criminosa do estado de Santa Catarina] aos nossos policiais. Nós perdemos

três policiais no último ataque, dois deles eram da reserva, sequer sabiam o que estava acontecendo. Então, nós queremos que esse alerta chegue lá também para que eles se cuidem. Quando hoje eu viajo pelo estado e falo com policiais do interior, a grande preocupação que eles relatam é o medo de morrer sozinho. Então nós não vamos deixá-los sozinhos, nós vamos sim cuidar deles lá na reserva. [...]

A construção da representação moral policial é deíctica, só pode existir perante a ideia de perigo constante, “ataques” e ameaças do “crime”. Há uma forma de equilíbrio argumentativo entre o extremo moral negativo do “bandido” que edifica a moralidade inquestionável dos agentes de segurança, que podem levar uma pessoa a questionar um caso de letalidade policial, mas a ultimamente o aceitar como algo necessário. Durante uma fala pública poucas semanas atrás, expressei indignação perante ao número exorbitante de mortos – mais de 120, entre acusados de envolvimento com o crime organizado com mandados de prisão, suspeitos de envolvimento e indivíduos sem relações com o crime organizado – durante a Megaoperação Contenção que ocorreu nos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro (ver IDMJRacial, 2025; Klinkerfus, 2025b), e ouvi como comentário de uma pessoa no público a seguinte afirmação: “se não tiver prosseguimento na retomada e pacificação, foram mortes inservíveis”. Na luta do bem contra o mal, mesmo centenas de mortes podem ser relativizadas na esperança da perseverança de uma ideia moralizada de “segurança”.

Essas construções sociais, entretanto, há de se destacar, não utilizam simplesmente de enquadramentos legalistas para definir quem seriam os “bandidos” inimigos públicos. De acordo com o sociólogo brasileiro Michel Misse (2010), os processos de sujeição e subjetivação de indivíduos atrelados ao crime e a práticas ilegais não são limitados à prática criminal em si, mas produzem formas de reprodução da imagem de “bandido”. Através de aspectos como o local de moradia, racialização e padrões de linguagem, indivíduos podem ser assimilados socialmente simplesmente como pessoas que cometeram crimes, ou serem estigmatizadas de uma forma particular ao terem a si atreladas o semblante do “bandido”, o inimigo público (Quadros, 2023). O desejo público de sofrimento e posicionamento moral oposto ao policial não é atribuído a todas as pessoas acusadas de um crime e que são presas, mas sim recaem sobre aquelas que se encaixam no padrão do “bandido”, seja elas pessoas que realmente cometeram crimes ou não (Klinkerfus, 2021).

Em outro ponto da fala do superior da PMSC na formatura, ele se volta para uma relação entre o desenvolvimento tecnológico da corporação e a preocupação com o “cuidado” para com os policiais militares. Essa preocupação passaria por formações de qualidade,

especialização, mestrado e doutorado para os policiais, mas também melhor equipamento, melhor armamento. Ele diz

[...] Não é só o fardamento, equipamento e armamento que vai melhorar, não são só as 11 mil pistolas 9mm beretta que estão chegando lá em Brasília da Itália para nós que vai melhorar para o nosso operador, dar mais segurança quando ele precisar sacar uma arma na rua e ter essa garantia que aquele instrumento que é de defesa, de legítima defesa nossa e de terceiros, vai funcionar se necessário. [...]

Esse ponto de seu discurso destaca outra questão importante da construção imagética da figura policial, que é o entrelaçamento de uma superioridade que é ao mesmo tempo moral, física, intelectual e tecnológica. Dentro dessa perspectiva, os agentes policiais teriam – ou deveriam ter – condicionamento físico desenvolvido, intelectos extraordinários e acesso a melhor tecnologia possível. A dinâmica do desenvolvimento intelectual é uma das mais presentes no discurso proerdiano, pois está presente no argumento de educação para que as crianças aprendam a fazer melhores escolhas. Seguindo a lógica do racionalismo iluminista (Delfino, 2021), na qual o desenvolvimento moral é alcançado pelo desenvolvimento racional, o discurso do Proerd propõe educar e iluminar estudantes para que eles sejam capazes de tomar a decisão que não apenas é mais “inteligente”, mas que também é moralmente correta e de “amor próprio”: dizer “NÃO!” às drogas.

A palavra “droga” aqui ganha significados particulares em algumas instâncias, como na descrição mais ampla possível de “cigarros e bebida alcoólica”, mas é mais usado também como uma forma de significante aberto (Cesarino, 2022), capaz de ser compreendido por cada receptor como um mal diferente: enquanto alguns negarão qualquer substância desde uma cerveja, outros reservarão sua oposição e animosidade contra “maconha”, “crack” e outras substâncias disseminadas como moralmente negativas. O mesmo é atribuído para quais violências hão de ser mais antagonizadas.

Um dos casos que melhor evidencia a amplitude do campo simbólico do mal nesses vídeos é a campanha “PMSC - Escolhas Proerd” (2022), publicada em 18 de março de 2022. Este é um vídeo utilizado em formações de policiais para agirem como instrutores do programa, o que vemos a partir de sua reprodução na íntegra durante a formatura de instrutores disponibilizada no canal. A estética é de um *videogame* antigo, como o primeiro Super Mario Bros. (1985), jogo de plataforma tradicional. O primeiro quadro é cinza com palavras em branco que se assemelha a interface de uma tela de programação ou o começo de um *videogame* antigo. Todo o texto é em inglês e indica um “*copyright*” de 1988-1994, o que

parece ser uma referência a qual era de videogames este vídeo toma inspiração. Ainda nessa estética eles apresentam ser uma produção do CCS/PMSC e seguem para a logo do Proerd. O que seria a tela inicial do jogo da vida que o Proerd te ensinaria a jogar corretamente diz “ESCOLHAS Proerd”, seguido do comando “PRESSIONE START” – tela que também serve como *thumbnail* do vídeo (Prancha 14).

Prancha 14 - Estética de *videogame* do “Escolhas Proerd”



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PMSC - Escolhas Proerd” (2022).

Seguindo a estrutura de uma *gameplay*, uma rodada de jogo em que outra pessoa joga e nós assistimos, acompanhamos uma menina com mochila escolar em uma perspectiva de *videogame* em terceira pessoa, na qual vemos o corpo dela se mexer e a câmera a acompanha. Ela começa em um parque, entrando no caminho de um deque de madeira. Na lateral superior direita da tela, a palavra “iniciar” aparece. Ela clica com a mão na tela, em uma simulação de ser uma personagem ciente de sua situação em um *videogame*, e começa a andar. Com o começo do jogo, começa uma música no estilo do gênero que eles emulam e aparecem na parte de cima da tela marcadores com quantidades de vidas (três, representadas por corações vermelhos), uma aba de crescimento de “*xp*” (pontos de experiência no jogo) e um contador de tempo.

Nesse cenário, uma voz infantil feminina começa a narrar – supostamente a própria menina personagem do jogo: “Todos os dias, precisamos fazer escolhas.” No canto inferior direito da tela, as legendas em português são acompanhadas de um quadro com uma policial militar mulher que faz a tradução para libras. A primeira escolha que o jogo apresenta acontece após uma mulher adulta que caminha à frente da personagem descartar algo no chão. A tela fica mais escura e somos dados as seguintes opções: a) “Jogar no lixo” ou b) “Continuar”. A primeira opção é escolhida, então o filtro escuro é removido e assistimos a personagem fazer a ação de se agachar, pegar o pedaço de papel e jogar na lata de lixo pública. A ação resulta em “+200” de *xp*, o que faz aumentar a aba.

Transicionamos para uma cena em uma rua de descida, no que parece ser o centro da cidade. A menina entra em um estabelecimento de comida e narra: “...muitas delas são simples”. A escolha “simples” a qual ela se refere nos é mostrada em mais uma cena de filtro escuro e alternativas de escolha: a) “Coxinha” ou b) “Salada de Frutas”. Ela escolhe a opção com frutas, como a alternativa simples e saudável que a faz ganhar mais pontos de *xp*. Uma das ideias evocadas nos materiais publicitários e nas falas dos policiais sobre o Proerd, além de “segurança”, “amor” e “escolha certa”, é a de saúde, do programa como sendo o orientador para escolhas corretas que são boas e saudáveis. Há uma relação entre saúde e moralidade, na qual parte do enquadramento negativo do uso de drogas estaria nos seus efeitos nos organismos de seus usuários.

Uma terceira cena da jornada de nossa personagem pelas escolhas que o mundo exige é quando ela caminha por um estacionamento, rumo a uma outra rua. A narração prefacia: “... outras mais complicadas.” A menina é interpelada por um homem que dirige uma van branca

e a chama para entrar: “Oi, menina. Tudo bem? Quer uma pipoquinha? Entra aqui no carro do tio, tem mais.” Mais uma vez a tela escurece e nos são dadas as opções, desta vez em um contexto mais intenso que acompanha a mudança no tom da música. As opções são: a) “Aceitar” ou b) “Recusar”. Ela recusa, diz “não, obrigada” e sai. Mais uma vez o tema da violência sexual infanto-juvenil aparece como um dos objetivos de combate do Proerd, temática que não é explorada explicitamente no plano didático do programa, mas que aparece repetidamente nos relatos pessoais de policiais sobre seus estudantes e nas peças publicitárias que indicam a importância do programa.

A quarta cena é de volta em uma calçada de rua, na qual a personagem se dirige para uma faixa de pedestre. No local, esperando para atravessar, está uma senhora com alguns cabelos grisalhos. A menina se aproxima enquanto narra: “...O importante é saber que cada decisão trará uma consequência para minha vida, e não somente a minha”. A tela congela e nos são dadas as opções: a) “Ajudar” ou b) “Não Ajudar”. A escolha certa é “ajudar”, então nos aproximamos da mulher mais velha, seguramos sua mão e atravessamos juntas. O *xp* ganho nessa ação preenche totalmente o tubo na aba e uma animação em tela com efeito sonoro diz “*I up*”, indicando que evoluímos um nível dentro do jogo. O desenvolvimento intelectual do meio de tomada de decisão Proerd, aplicado nas escolhas morais da jovem, é convertido em uma forma de elevação social, fazendo-a uma pessoa melhor, de um nível acima das demais.

A cena que segue parece ser uma de créditos do jogo, pois já chegamos ao nível máximo. Acompanhamos a personagem do *storytelling* caminhando em múltiplas ruas da cidade até chegar em um cenário em que ela sobe escadas. Ao caminhar, ela narra: “...Por isso, pra fazer a diferença, devemos saber tomar decisões melhores. Pensar bem antes de agir!” O fim de sua frase é sincronizado com o movimento de abrir a porta que leva a uma sala de aula em que um policial militar fardado leciona. Sua fala continua enquanto ela abraça o policial e se acomoda em uma das carteiras: “...Aprendi isso tudo com meu policial instrutor do Proerd e hoje sei tomar boas decisões.”

O final do vídeo apresenta a menina em primeiro plano, centralizada na tela, sentada em uma das carteiras com um fundo de borrão que esconde o rosto de suas colegas. Neste final ela fala diretamente com a câmera: “PROERD: Ensinando a escolher uma vida segura e responsável.” Após sua fala, a câmera congela, mas desta vez sem o filtro escuro, enquanto

uma animação de três estrelas surge em tela para indicar sua vitória no jogo e lemos em letras verdes e cartunescas: “Nível completo” (Prancha 15).

Prancha 15 - A aplicação das “Escolhas Proerd” na *gameplay* do jogo da vida

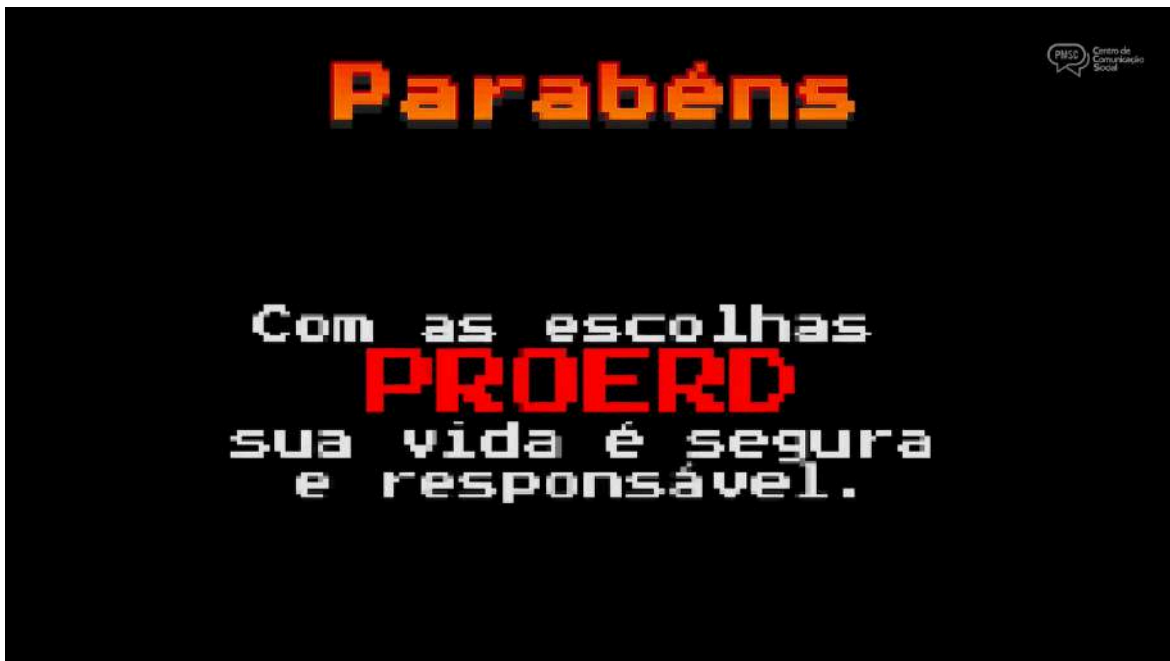




Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PMSC - Escolhas Proerd” (2022).

Uma tela preta segue com a seguinte frase: “Parabéns. Com as escolhas PROERD sua vida é segura e responsável.”, acompanhada de uma versão instrumental no estilo de um jogo antigo da Canção do Proerd (Figura 10). O vídeo tem a opção de comentários desligados, impossibilitando interações diretas na plataforma com o material. Ficamos, assim, com o problema.

Figura 10 - O fim do jogo “Escolhas Proerd”



Fonte: captura de tela feita pela autora do vídeo “PMSC - Escolhas Proerd” (2022).

Capítulo 7

Simulacro imperialista de polícia: o Leão Daren entre o *good cop* e o *bad cop*

[...] O Proerd teve sua origem nos Estados Unidos da América, e foi implantado no Brasil em 1992. O programa chegou em Santa Catarina no ano de 1998, justamente na cidade de Lages. Nesses mais de 18 anos de atuação desenvolve atividade educacional preventiva aplicada por policiais militares devidamente capacitados em parceria com a escola e a família. Os currículos do Proerd iniciam na educação infantil. Já no quinto e sétimo anos buscam o conhecimento sobre os efeitos e consequências das drogas, para que crianças e adolescentes tomem boas decisões para uma vida saudável. (narração do vídeo PMSC..., 2016, online)

Um dos primeiros vídeos que incluía as grandiosas formaturas de estudantes do Proerd que vi durante meu trabalho de campo documental/digital/audiovisual se passava no município de Lages/SC, no ano de 2016. Para além dos temas de família, moralidade da polícia como herói, saúde e educação contra as drogas, o que se destacou para mim foi a menção recorrente da origem do projeto nos EUA e a presença sempre efervescente do Leão Daren. O vídeo “PMSC - Proerd Lages” (2016) é uma montagem de imagens do Proerd em Lages desde a sala de aula até a formatura com *show* dos mascotes, enquanto uma voz feminina narra um texto sobre o programa, o qual continua:

[...] Na cidade de Lages o Proerd já formou 50 mil alunos e na área da 2ª RPM [Região de Polícia Militar] que compreende 39 municípios já são aproximadamente 70 mil crianças formadas. Para a felicidade das crianças, para além da entrega de certificados e de juramento Proerd, a formatura contou ainda com o sorteio de brindes doados por parceiros e apoiadores. Foram sorteadas bicicletas e mascotes do programa, o leãozinho Daren. E foi justamente o grupo de mascotes presentes na solenidade que encerraram o evento, junto com os formandos, instrutores e convidados, os mascotes cantaram e dançaram a empolgante e divertida canção do Proerd.

A “felicidade” dos alunos no momento da formatura é atribuída a uma parceria com os “parceiros e apoiadores”, a parte de iniciativa privada que compõem o programa, mas que tende a ficar nas margens das peças publicitárias do Proerd. O vídeo encerra com um trecho da Canção do Proerd ao vivo no dia do evento e com os créditos dos responsáveis pela produção do vídeo. A materialidade dessa felicidade, ao longo do vídeo, se dá pelos prêmios que as crianças ganham: as bicicletas, que aparecem a fundo de poucos quadros borrados, e as versões do Leão Daren em pelúcia que infestam a paisagem dos documentos (**Prancha 16**).

Prancha 16 - A proeminência do Leão Daren na cerimônia de formatura do Proerd



Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PMSC - Proerd Lages” (2016).

Entre fuzis, mortos, tragédias, viaturas, palavrões e lágrimas, o estudo da polícia me levou para bichinhos de pelúcia. Pesquisar o Proerd é uma coisa muito engraçada. Ao longo dos anos em que tenho pesquisado sobre morte, violência e segurança pública, fui chamada por vezes daquela que gostava de “morte” ou, mais ainda, daquela que “gosta de vídeo de polícia”. As pessoas ficam assustadas, julgam ou demonstram uma curiosidade meio mórbida sobre o que elas acham ser também uma curiosidade mórbida minha para com esses temas. Todavia o Proerd mudou isso. Quando eu falava que estava trabalhando com o programa, ouvia colegas animadas, que riam, falavam ter feito as aulas quando eram crianças ou ainda

que seus filhos estavam fazendo o curso atualmente. Falar de polícia e morte era algo pesado e sujo – impuro (Douglas, 2017) para alguém como eu que, segundo algumas professoras e colegas, deveria estudar gênero ou performance –, mas o Proerd era engraçado, uma polícia divertida e que, poderíamos dizer, “não assusta”.

Em uma das conversas que tive ao longo dos múltiplos momentos de troca em que trouxe para a roda o tópico obsessivo de minha pesquisa, uma amiga brasileira que mora nos Estados Unidos me perguntou: o Proerd tem a ver com o *D.A.R.E.* daqui? A sua pergunta vinha do fato de ter feito o programa quando criança e, uma vez no exterior, ouvir pessoas falando do *slogan* da ex-primeira dama estadunidense Nancy Reagan “*just say no*” (“apenas diga não”) sobre drogas. Falei para ela que sim, o Proerd era uma versão “abrasileirada” – e olha lá – do *D.A.R.E.* e apontei para o fato do Leão Daren ser nomeado dessa forma por vir do programa norte americano, além de ser uma cópia literal do mascote de fora.

A cada vez que eu observava o leãozinho nas múltiplas tardes que eu passei mergulhada e imersa em meio aos materiais do campo, pensava que ali havia de ter alguma fonte de reflexão mais rebuscada. Não teria como uma imagem aparecer tantas vezes, de formas múltiplas, e não significar nada demais dentro do contexto da análise etnográfica. O mascote Daren, um leão ora laranja, ora bege, com grande juba alaranjada vibrante, focinho rosa e rosto branco, forte e trajando uma camiseta (geralmente preta) com “Proerd” escrito em vermelho, é o personagem principal do campo. Ora ele aparece com garrinhas pretas, por vezes possui longos bigodes felinos, se materializando como ursinho de pelúcia, adesivo em viaturas especiais da PMSC, estampa de camiseta, em indivíduos vestindo a roupa de mascote e até mesmo em formato de estátua, como no município de Joinville/SC (ver **Prancha 1**, página 25).

Um *design* aparentemente simples e uma personalidade policial gentil do Proerd/*D.A.R.E.* embutida marcam o aspecto de fácil reprodução imagética desse personagem emblemático, resultando na produção espaçada de bonecos em todo o Brasil por empresas distintas. O desenho dele está em todo o lugar que o Proerd precisa e sempre que é necessário fazer roupas de mascote ou pelúcias, múltiplas empresas podem fazer o serviço, afinal, há uma fácil reprodutibilidade do reconhecimento do personagem. A pelúcia não precisa ter o exato tom de laranja ou o sorriso confiante sem dentes da ilustração, apenas ser um leãozinho de focinho branco com a camiseta do Proerd já comunica toda a mensagem.

Essa é a *toyetic quality* [qualidade toyética, qualidade de brinquedo] (Bainbridge, 2017) do personagem, a capacidade de um produto ser traduzido em brinquedos e outros produtos de *merchandising*, de forma que as pelúcias aparecem como tecnologia sofisticada de engajamento com o público infantil. Mesmo que o Proerd não seja uma marca que venda esse produto, a mensagem é vendida na construção de representações sociais em disputa. Ao manter o leãozinho em nossas mentes é possível manter viva a mensagem de proibicionismo e punitivismo. Com uma imagem tão facilmente reproduzível e reconhecível, o personagem habita páginas de meme na internet há anos, como no caso abaixo que foi me mostrado em uma sessão de perguntas e respostas após apresentar uma versão prévia deste trabalho (**Figura 11**).

Figura 11 - Meme com o Leão Daren do Proerd que incentiva a letalidade contra “maconheiro”



Fonte: publicação na rede social X, sob o link: <https://x.com/pauloap/status/871814794810204160>.

No meme a Proerd se torna sinônimo de “PM”, enquanto o dizer “não” às drogas se converte em no desejo de que o “maconheiro” esteja morto, “no cemitério”. A régua da estética policial que se estica entre o policial que mata de forma legítima, o vigilante (Hirschfield; Simon, 2010), e aquele mais dócil do policiamento preventivo nas escolas ganha corpo comum na imagem do Leão Daren. Ele é entendido como representante das polícias e da luta contra as drogas, podendo ser interpretado e reproduzido por públicos simpatizantes como qualquer forma de atuação policial contra as drogas, incluindo a morte de usuários. Essa qualidade de dar vida ao núcleo das mensagens (o proibicionismo, o punitivismo e a

copaganda) por meio do objeto facilmente reproduzível seria pareada como uma evolução do aspecto toyético, em forma de *toyesis* (Bainbridge, 2017), isto é, a possibilidade de expansão orientada dos universos representacionais de uma determinada figura.

A *toyesis*, como aspecto de *marketing* de brinquedos, opera, por exemplo, no desenvolvimento de um boneco de um personagem astronauta de um desenho animado com o qual a criança pode brincar imaginando as histórias que viu na televisão, mas que também serve como “mocinho” genérico e “astronauta” genérico, possibilitando que a criança faça seu boneco enfrentar qualquer vilão ou possa viver qualquer aventura no espaço. A reprodutibilidade fácil em múltiplos meios de materialização e as bases sólidas pré-definidas são acionadas na construção e reiteração do Leão Daren, mas com propósitos de construção de imagem política – política de imagem (Belting, 2006) –, ao invés de venda de produto.

Como um exercício ensaístico proponho pensar essa régua da autorrepresentação que vai do policial comunitário do policiamento de proximidade e preventivo, como o Proerd e outros projetos de prevenção da PMSC, no lugar do *good cop*, o policial bonzinho das cenas de interrogatório, até o outro extremo dos policiais em atividades ostensivas, prendendo, trocando tiros e arriscando suas vidas, como nas representações do *Papa Mike SC*, no lugar de *bad cop*. Essa régua binária angaria uma vastidão de lugares intermediários, todos localizados no polo moral positivo discutido na seção anterior. Dentro dessa régua, a imagem divertida e chamativa do leão sorridente converge com a experiência pessoal de professores, alunos e familiares com o Proerd e com as polícias em geral.

Essa régua e como ela é utilizada como parte de um corpo estético único pelas agências de comunicação da PMSC aparece de forma explícita no vídeo “PMSC - Presentes e Protegendo #2” (2019), publicado em 10 de abril de 2019. Este vídeo não é da produção audiovisual do Proerd, mas sim uma propaganda que compila as múltiplas atuações da PMSC, com cenas do Proerd, de agentes em helicópteros, cursos de formação e até mesmo múltiplas cenas da *websérie Papa Mike SC*. Dentro da premissa “presentes e protegendo”, o Proerd (em suas imagens e discursos) aparece em meio às frases: “[...] vivemos o hoje e acreditamos no amanhã. Desde pequenos aprendemos o que é certo e o que é errado”, em relação ao trabalho com as crianças. A imagética proerdiana volta ao final do vídeo quando a logo da PMSC aparece sobre uma foto de perfil do Leão Daren, a qual serve também como thumbnail para o vídeo (**Figura 12**).

Figura 12 - Leão Daren como resumo de todos os trabalhos da PMSC “Presentes e protegendo”



Fonte: *thumbnail* extraída pela autora do vídeo “PMSC - Presentes e Protegendo #2” (2019).

No vídeo são 44 comentários, como elogios gerais, demonstrações de intenção de ingresso, reivindicações por melhores condições para a polícia (em oposição aos governos que não os valorizariam), elogios em outros idiomas e comentários sobre as tecnologias específicas utilizadas pela PMSC. Destaco um comentário que reforça a tese do argumento de minha dissertação: “Esta faltando videos de ação...Bora postar!”, indicando que os materiais de *marketing* corporativo direto não seriam o conteúdo desejado, ou talvez, que a representação da PMSC como essa mescla intermediária entre o *good cop* e o *bad cop* não é o interesse de uma parcela do público que deseja apenas a polícia de ação repressiva e ostensiva. Mesmo que um esforço de unificação da imagem policial positiva em uma figura facilmente reproduzível, parece que o Daren não é a vontade de imagem policial de todos, já que muitos desejam a prevalência do policial vigilante, aos moldes de narrativas como Tropa de Elite.

Argumento, porém, que o Leão Daren opera uma *fursona* (*persona furry*) institucional que incorpora em uma figura fantasiosa e genérica essa régua do *good cop* e *bad cop*, representando ora o seu instrutor do Proerd que você conhece pessoalmente e confia, ora qualquer agente da PMSC que você pode encontrar no seu cotidiano, ora uma abstração importada dos Estados Unidos de um policial ideal, uma imagem homogeneizada do agente do bem: um simulacro imperialista de polícia. Quando olho para a a versão antropomorfizada de Daren por meio de um indivíduo dentro de uma pelúcia de tamanho humano, não consigo

de deixar de pensar na comunidade *furry*, a qual une indivíduos que se vestem com enormes e caríssimas roupas e acessórios que emulam versões antropomorfizadas de animais fantasiosos, coloridos e cheios de personalidade. Ao ver o leãozinho dançando em um palco cheio de luzes coloridas, não consigo deixar de pensar que há uma performance particular no ato de incorporar esse agente sem rosto humano.

De acordo com o pesquisador de estudos de mídia estadunidense Ben Silverman (2020), a comunidade *furry* teve origem em meios *queer* e de fãs de ficção científica na década de 1970, em espaços nos quais essas pessoas construíam personalidades de animais antropomórficos que possibilita que eles experimentassem com gênero, sexualidade, traços de personalidade e expressões artísticas. Por meio de um estudo etnográfico, o pesquisador afirma que na atualidade o público *queer* e *furry* continua a construir comunidade e experimentações de identidade por meio de *fursonas*, mas agora tendo a internet como meio central, na qual as imagens dos animais humanóides existem em forma de roupas, acessórios, desenhos e outras representações gráficas, ao passo que ainda servem sua mesma função de experimentação e incorporação desses processos (Silverman, 2020).

O conceito de *furry* em si não é essencial ou ideal, mas a representação gráfica em formato de animal humanoide é uma descrição que dá conta dos animais de desenho da polícia e dos *fursuits* usados. Uma *fursona* convencional marca um processo de tornar-se *queer* e descobrir-se por meio de experimentações (*queer becoming*), resultando em um conglomerado imagético dos acúmulo estéticos da comunidade, das formas de pertencimento próprio para pessoas desviantes de gênero e sexualidade e, principalmente, dos valores e aspectos íntimos da própria pessoa que cria e gere a *fursona* sob o semblante de um rosto e corpo cartunesco que desatreia a *persona* da pessoa que a veste (**Prancha 17**). A *fursona* convencional – ou talvez *fursona* individual – opera como um personagem, alter ego, conglomerado de valores e imagens pessoais dentro da comunidade (Keane, 2025).

Prancha 17 - Exemplos de *furries* e *fursonas* convencionais





Fonte: fotografias de um evento *furry* sediado em Berlim, na Alemanha, veiculadas em Keane (2025).

Categorizo as representações acima como *fursonas* convencionais como forma de distingui-las do que chamo aqui de *fursonas* institucionais. A construção imagética dos mascotes da PMSC e sua performance por aqueles que vestem as enormes roupas são resultado não de uma criatividade e expressão individual dentro de uma comunidade e subcultura, mas sim são resultado do trabalho de uma equipe de design de instituições policiais que são performar de forma padronizada por uma série de atores que se vestem de Leão Daren nos EUA e por todo o Brasil. O alter ego e os valores transpostos nos seus semblantes, roupas e danças não são individuais, mas sim institucionais, servem para representar o Proerd, a polícia militar e todas as policiais. O que a *fursona*, ou mascote, institucional sugerem é uma representação gráfica amigável para públicos infantis da régua representacional da polícia, que ora serve para legitimar o policial vigilante que usa da força em excesso (Hirshfield; Simon, 2010), ora incorpora as práticas de policiamento preventivo de uma polícia que “não dá susto”.

Para além do Leão Daren, a PMSC e demais instituições vinculadas à SSP/SC empregam uma gama de versões humanoides de seus mascotes cartunescos – *fursonas* institucionais (**Figura 13**). A Rede Catarina de Proteção a Mulher possui a Catarina, mascote híbrido entre uma mulher branca de cabelos castanhos e uma flor com pétalas brancas ao

redor de sua cabeça; a Banda da PMSC possui o Som, um gato azul fardado; o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) possui Malu, Hunter e Ice, cachorros que vestem diferentes fardas representando atendimentos de emergência, resgates e combate a incêndios; o Programa Unidos pelo Meio Ambiente (Puma) da Polícia Militar Ambiental possui o mascote homônimo Puma, um felino bege; dentre outros.

Figura 13 - *Fursonas* institucionais da PMSC e da SSP/SC



Fonte: fotografia extraída das redes sociais da PMSC, no contexto de divulgação dos projetos “Estação Verão” e “Polícia Bilingue” de policiamento na alta temporada com turistas , Florianópolis/SC.

Um outro exemplo, ainda mais proeminente para o argumento da operação desses mascotes como *fursonas* institucionais que carregam consigo os valores das instituições de segurança, parte da Polícia Militar Rodoviária (PMRv). Mike, O Cão Patrulheiro, pastor alemão que os acompanha em diferentes atividades, incluindo as atividades desenvolvidas por eles com crianças em escolas para conscientização das leis de trânsito (**Prancha 18**). Os valores corporificados em Mike são explicitados em sua canção própria, a qual diz:

Mike o Cão Patrulheiro

Mike nosso Cão Policial

Rondando e pegando

Patrulhando as rodovias

Farejando criminosos

Sempre pronto a proteger

A missão de salvar vidas
E o crime combater
Fazem o nosso mascote
As estradas percorrer [...] (Canção do Mike em Lima, 2019, online)

Prancha 18 - Mike, o Cão Patrulheiro: fursona institucional da Polícia Militar Rodoviária (PMRv) de Santa Catarina



Fonte: fotografias feitas pela autora durante atividade de campo em *shopping* no município de Florianópolis/SC, em maio de 2025.

As múltiplas possibilidades de significação para o Leão Daren como *fursona* institucional aparecem no caso do vídeo “PMSC - Proerd em Todos os Lugares” (2018), publicado em 29 de outubro de 2018. Logo na descrição do vídeo trazem a estatística de que a cada sete catarinenses, um deles fez Proerd. O texto provoca: “Podem perguntar em seus grupos de amigos, familiares, na faculdade ou no trabalho” e eu o fiz. Aqui no laboratório em que trabalho e onde redigi grande parte deste texto, uma colega estagiária confirmou que fez Proerd (mesmo que em São Paulo) e em eventos acadêmicos muitas colegas indicaram que seus filhos atualmente fazem ou já fizeram Proerd. O questionamento que abre o vídeo e aparece na *thumbnail* “Você sabia?” parece ser uma forma de revelar para a população como o programa está enraizado em meio a população do estado (**Figura 14**).

Figura 14 - “Você sabia?”



Fonte: thumbnail extraída pela autora do vídeo “PMSC - Proerd em Todos os Lugares” (2018).

O título “Proerd em Todos os Lugares” traz consigo o fio condutor da peça, na qual vemos uma pessoa vestida no *fursuit* de Leão Daren em múltiplos lugares de Florianópolis executando atividades cotidianos (pegando ônibus, sendo frentista de posto de gasolina, operando máquinas, caminhando pelas ruas), o trabalho da PMSC (em blitz, em delegacia, utilizando farda) e o trabalho específico do Proerd (com as crianças). As cenas são narradas e acompanham uma música que remete ao gênero de fantasia infanto juvenil, como um filme de aventura da *Disney* ou da Sessão da Tarde¹⁹ (**Prancha 19**).

Prancha 19 - O Leão Daren em todo lugar: cidadão, policial e Proerd



¹⁹ Sessão de filmes exibida nacionalmente de segunda a sexta-feira, às tardes, pela emissora Rede Globo, desde 1974. Apesar de exibir uma gama enorme de filmes entre as classificações Livre (L) e 14 Anos (14), em muitos círculos sociais o nome “Sessão da Tarde” remete a filmes de aventura infanto-juvenil dos anos 1980 e 1990, com um tom de leveza, humor e fantasia também associados a filmografia de diretores como o estadunidense Steven Spielberg.





Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “PMSC - Proerd em Todos os Lugares” (2018).

Destaco das imagens como o Leão Daren aparece não apenas em uma analogia para como o Proerd tem criado raízes na comunidade catarinense, mas também no argumento político de que as forças policiais são parte essencial da manutenção da sociedade, mesmo que as pessoas não percebam. “[...] Mesmo quando você não percebia, estávamos lá cuidando de você no caminho de casa, no trabalho ou em nossos encontros em sala de aula” é o que afirma a premissa de “Proerd em todos os lugares” que se atrela ao trabalho de prevenção. Ainda na equiparação do Daren ao coletivo da polícia, reitero aqui o argumento da *fursona* institucional como uma forma de produzir uma imagem amigável para crianças de uma homogeneização da corporação que deixa de ser atrelada a indivíduos bons e passa a ser um conglomerado que, como um todo, é moral, física, intelectual e tecnologicamente superior. A corporificação das PMs na *fursona* do Leão Daren, todavia, ao se alinhar com os valores proerdianos em sua tentativa de representar as polícias como um todo, localiza-se (representacionalmente) em um campo simbólico intermediário entre o policial comum (ostensivo, repressivo, masculino) e o policial proerdiano (preventivo, cuidadoso, educacional).

Outro aspecto do Daren que não pode ser deixado de lado é sua criação atrelada ao *D.A.R.E.* nos EUA, como uma forma de encapsular uma imagem positiva das forças policiais do *LAPD* (Felker-Kantor, 2024). Argumento que, por conta da transposição dos valores e ideais de contra-contranarrativa do policial amigável oriunda de um esforço estadunidense conservador no contexto de nascimento do neoliberalismo, a amalga representacional presente na estética do Daren não seria uma tentativa de representação das forças policiais brasileiras e catarinenses especificamente, mas sim uma forma de híbrido entre simulação das imagens policiais do país norte-americano e dos valores neoliberais e proibicionistas de um país que

vivia menos de 20 anos desde o fim da segregação racial legal e representação parcial a partir de valores e estéticas próprias do estado de Santa Catarina – terreno fértil para a semente proerdiana, organismo apto para receber a vacina comportamental.

Olhemos para o primeiro aspecto deste híbrido: o simulacro imperialista. Ao apresentar como exemplo primordial para entender o estado das simulações e simulacros em uma perspectiva radical, Baudrillard (1991) recorre ao caso da Disneylândia nos Estados Unidos, a qual empacotaria com um laço mágico no topo os valores estadunidenses e uma versão ideal do país das oportunidades e liberdade. Ele escreve:

[...] O que atrai as multidões é sem dúvida muito mais o microcosmos social, o gozo *religioso*, miniaturizado da América real, dos seus constrangimentos e das suas alegrias. Estaciona-se no exterior, faz-se a bicha no interior, é-se totalmente abandonado à saída. A única fantasmagoria neste mundo imaginário é a da ternura e do calor inerente à multidão e a de um número suficiente e excessivo de *gadgets* próprios para manter o efeito multitudinário. O contraste com a solidão absoluta do parque de estacionamento [...] é total. (Baudrillard, 1991, p. 20, grifos do autor)

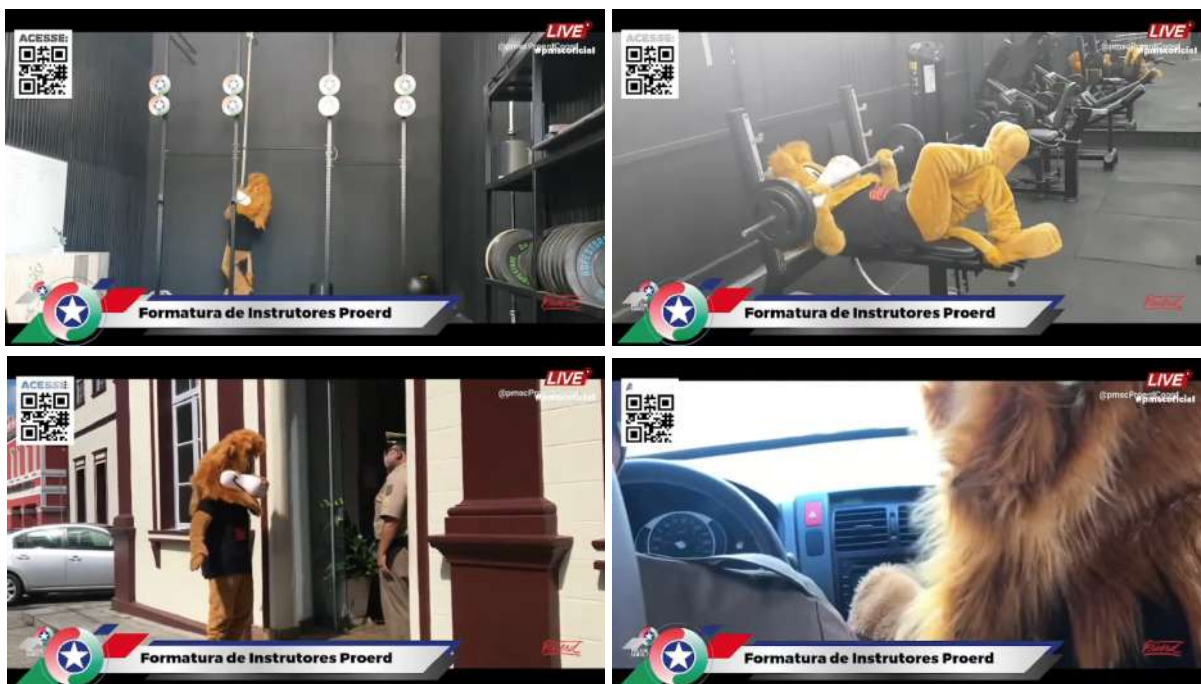
Ao direcionar essa reflexão para o espetáculo multifacetado do Leão Daren que invade a salas de aula e protagoniza festas de formatura grandiosas, podemos comparar o mundo monótono da rotina escolar, uma mesma professora que leciona todas as disciplinas, suas regras, estruturas e, muitas vezes – especialmente na rede pública – precariedades com o estacionamento da Disneylândia. Há um efeito envolvente em todas as pessoas envolvidas que cantam e dançam ao lado de policiais a Canção do Proerd em um microcosmos social miniaturizado da polícia como um todo, da PMSC como um todo e até mesmo dos policiais proerdianos. As representações e simulações do universo policial no contexto das peças comunicacionais do Proerd estão envoltas do espetáculo pessoalizado e caloroso desses *gadgets* – ou dispositivos – publicitárias como o canção, a dança, o *furry* animador, as pelúcias, os prêmios, a competição, a presença amigável do sujeito fardado e toda a quebra de rotina. Desta forma, o contexto narrativo (Maluf, 1999) da autorrepresentação policial proerdiana torna-se tão importante para a análise de seus efeitos como a própria narrativa.

A antecipação do efeito multitudinário fica em evidência no vídeo que é passado para as estudantes – e para os instrutores – nas cerimônias de formatura. Na *live* “Formatura do Curso de Instrutores PROERD” (2021), já no final da formatura, é exibido um vídeo do Leão Daren que estaria vindo para a cerimônia. Nesse vídeo, o leão treina em uma academia, até que ele recebe a mensagem de ir para a formatura, ao que o leva a correr para uma viatura da PMSC, colocar no rádio a Canção do Proerd e se dirigir a uma praça em um dia ensolarado

para brincar com crianças. Ele então pega uma bicicleta, pedala até uma outra viatura da PMSC, entra, atravessa a Ponte Hercílio Luz em Florianópolis/SC e se dirige ao heliponto da corporação. Ele embarca no helicóptero, manda beijos para a capital catarinense do céu e pousa. Em uma área de pouso à beira mar, ele embarca em uma terceira viatura. No momento do embarque a tela congela e uma animação do Daren aparece em tela, a qual diz: “Vamos lá galera, eu quero que vocês me respondam bem alto: hoje é dia de....?”, ao que um som de multidão grita “PROERD!!!” e o vídeo segue a deixa para continuar o refrão da canção “... lutando contra as drogas, ensinando a dizer NÃO!”

O vídeo, então, corta de volta para a *live*, na qual uma pessoa na *fursuit* de Leão Daren entra correndo na cerimônia ao som de aplausos do público. Todos dançam juntos, como em um *flashmob*, à canção do Proerd. Após a dança, a cerimônia é encerrada: “hoje foi dia de... PROERD!!!” (**Prancha 20**). O treino físico, as múltiplas tecnologias de transporte e o cuidado de engajar com crianças e outras pessoas em seu caminho encapsulam a superioridade e os esforços policiais pela sociedade. A festa que o Leão Daren traz parece encapsular a expectativa de uma realidade melhor a partir da atuação das forças policiais, o contraste entre uma realidade catarinense e o brilho cegante de um mascote que parece fazer demais. Esse é o efeito das simulações.

Prancha 20 - O efeito multitudinário da simulação no Leão Daren como espetáculo dos valores policiais





Fonte: capturas de tela feitas pela autora do vídeo “Formatura do Curso de Instrutores PROERD” (2021).

Enquanto todos dançam e os vocais eletrizantes repetem que “Proerd é o programa, Proerd é a solução”, uma mediação marcada pelo encantamento, uma mensagem política ainda é passada: solução para o quê? Já vimos nos capítulos anteriores que a mensagem está atrelada a uma luta de bem contra o mal baseada no proibicionismo e punitivismo, ideologias que levam a uma compreensão do tema das drogas, das violências e da segurança para uma lente indissociavelmente racista antinegra (Vargas, 2020; Wilderson III, 2021), pois faz parte do tecido complexo dos dilemas sociais do genocídio da população negra e do encarceramento em massa dessa mesma demografia.

Tomando, então, esse destino irremediável dos meios e mensagens do Proerd, chego a conclusão que a régua representacional – ou talvez simulacional – das forças policiais entre o *good cop* proerdiano e o *bad cop* do *Papa Mike SC* é na verdade uma forma geométrica tridimensional mais complexa, pois além da dimensão X que se expande do policiamento preventivo à repressão e uso da força letal, conta também com uma dimensão Y na qual há a base comum *copagandística* (o argumento de que a polícia é moral, física, intelectual e tecnologicamente superior ao restante da população e é imprescindível para o funcionamento do Estado-nação moderno) e de valores que a guiam, como o proibicionismo e o punitivismo. Por fim, há uma terceira dimensão Z que distancia a polícia como uma instituição moral e moralizante de seus agentes como indivíduos isolados, o que possibilita que toda e qualquer forma de comunicação social de uma instituição policial distancie sua legitimidade e autoridade de “casos isolados” envolvendo “maçãs podres”. É essa última dimensão que gera uma negabilidade plausível a toda e qualquer denúncia que envolva a ideia de “violência policial”.

E essa indissociabilidade da mensagem do “apenas diga não” de Reagan do papel das forças policiais no genocídio das populações e territórios racializados como negros no Brasil e nas Américas (Nascimento, 1978; Alves, 2011; 2019; 2020) é o aspecto imperialista que marca a figura do Leão Daren – como símbolo utilizado para falar de todo o Proerd. Ao compreender o imperialismo como etapa superior do capitalismo (Lênin, 2011), entendo que a expansão dos valores estadunidenses de polícia é melhor explicado como uma progressão cancerígena do capitalismo e de suas bases fundantes de exploração planetária e humana – sua qualidade petrossexorracial (Preciado, 2023).

Para discorrer sobre os emaranhados das formas de opressão contra populações não-brancas e o desenvolvimento do capitalismo em sua expansão imperialista, aciono a ideia

de capitalismo racial, como proposto pela filósofa brasileira Denise Ferreira da Silva (2019). Em seu livro “A dívida impagável”, Ferreira da Silva (2019) constrói uma proposição teórica oriunda do que ela descreve como “poética negra feminista” que visa o questionamento, desmantelamento e abandono dos pilares ontoepistemológicos da modernidade (separabilidade, determinabilidade e sequencialidade). Para preencher a lacuna deixada por outros autores da corrente da antinegitude, isto é, a falta de um debate sobre a economia política que edifica e possibilita a manutenção de uma economia libidinal e regimes de imagem antinegros – ou supremacistas brancos –, a autora crítica os argumentos marxianos e marxistas da acumulação primitiva e do cálculo do valor baseado no trabalho escravo.

Para a autora, o erro de Marx seria calcular a força de trabalho de pessoas escravizadas como parte dos meios de produção (tomando como dado o produto ideológico da objetificação de seres humanos), o que desencadeia em sua crítica ao conceito de acumulação primitiva (ver Federici, 2023), defendendo que a expropriação de terras de povos indígenas, a expropriação total da força de trabalho de negros escravizados e os regimes coloniais não são “pré-capitalistas”, mas sim o ponto de partida de uma economia capitalista. Essas formas de parasitagem históricas das classes dominantes no capitalismo teriam gerado o que a autora denomina como “dívida impagável”, uma condição social de pessoas não-brancas cujos antepassados foram explorados e expropriados de tal maneira que suas condições sócio-econômicas atuais se resumem a presença de uma dívida a qual não se pode pagar.

Essa posicionalidade sócio-econômica é vital para pensarmos os regimes estéticos que circunscrevem as realidades de pessoas racializadas como negras e não-brancas em geral, já que estereótipos ou imagens de controle contra essas populações (Collins, 2016; González, 2019; Klinkerfus; Mühlemberg, 2024), como do “monstro”, do “bandido”, do “homem negro estuprador”, da “mãe preta”, da “mulata”, da “doméstica” e do “drogado” ou “junkie” estão atrelados a posições dentro do sistema econômico, ocupando posições de classe trabalhadora subalternizada, mão-de-obra análoga à escravidão dentro do complexo prisional, trabalhadoras em posições generificadas como exercendo serviços “de mulher” e mão-de-obra excedente na informalidade e no desemprego.

Desta forma, recupero um argumento etnográfico que tenho desenvolvido para pensar os regimes estéticos e políticas de segurança e imagem de que o discurso e as formas de governo neoliberais – presentes aqui principalmente nas formas individualizantes de enquadrar o debate e as políticas de drogas e a desvinculação dessa problemática do debate de

saúde pública – não são suficientes para explicar os fenômenos em Santa Catarina – ou em qualquer lugar –, havendo necessidade levar em consideração aspectos culturais, políticos e históricos de cada território, como o desenvolvimento de um conservadorismo político e cultural próprio no estado, o qual também bebe do capitalismo racial a partir de suas dinâmicas próprias orientadas para a supremacia branca (Klinkerfus, 2025a).

No final da conversa com minha amiga que mora nos EUA, ao compararmos por mensagens a experiência de seus conhecidos com o *D.A.R.E.* naquele país, chegamos à seguinte conclusão: “PROERD É MALDIÇÃO DO REAGAN!!!!”. Das políticas de combate às drogas orientadas pelo proibicionismo e abstenção da era do moralismo de Ronald Reagan nos Estados Unidos nasceu o *D.A.R.E.*, que abriu as portas para uma replicação ao tom da guerra às drogas no Brasil em forma do Proerd, processo esse materializado na transposição simulacional do conservadorismo que ganhou solo pronto em Santa Catarina e forma no corpo peludo e amigável de um leãozinho. E junto deles, toda a uma bagagem racista e supremacista branca que segue a história do Estado-nação moderno e das instituições policiais como as conhecemos.

Capítulo 8

Tecnocopaganda e racismo: questões que ficam

Muitas são as operações da violência no mundo colonial, todas elas agindo na produção de mortes das pessoas colonizadas nos seus múltiplos sentidos. Esquecimento, apagamento da memória, humilhação, tortura física e psicológica, violação do direito à terra, desconfiança, cárcere, trabalho forçado, tapa da polícia no rosto de uma pessoa negra, o tiro do Estado na cabeça dos corpos-alvo (que não são os corpos alvos), deportação, desonra, indignidade e abertura contínua de feridas são algumas dessas operações [...]. (Carine, 2025, p. 82)

Sinto que não é possível fugir das discussões sobre raça, processos de racialização e racismo quando se discute segurança pública no Brasil – ou quando se é uma pessoa negra nessa função. Mesmo que não houvesse menção explícita alguma de cor, raça ou marcador racial nos materiais estudados, sabia que algumas questões ainda ficavam. A principal pulga atrás de minha orelha foi acordada durante uma apresentação de trabalho no XII Seminário Internacional do INCT-InEAC, na qual o professor Lenin Pires questionou onde estavam as questões raciais no meu trabalho que falava de polícia, dos Estados Unidos recém saído da segregação racial, do estado de Santa Catarina – a “Europa no Brasil” (Leite, 1991) – e do combate e da estigmatização do uso de drogas?

Essa pulga era estranhamente analógica, no formato de uma clipagem de reportagem do programa *Jornal do Almoço*, publicada no canal da PMSC sob o título “*Jornal do Almoço 05 12 13 Policia Militar*” (2013). A breve reportagem de apenas dois minutos é prefaciada com a seguinte descrição: “A manhã de hoje foi especial para 15 jovens da capital. Eles são os primeiros estudantes do Morro do Horácio a se formarem no Proerd. O programa alerta crianças e adolescentes para o perigo que as drogas e a violência podem trazer para a vida de todos nós. [...]”. Uma anomalia no campo. Como assim apenas 15 estudantes se formaram? Onde estavam as dezenas e, por vezes, centenas de crianças acompanhadas de seus pais frente a autoridades de toda a cidade e do estado com jogo de luzes, música alta e pelúcias em tamanho humano dançando? O que tornava aquela turma tão diferencial a ponto de receber uma cerimônia mais intimista e ganhar reportagem no telejornal de uma emissora?

Este vídeo é uma clipagem do programa *Jornal do Almoço*, da NSC, afiliada da Rede Globo no estado de Santa Catarina. O jornal é em formato de bancada com dois

apresentadores, que na ocasião eram ambos brancos. Eles introduzem a matéria curta sobre o Proerd com um texto que é basicamente a síntese apresentada na descrição do vídeo. A reportagem começa em um tom animado, como uma música de festa que se aproxima de algumas notas de jazz. Acompanhamos uma cerimônia em que crianças vão até uma mesa com um policial negro fardado e duas mulheres brancas que parecem ser parte da equipe escolar, pois não usam farda, e pegam um certificado. É uma adaptação da cerimônia de formatura para uma turma menor. O repórter que assina a matéria narra a história:

Depois de o Proerd ter conscientizado um milhão de crianças em todo o estado, chegou a vez da turma de 15 alunos moradores do Morro do Horácio se formar no programa que tem como missão principal ensinar essa galerinha a dizer não às drogas, à violência, ao bullying e a todos os males que envolvem o dia a dia.

Apenas depois de milhões de outras crianças, chegou a vez desses poucos alunos do Morro do Horácio, dos quais todos que aparecem em tela são negros. O que há de diferente no Morro do Horácio? Também conhecido ao longo de sua história como “Morro do Arrisca-a-Vida, Morro dos Presos e Morro dos Sentenciados”, a comunidade faz parte do Maciço do Morro da Cruz e se localiza acima da Penitenciária Estadual de Florianópolis, abrigando no decorrer dos anos familiares de presos que construíram suas vidas próximos de seus entes queridos em privação de liberdade (Fantin, 1997). De acordo com matéria jornalística dedicada a história do morro,

O lugar tem sua história ligada ao nome de Horácio Severino Mafra, pequeno comerciante que no começo do século XX ajudou na ocupação do espaço. Horácio acolhia familiares de presos e os próprios detentos que por ali se instalavam depois de cumprir pena na hoje Penitenciária Estadual de Florianópolis. (Bastos, 2024, online)

O termo “favela” é relativamente pouco empregado no debate público do município de Florianópolis, pois os moradores das regiões periféricas preferem o uso da expressão “morro”. Os morros da região metropolitana da capital, todavia, seguem um padrão de segregação espacial e divisão geográfica das desigualdades econômicas raciais e da violência comparável aos demais territórios racializados como negros no país (Maia, 2019; Medeiros, 2023; Klinkerfus, 2025a; Oliveira; Barbosa, 2025; Passos *et al.*, 2025). Para além das formas de estigmatização e concentração de desigualdades e violências que as regiões racializadas como negras sofrem (Alves, 2011; 2019; 2020), o Morro do Horácio também vive a peculiar caracterização de ser um território de “presos”, uma forma de estigmatização (Goffman, 2008) e marginalização (Douglas, 2014) que bebe da narrativa moral de “bandidos” como

maior polo negativo da sociedade, narrativa essa reiterada no trecho na ideia de que o Proerd ensina a lutar contra “todos os males que envolvem o dia a dia”.

A peculiaridade e diferenciação da formatura no Morro do Horácio das demais que acompanhamos no canal também é percebida pelo Tenente Coronel entrevistado para a reportagem, o qual relata:

Essa formatura tem mais valor que tudo que nós fizemos nos últimos anos em termos de ação ostensiva, em termos de repressão, de prisões, de apreensões porque a gente tá investindo no que tem de mais valioso que é o futuro da Comunidade. Se a gente começar a mudar a cabecinha por cabecinha, coração por coração, um dia vai ter que ser melhor.

Há um subtom de reiteração das comunidades do Maciço do Morro do Cruz como “territórios do crime”, trazido pela comparação direta com o trabalho ostensivo, de repressão e prisão, o qual parece ser atribuído ao contexto da realização desse curso do Proerd. Parece haver uma boa intenção, uma forma de transformar a maneira como as polícias ocupam o espaço dos morros na cidade, mas a forma como o caso aparece na reportagem e dentro do arquivo de vídeos do Proerd/SC apenas reforça o elemento de diferenciação. As crianças presentes na formatura são enquadradas como diferentes daquelas que ganham bicicletas, pelúcias e festa. Ao mesmo tempo, nada disso é explícito e as posições dos policiais e do jornalista não são expressas de forma discernível. Esse caso é a pulga racializada atrás da minha orelha.

O Morro do Horácio é um dos cenários descritos como “violentos” na cidade de Florianópolis/SC de acordo com a própria PMSC (Klinkerfus, 2025a). A matéria parece apresentar à polícia, por meio do Proerd, como um sinal de esperança para o futuro da região. Também lembro do comentário da filha do Cabo Polli, no outro caso de clipagem de jornal que apareceu em campo, a qual fala que o trabalho do pai é com “crianças de periferia”. Na matéria, a centralidade é menos a família e mais a comunidade e as próprias crianças, enquanto o papel do Proerd aparece como algo que vai além do combate às drogas. Ainda assim, a descrição do programa em relação ao mundo das drogas aparece como uma luta de “bem” contra o “mal”.

A matéria traz também entrevistas com um pai de aluno, que elogia o projeto, e com uma instrutora Proerd, uma policial branca, que afirma esperar que os estudantes coloquem em prática o que aprenderam. Em seguida conhecemos dois alunos da turma de formandos, uma menino e uma menina negros, que afirmam que o “Proerd funciona”. A matéria acaba

com uma breve aparição da solenidade de formatura das estudantes antes de cortar de volta para a bancada do Jornal do Almoço. O evento parece ser reduzido a um auditório da escola, um espaço pequeno com cadeiras escolares, durante o dia. Não é o espetáculo multitudinário da Canção do Proerd, com suas bandeiras, ilustrações e seu mascote, mas também parece indicar muito sobre o programa.

Durante a revisão bibliográfica feita para guiar os caminhos que a pesquisa e a escrita do texto iriam tomar, deparei-me com a obra do historiador estadunidense Max Felker-Kantor (2022; 2024a; 2024b) sobre o trabalho policial em Los Angeles, as formas como sua atuação reforçava desigualdades raciais, como seus projetos utilizam de ferramentas de propaganda política e sobre como o *D.A.R.E.* naquele país, como um projeto policial nacional, operado como educação sobre drogas sob a lógica de tolerância zero e servia de publicidade para as forças policiais, de forma que agia no ocultamento das violências racistas perpetuadas por agentes da segurança. Frente a tamanha contribuição para minha pesquisa, cheguei a pensar que nada mais haveria de ser escrito sobre o assunto, pois as reflexões de Felker-Kantor pareciam exaurir o debate. Foi aí que direcionei meu foco para a lupa etnográfica com a qual realizamos pesquisas na Antropologia e me dei conta que Santa Catarina, como um “laboratório” para estudos de segurança pública e como local de realização de meu campo ainda renderia muito pano para manga na discussão sobre proibicionismo e a presença de policiais nas escolas por meio do Proerd – esse filho imperialista do *D.A.R.E.*

Além das especificidades do campo, como o próprio caso da formatura no Morro do Horácio, outro diferencial é a leitura que busco trazer acerca das relações – históricas, sociais e imagéticas – entre racismos, populações racializadas, uso de substâncias químicas e forças policiais. Intelectuais negros, como Bárbara Carine (2025) em suas reflexões sobre as mazelas que afetam pessoas negras, em particular antecedência do debate racial em relação ao de gênero que a levaria a se atentar a vitimização de homens negros, Cornel West (1994) em sua condeção à degradação cultural e social que leva as populações negras ao alcoolismo e ao uso de drogas e Hamilton Borgês Walê (2020), que ao longo de toda sua trajetória tem traçado uma militância voltada a recusa das drogas como forma de resistência negra, tem apontado para as particulares formas como pessoas negras são afetadas pelo uso de “drogas” – desde substâncias mais estigmatizadas, como o crack, até os problemas causados pelo alcoolismo.

Paralelo ao uso de substâncias químicas e suas correlações com os sofrimentos social e mental, “drogas” como a maconha tem um histórico racializado que as vinculam aos

processos de hierarquização e desumanização do racismo. A maconha, o “fumo negro”, tem historicamente ocupado um ponto de encontro entre o proibicionismo, punitivismo e o racismo no Brasil (ver Saad, 2019). No contexto da “guerra às drogas”, a criminalização da maconha e construção simbólica dessa planta como inimiga social está atrelada ao genocídio e ao encarceramento em massa da população negra (Quadros, 2023 e Overbeck, 2023).

Pessoas bebem, fumam tabaco e maconha, usam diversas substâncias químicas ilegais para fim recreativo no estado de Santa Catarina, mas, como nos mostra o trabalho da cientista social brasileira Bruna Overbeck (2023) no contexto da capital Florianópolis, a relação do uso dessas substâncias com o antagonismo policial é diferente a depender dos territórios e de quem faz o uso. Para alguns, a “Ilha da Magia” é um território legalizado onde o uso de maconha em espaços públicos é permitido, mesmo com as políticas conservadoras que preveem multas para pessoas que portam drogas em público (Passamai, 2025), enquanto outros são mortos pela polícia sob acusação de “envolvimento com o tráfico”. O que o professor Lenin Pires demandou com sua provocação de “onde estão as questões raciais?” era o óbvio e o básico: falar sobre polícia e drogas, ao menos no Brasil, é falar sobre uma questão racial e de racismo.

O racismo nas forças na produção de imagens negativas, criminalização e patologização do uso de drogas existe em completo entrelaçamento com o argumento de Felker-Kantor (2022; 2024a; 2024b), com o qual concordo e que compreendo que os dados construídos em meu trabalho de campo corroboram, de que a produção de imagens positivas acríicas das forças policiais – *copaganda* – atrelada a uma política educativa sobre drogas que orienta a questão como um “problema de segurança pública” a ser lido com tolerância zero é uma forma de construção de legitimação para as formas racistas de funcionamento da polícia que vitimizam populações não-brancas no caso dos EUA – os “negros e latinos” do contexto urbano –, mas também em Santa Catarina, com ênfase nas populações negras e indígenas.

Considerarei, para esta escrita, trazer a tona as perspectivas dos estudos do afropessimismo e da antinegitude (Ferreira da Silva; 2019; Vargas, 2020; Wilderson III, 2021), especialmente por conta das particulares formas de oposição e vitimização de pessoas e territórios racializados como negros no contexto brasileiro e estadunidense e pelo próprio caso da formatura do Morro do Horácio, mas a história de genocídio, etnocídio e epistemicídio de populações indígenas no território catarinense nas mãos de migrantes

européus – como no massacre prolongado nas mãos de migrantes alemães (Klug, 2025) –, de políticos que construíram a imagem do estado como território branco – como na mudança da grafia do nome do município de Chapecó, para ocultar sua origem indígena (Quando..., 2016) – e do Estado que emprega seu braço armado para a contínua manutenção de populações brancas como aqueles “corpos que importam” em uma polícia higienista e imunológica (Preciado, 2023) que vitimiza essas populações indígenas – como no emblemático caso de violência policial contra o povo Xokleng com objetivo de expulsá-los de seu território para a gestão de enchentes na região do Vale do Itajaí, com objetivo de manter a tradicional festa “alemã” (germano-catarinense) da Oktoberfest no município de Blumenau (Mayer *et al.*, 2023).

Ao invés de antingridade, então, opto pelo termo mais amplo que é o “racismo”: ferramenta edificada na ideia social de raça (Munanga, 2003; Mullings, 2013) e que alicerça a ideologia da supremacia branca. A supremacia branca existe como força ideológica – nos imaginários – e força política – no movimento das estruturas sociais – e manifesta-se como algo onipresente de tal forma que estanca as possibilidades de pensar mundos para além da hierarquia racial, para além do racismo (Hartman, 2021). Dentro do regime estético – imagético, representacional, de imaginação, de percepção – que a hierarquia racial impõe, o universo simbólico do branco ocupa um lugar positivo, inclusive no âmbito dos debates de segurança e violência, com pessoas brancas sendo compreendidas como menos violentas e territórios brancos como lugares seguros (Alves, 2020; Klinkerfus, 2025a).

E é nessa intersecção entre produção de imagens de segurança e como questões raciais ocupam esse debate que gostaria de me aproximar da produção de imagens absolutamente positivas sobre as forças policiais. No contexto catarinense, as forças de segurança pública – mas também outros atores, como a Secretaria do Estado de Turismo (Setur/SC) e diversos políticos – vendem o estado como “O estado mais seguro do Brasil”. Esse lugar de excepcionalismo e venda propagandística das forças policiais não apenas no estado de Santa Catarina, mas como um molde no ocidente moderno de forma de se vender a polícia como parte vital da existência da vida em sociedade é o que tenho discutido como *copaganda*.

Frente ao Proerd, em sua trajetória de aplicação no território brasileiro e na forma particular que ganhou força no estado de Santa Catarina, questiona o emprego da categoria analítica de *copaganda*. O Proerd, como continuidade do *D.A.R.E.*, poderia ser compreendido simultaneamente como um produto do imperialismo estadunidense sobre o Brasil e o

resultado da venda *copagandística* de uma forma de fazer polícia dos EUA para o nosso país. Todavia, proponho acreditar ser propício nomear o modo de funcionamento do *D.A.R.E.* – suas apostilas, seus ensinamentos, seu mascote, seus slogans, suas posturas corporais e sua ética própria – como uma tecnologia, mais especificamente um tecnologia policial – como armas, viaturas, fardas, câmeras corporais e hinos. Em sua materialidade como tecnologia, o *D.A.R.E.* opera de tal forma que concentra todos os debates e esforços sobre uso de drogas, mesmo aqueles situados no seio familiar e nas instituições escolares, no eixo da segurança pública e dentro de uma lógica neoliberal (Andrade, 2019) de escolha individual.

Como tecnologia imperialista, voltada para o objetivo do proibicionismo, vendida e transposta para a realidade brasileira, o *D.A.R.E.* e, por consequência, o Proerd, parecem operar como um programa racista antinegro em sua concepção. São tecnologias de manutenção do status social das forças policiais e das dinâmicas raciais presentes nas formas proibicionistas de se tratar do tema das drogas sob o enquadramento da “guerra às drogas”. A produção de documentos policiais comunicacionais do Proerd estudada na construção deste trabalho revelou que, assim como outras frentes comunicacionais da PMSC, tais como seus websites institucionais, seu portal de notícia e seu reality show de ação, esses artefatos produzem propaganda política pró-polícia: *copaganda*. Todavia, ao passo que categorizamos a operacionalidade do Proerd que gera o policial proerdiano em sua formação e dissemina suas mensagens proibicionistas e individualistas na tomada de decisões sobre o uso de drogas e da violência para estudantes, escolas e famílias como uma tecnologia policial, estamos lidando não apenas com a propaganda de uma polícia abstrata, mas sim com a venda de tecnologias policiais: propaganda política pró-tecnologia policial, ou *tecnocopaganda*.

No ápice do caráter ensaístico deste capítulo que nos guia às considerações finais deste trabalho, apresento a categoria de *tecnocopaganda* em um duplo sentido que encapsula tanto a operação do Proerd como um programa, como as formas de produzir documentos comunicacionais propagandísticos. A *tecnocopaganda* pode tomar tanto o sentido de uma tecnologia de produção de propaganda política pró-polícia – como tecnologias ou ferramentas *copagandísticas* –, no caso das formações proerdianas que atualizam e dilatam as imagens positivas das forças policiais; quanto como propagandas políticas pró-tecnologias policiais específicas, como nos vídeos que promovem o Proerd ou qualquer outra forma de tecnologia produzida ou utilizada pelas polícias.

A segunda atribuição para a categoria é a que mais abre espaço para reflexões políticas e pesquisas futuras, pois implica em formas de vender transformações e adaptações do trabalho policial, ao invés de vender a manutenção de funcionamentos e percepções prévias das forças policiais. Esta categoria foi inicialmente proposta a partir de uma provocação do professor Vitor Richter em um grupo de trabalho no qual apresentei minha pesquisa prévia acerca das câmeras corporais utilizadas pela PMSC entre 2019 e 2024²⁰. Na ocasião, Richter questionou-me quais empresas produziam as câmeras, de onde partia a iniciativa para comprar os equipamentos, o cotidiano de uso das peças, dentre outros pontos que levaram o grupo a indagar: quais forças nos levam a crer que o trabalho policial necessita de novas câmeras, novas armas, exames de DNA, novas viaturas, diferentes tipos de programa de computador, dentre tantos outros investimentos propostos para a segurança pública.

Encarar – e enquadrar o Proerd – em um debate sobre *tecnocopaganda* é vincular a produção tecnológica das forças policiais ao sistema capitalista racial, às conexões e trocas entre Estado e mercado, sejam elas financeiras ou simbólicas; é questionar quem tem seus interesses atendidos com aquisições de tecnologias milionárias por parte do Estado e; é questionar se as forças de segurança são as mais adequadas quando o tema é o uso de drogas por parte da população. O que espero suscitar da proposição desta categoria são formas de imaginar caminhos para lidarmos com a temática das drogas para além de soluções policiais, é um trajeto possível – dentre tantos outros que hão de ser pensados – para lidarmos com as questões que ficam deste trabalho.

²⁰ O trabalho “Soluções fáceis, problemas difíceis: Reflexões sobre a política de câmeras corporais em Santa Catarina (2019-2024)” foi apresentado no Seminário Temático “Antropologia, Direitos Humanos e Ciências Forenses” da 10ª Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia: Práticas Germinantes, coordenado pelas professoras Desirée de Lemos Azevedo (UNIFESP), Flavia Medeiros (UFSC), Liliana Sanjurjo (UERJ). Na ocasião o trabalho foi debatido entre as professoras coordenadoras, o público presente e os pesquisadores Arthur Paiva Octaviano (UFSC), Ricardo Campello (UERJ) e Vitor Richter (Fiocruz), com quem compôs a mesa de apresentações na primeira sessão do simpósio temático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto Paul B. Preciado, como Susan Sontag, autores que têm feito parte de minha trajetória individual e da bibliografia deste trabalho, tem uma conexão forte com o trabalho da escritora britânica Virginia Woolf e dialogam com sua obra como fonte de suas contribuições filosóficas. Eu ainda não li Virginia Woolf, infelizmente. Mas gosto muito de como a leitura de sua obra floresceu reflexões dos autores sobre distintas formas de perceber. Preciado (2023) descreve o sentimento de perplexidade com a quantidade de cores que Woolf via nas ruas inglesas, com uma riqueza de detalhes que diferenciavam a paisagem, enquanto ele próprio só via cinza. Já Sontag (2025) traça uma análise profunda sobre como vemos imagens de guerra, em diálogo com o questionamento de Woolf sobre como não é possível falar em um “nós” absoluto em questionamentos como “o que nós sentimos ao vermos imagens da violência?”. Para a escritora britânica, mesmo o horror e a repulsa com imagens da guerra seriam distintos entre homens e mulheres de uma mesma classe – e, acrescentaria eu, grupo racial.

Ao descrever vídeos, principalmente aqueles que usam de recursos imersivos, como as câmeras subjetivas, tenho utilizado, por vezes, a primeira pessoa do plural: “nós”. Nós (as demais espectadores do vídeo e eu) vemos o vídeo – afinal, as imagens são as mesmas no meu computador e no seu celular, tablet ou qualquer aparelho, e eu propositalmente adicionei *links* nas referências de todos os vídeos descritos – e nós (os policiais nas filmagens e eu) vivemos a experiência de imersão da câmera em primeira pessoa. Mas, como Woolf e Sontag nos advertem, todo “nós” há de ser questionado. A experiência intersubjetiva de se ver um vídeo é diferente para cada pessoa, onde eu vejo o bege da farda que afoga minha visão no campo da análise da presença policial, outra espectadora pode passear com os olhos pelo vermelho da logo do Proerd ou pelo alaranjado dos pelos do Leão Daren. Mundos de cores e percepções sociais diferentes.

O que quero dizer com isso é que este trabalho possui lacunas, é parcial, subjetivo – como toda e qualquer escrita e pesquisa são – e traz consigo as formas específicas de ver o material sistematizado e analisado metodicamente que eu escolhi. Os caminhos etnográficos, os meios documentais, audiovisuais e digitais e o enquadramento sócio-antropológico quase que ensaístico colorem o hipotético “nós” que vê os vídeos e que reflete sobre o que seria uma estética do Proerd, partindo do campo de sua atuação no estado de Santa Catarina. Todavia,

enquanto essas autoras voltaram-se para as ditas “imagens da violência”, neste trabalho voltei-me para aquelas imagens, figuras, narrativas, representações, simulações e estética que buscam suscitar a impressão de “segurança”. Se muitas reflexões e análises podem originar do questionamento do que experienciamos “diante da dor dos outros”, como faz Sontag, defendendo que o mesmo possa ocorrer da experiência de estar diante da segurança dos outros.

Na primeira parte deste trabalho procurei construir vigas históricas, teóricas e metodológicas capazes de sustentar os argumentos apresentados na análise do material estudado presente na segunda parte. Os primeiros capítulos apresentaram elementos históricos na continuidade entre o *D.A.R.E.* nos EUA e Proerd no Brasil e em Santa Catarina, elementos teóricos a partir das contribuições de distintos autores sobre representação, simulação e estética, e elementos metodológicos a partir do desenho etnográfico que possibilitou a realização da pesquisa. Os últimos capítulos se propuseram a analisar os vídeos comunicacionais produzidos pela PMSC acerca do Proerd a partir de discussões acerca do *slogan* “escola, polícia, família”, do enquadramento moral da luta do bem contra o mal, do mascote do programa, o Leão Daren e da natureza dessas peças publicitárias como tecnologias políticas pró-polícia.

Ao ponderar sobre as conclusões e considerações finais de um trabalho sobre o Proerd, penso nos resultados que o programa obtém – ou pelo menos busca obter. Comecei esta escrita com uma cena da *websérie Papa Mike SC* (PAPA..., 2019), a qual acompanha a entrada de um policial proerdiano em uma escola. Ao final daquele vídeo, fica óbvio que a história está sendo contada já ao final de um ano de lições Proerd e que o objetivo da cena é mostrar a resposta das crianças aos ensinamentos. Já dentro da sala de aula, um segundo policial, talvez uma segunda câmera, agora mostram um agente ministrando a atividade em terceira pessoa. O policial sendo mostrado é o policial-câmera de outrora, carregando sua câmera no ombro direito. Ele prossegue com as dinâmicas em sala e continua sua fala:

Agora eu quero fazer o seguinte. Eu quero uma aluna que eu vou escolher... uau *fulana*, você já levantou a mão! Parabéns, *fulana*, você respeitou o combinado do Proerd. Então a *Gabi*, já que levantou a mão, pode levantar. E agora eu quero que você fale pro policial Carvalho o que que você acha do Proerd. (grifos meus, nome anonimizado)

Mais uma vez o reforço positivo parece exagerado em relação ao respeito das regras e normas da hierarquia no espaço escolar, com o ato de “levantar a mão” sendo exaltado. Toda a interação do policial é feita com uma voz exageradamente animada e com inflexões

propositais para se comunicar com as crianças, como no estereótipo de professora do jardim de infância que fala as palavras pela metade para que as crianças possam comple... TAR!

Voltamos para a perspectiva do policial-câmera que filma a estudante selecionada, uma menina negra trajada com o uniforme escolar. A pequena responde a pergunta classificando o programa como sendo: “ótimo”. O policial, então, pergunta: “e com o que você teve experiências no Proerd?”, ao que a menina responde: “eu tive uma experiência de não devemos usar drogas e nem a violência. E sempre quando nós vemos uma pessoa usando drogas, nós sempre temos que mudar de conversa ou a gente sair de perto.” Tendo terminado a resposta da estudante, o policial usa a fala para reiterar conteúdos que teriam sido previamente trabalhados com a turma: “uuuuu, isso daí são estratégias de...?”, ao que um estudante responde no fundo: “RESISTÊNCIA!” e o policial-câmera reitera: “resistência!”

Encaminhando-se para a conclusão de nosso tempo compartilhando a experiência em sala com os policiais proerdianos, vemos o policial em terceira pessoa fazer um coração com os dedos para a turma e dizer: “policial Carvalho ama vocês e até a próxima! Tchau, galera!” O vídeo acaba com uma caixa de texto conclusiva que apresenta o resumo daquele segmento de vídeo e daquela empreitada policial dentro do espaço escolar: “HOJE FOI DIA DE PROERD”. Ficamos com a impressão de que as crianças aprenderam a dizer “não”, que elas escolheram o caminho do “bem”.

Ao longo das páginas deste trabalho de conclusão de licenciatura procurei traçar um exercício analítico que toma um arranjo teórico-metodológico de etnografia documental, digital e audiovisual para produzir análises acerca da (auto)representação de uma instituição social. A partir da análise dos vídeos do Proerd no canal de *YouTube* da PMSC, foi possível compreender como a corporação (re)produz imagens do universo policial e do universo militar atreladas a superioridade moral, dever de desenvolvimento social e aptidão para o trabalho social com crianças e adolescentes estudantes, ao passo que reitera valores proibicionistas e punitivistas em relação ao uso de substâncias ilícitas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ABA - Associação Brasileira de Antropologia. Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). **ABA - Associação Brasileira de Antropologia**, 27 ago. 2024, online. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo, v. 22, p. 108-134, 2011.

ALVES, Jaime Amparo. “Esa paz blanca, esa paz de muerte”: peacetime, wartime, and black impossible chronos in postconflict colombia. **The Journal Of Latin American And Caribbean Anthropology**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 653-671, ago. 2019.

ALVES, Jaime Amparo. Biópolis, necrópolis, ‘blackpolis’: notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo. **Geopauta**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 5-33, 30 abr. 2020.

ALVES, Raiane de Alencar; NOVAES, Sueli Menelau de; MACEDO, Francisco Guilherme Lima. Departamentos policiais e redes sociais: uma interlocução entre pesquisas e práticas. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 19, n. 1, p. 67-88, 2024.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2023.

ARENDDT, Hannah. O que é autoridade. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 8ª Ed. 2016, p. 78-111. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7920085/mod_resource/content/1/Hannah%20Arendt%20-%20Entre%20o%20Passado%20e%20o%20Futuro%20%28livro%20completo%29.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

ASAD, Talal. Where are the margins of the state?. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the margins of the state: comparative ethnographies**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. Cap. 11. p. 279-288.

BAINBRIDGE, Jason. From Toyetic to Toyesis: The Cultural Value of Merchandising. In: HARRINGTON, S. (Ed.). **Entertainment Values: How do we Assess Entertainment and Why does it Matter?** Londres: Palgrave Entertainment Industries; Palgrave Macmillan, 2017, p. 23-39.

BARROS, Giovanna. “**Aulas presenciais, só com segurança sanitária!**”: Uma etnografia sobre regulamentações educacionais e vivências de professoras e professores durante a pandemia em Florianópolis/SC. 2023. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/247745/PASO0569-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 7ª ed., 2018, 112p.

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese character**: a photographic analysis. New York Academy of Sciences, 1942.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELTING, Hans. Imagem, mídia e corpo: uma nova abordagem à iconologia. **Ghrebh**: Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 32-60, jul. 2006.

BENTES, Anna. **Quase um tique**: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Editora Brasiliense, 8ª ed., 1986, 117p.

BONA, Dénètem Touam. **Sabedoria dos Cipós**: cosmopoética do refúgio. São Paulo: Ubu Editora, 2025

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 11º Ed, 2011, p. 39-65.

BRUNETTA, Antonio Alberto. **B. O. da educação**: a visão dos policiais militares sobre a autoridade e a educação. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2003.

BUCCI FIGUEIREDO, Ramon. **A polícia na escola: uma análise do processo de formação de instrutores educadores sociais do Proerd no estado do Rio de Janeiro**. 2017. 51 f. Monografia (Graduação) - Bacharelado em Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALZADO, Mercedes. **Inseguros**: El rol de los medios y la respuesta política frente a la violencia de Blumberg a hoy. Buenos Aires: Aguilar, 2015.

CALZADO, Mercedes; IRISARRI, Victoria. Antropología de los medios: entre los estudios de comunicación y los culturales. Pliegues, tensiones y desafíos. **Rev. Antropol.**, São Paulo, online, v. 65, n. 3, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/R9bmkYCMkDNshpXCJMDhtkf/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CAMARGO, Alexandre; MOTTA, Eugênia; MOURÃO, Victor Luiz. Números Emergentes: temporalidade, métrica e estética da pandemia de covid-19. **Mediações**, [s. l], v. 26, n. 2, p. 311-332, 2021.

CAPRIGLIONE, Laura. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. *In*: KUCINSKI, B. *et al.* **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 55-60.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l], v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CARINE, Bárbara. **E eu, não sou intelectual?**: Um quase manual de sobrevivência acadêmica. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura**: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

CARROLL, Noël. **A filosofia do horror ou os paradoxos do coração**. Campinas: Papirus, 1999. Tradução de Roberto Leal Ferreira.

CESARINO, Leticia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação Sul-Sul brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun. 2014.

CESARINO, Leticia. Antropologia digital não é etnografia: Explicação cibernética e transdisciplinaridade. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 304-315, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/39872>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CESARINO, Leticia; WALZ, Silvia; BALISTIERI, Tatiana. Etnografia da ou na internet? Desafios epistemológicos e éticos do método etnográfico na era da plataformização. *In*: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; COSTA, Vitor de Souza. **Metodologia e relações internacionais**: debates contemporâneos, Vol. IV. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2023, cap. 1, p. 17-46.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu editora, 2017.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da [https://dashboard.kiwify.com.br/courses\(org\)](https://dashboard.kiwify.com.br/courses(org)). **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. Marx e as guerras pelas drogas: anticolonialismo, antiimperialismo e antiproibicionismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 362-386, ago. 2022.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, n. 36, p. 7-32, 2005.

CUPANI, Alberto. **Sobre a ciência**: estudos de filosofia da ciência. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2018, 368p.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. Anthropology in the margins of the state: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the margins of the state**: comparative ethnographies. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. Cap. 1. p. 3-33. Disponível em: <https://seketmaaref.files.wordpress.com/2017/10/das-and-poole-the-state-and-its-margins-2004.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

DELFINO, Jennifer B. White Allies and the Semiotics of Wokeness: Raciolinguistic Chronotopes of White Virtue on Facebook. **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 31, n. 2, p. 238–257, 2021.

DEMENECH, Flaviana. DICKEL, Adriana. Cultura escolar e cultura da escola: produção e reprodução a partir dos fatores intraescolares. **Revista Professare**, Caçador, v. 5, n. 2, p. 21-42, 2016.

DEREN, Maya. Cinema: o uso criativo da realidade. **Devires**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 128-149, 2012.

DEVOS, Rafael Victorino; VEDANA, Viviane. Movimento, câmera, percepção: não necessariamente o filme etnográfico sensorial. In: DOMÍNGUEZ, Maria Eugenia; MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **Arte, som e etnografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021, p. 148-182.

DIAS, Diana; KLINKERFUS, J. P. “Sei quem eu sou, não sou os seus medos”: monstruosidade, categorias emocionais e autodeterminação em narrativas de mulheres trans e travestis. **Primeiros Estudos - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, p. 1-32, 2024.

DOMINGUES, Vítor Gregório. Educação e guerra às drogas: uma reflexão sobre o PROERD na escola. **Alabastro**: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 56-72, 2016.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DUARTE, Luiz Ricardo. **Projetos, corpos e mandatos**: um estudo sobre o mandato policial no curso de formação de soldados da Polícia Militar de Santa Catarina. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100491/310057.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

EFREM FILHO, Roberto. À queima-roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. **Anuário Antropológico**, [S.L.], n. 463, p. 30-48, 20 set. 2021.

EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Quando existe ‘violência policial’?: Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [s. l], v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7299>. Acesso em: 26 out. 2022.

EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Entre rotinas, temporalidades e moralidades: a construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos. *In*: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia (Org.). **Casos de repercussão**: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 15-42.

FANTIN, Maristela. **Construindo Cidadania e Dignidade**: experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio. Florianópolis : Insular, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2023.

FELKER-KANTOR, Max. DARE to Say No: Police and the Cultural Politics of Prevention in the War on Drugs. **Modern American History**, v. 5, n. 3, p. 1-25, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.

FERREIRA, Leticia; NADAI, Larissa. Introdução: Reflexões sobre burocracias e documentos. **CONFLUÊNCIAS. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**. v. 17, n. 3, p. 07-13, 2015.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. *In*: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 72ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREUND, Julien. A sociologia compreensiva. *In*: **Sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Cap. 3. p. 67-99.

GEERTZ, Clifford. **Negara: o Estado teatro no século XIX**. Lisboa: Memória e sociedade, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.

Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-256.

HARAWAY, Donna J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4945399/mod_resource/content/1/LIVRO%20Antropologia%20do%20Ciborgue.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

HARTMAN, Saidiya. O fim da supremacia branca. *In*: DUBOIS, W. E. B.; HARTMAN, Saidiya. **O cometa; O fim da supremacia branca**. São Paulo: Fósforo, 2021, p. 30-52.

HIRSCHFIELD, Paul J.; SIMON, Daniella. Legitimizing police violence: Newspaper narratives of deadly force. **Theoretical Criminology**, v. 14, n. 2, p. 155-182, 2010.

HUNT-STONE, Keenan. Truth or DARE? Rethinking school drug education in America. **Boston University Law Review**, v. 104, n. 5, p. 1479-1513, 2024. Disponível em: <https://www.bu.edu/bulawreview/files/2024/11/HUNT-STONE.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2025.

KLINKERFUS, J. P. A monstrosidade de tudo que é negro: a antinegitude do cinema de horror às páginas dos jornais. **Ensaios**, v. 18, p. 49-71, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/50197>. Acesso em 04 maio 2022.

KLINKERFUS, J. P. A família e a vida trans: contribuições sobre o parentesco no desenvolvimento socioeconômico de mulheres trans e travestis. **Revista Textos Graduados**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 118-134, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/41774>. Acesso em: 24 fev. 2022.

KLINKERFUS, J. P. Um lugar à mesa: Um estudo sobre segurança pública, direitos humanos, violência e gênero dentro da ALESC. *In*: DEL SARTO, Sabrina; VASCONCELOS, Viviane (Org.). **Entre precariedades e estratégias de (re)existências: imaginar é preciso**. Recife: Editora Seriguela, 2022b, p. 223-239.

KLINKERFUS, J. P. **"Injusta agressão" e outras formas de contar a morte**: uma etnografia do portal de notícias da Polícia Militar de Santa Catarina. Ouro Preto/MG: Caravana Grupo Editorial, 2024.

KLINKERFUS, J. P. **"Melhor que filme de ação"**: Uma etnografia do canal de *YouTube* da Polícia Militar de Santa Catarina. 2025. 297 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025a.

KLINKERFUS, J. P.; DURADE, V. "No Brasil, preto e pobre não tem muita chance na vida": uma análise das imagens da polícia e da criminalidade em Cidade de Deus (2002) e Tropa de Elite (2007). *In*: PESSOA, Cláudia F. Ferreira *et al.* (Org.). **Anais do II Simpósio Amazônico de Ciências Sociais**. Belém: PPGSA/IFCH, 2024, p. 451-454.

KLINKERFUS, J. P.; MÜHLEMBERG, Natália. Maternidade sobrenatural: imagens de controle de mulheres negras brasileiras no filme “As Boas Maneiras”. **Revista Alteridade**, v. 6, n. 2, p. 41-63, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/alteridade/article/view/7776>. Acesso em: 03 set. 2025.

KLUG, João. **O consulado alemão em Desterro/Florianópolis**: problemas, tensões e desafios: 200 anos da imigração alemã no Brasil. Florianópolis: Parâmetros Empreendimentos Culturais, 2025.

KUBRUSLY, Cláudio A. **O que é fotografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª ed., 1991.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 1, n. 42, p. 41-65, 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em

Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. **Textos e Debates**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5-42, 1991.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas/SP: Navegando Publicações, 2011.

LEPECKI, André. Coreopolítica e coreopolícia. **ILHA**, v. 13, n. 1, p. 41-60, 2012.

LIMA, Roberto Kant de. Direitos Civis, Estado de Direito e "cultura policial": a formação policial em questão. **Revista Campo Minado**, Niterói, n. 1, p. 95-113, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/48618/28501>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LISBOA, Danielle Florêncio. **“O nome é lição porque é uma lição de vida”**: moralidades e governamentalidade no PROERD Maranhão. 2025. 132 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA, 2025.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (Org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020, p. 17-52.

MAIA, Cauane Gabriel A. O morro feminino é negro: uma análise interseccional sobre vozes negras em Florianópolis-SC. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 16, p. 44-57, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1827>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativa e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, v. 5, n. 12, p. 69-82, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/jPnfWxZHCFxpVC6MvSDN4Fw/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÁXIMO, Maria Elisa. *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, A. Efendy et al. (eds.). **Epistemologia, investigação e formação científica em Comunicação**. Rio do Sul: Unidavi, 2012, p. 293-319.

MEDEIROS, Flavia. Policiais e Médicos nos hospitais: conflitos, disputas e seus efeitos. *In*: LIMA, Roberto Kant de, EILBAUM, Lucía ; PIRES, L. S. (Org.) **Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em Antropologia do Direito**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. v. I. 338 p.

MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto**: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016, 221p.

MEDEIROS, Flavia. **Linhas de investigação**: uma etnografia das técnicas e moralidades numa divisão de homicídios da polícia civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MEDEIROS, Flavia. A matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 29, n. 65, online, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Kqd5nVzvPMb4ZxgLJhBm3Gs/>. Acesso em: 08 ago 2023.

MEDEIROS, Flavia; BARROS, Giovanna; KLINKERFUS, J. P. Polícia nas escolas: reflexões iniciais sobre violência, armamento e o projeto "Escola Segura" em Santa Catarina. *In*: LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucía; COSTA, Antonio Claudio Ribeiro da (Org.). **Anais do Seminário Internacional do INCT-InEAC: Políticas Públicas em perspectiva – a desigualdade como estruturante**. Niterói: NEPEAC, 2023, p. 127-132.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. Six Principles for a Digital Anthropology. *In*: GEISMAR, H.; KNOX, H. (Ed.). **Digital Anthropology**, 2021, p. 21-43.

MILLER, Jussara. **Qual é o corpo que dança?** Dança e educação somática para adultos e crianças. São Paulo: Summus, 2012.

MIRANDA, Ana Paula. Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. **Revista Avá**, Posadas, n.7, jun. 2005, p. 128-146.

MIRANDA, Ana Paula. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. **Fórum Sociológico** [online], v. 25, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/886?lang=en>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 maio 2021.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016.

MOORE, Anjali. Abolish Copaganda!: An ACAB Analysis of Sisters and The Wicker Man and the Ramifications of Abolitionist Spectatorship. **Tapestries: Interwoven voices of local and global identities**, v. 11, n. 1, Artigo 5, p. 1 - 22, 2022. Disponível em: <https://digitalcommons.maclester.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1194&context=tapestries>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MULLINGS, Leith. Interrogando el racismo. Hacia una Antropología antirracista. **CS**, n. 12, p. 325-375, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica**, Niterói, v. 49, n. 2, p. 328-356, 2020. Quadrimestral. Tradução de: Mirian Alves e Wellington Santos. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427/Para%20cima%2C%20Antrop%C3%B3logos%3A%20perspectivas%20ganhas%20em%20estudar%20os%20de%20cima>. Acesso em: 27 out. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEMER, David. **Tecnologia do Oprimido: Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008.

OLIVEIRA, Cyntia Barbosa. **Afirmando identidades e construindo novas existências: uma análise sobre youtubers negras**. 2024. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

OLIVEIRA, Gabriele; BARBOSA, Rodrigo. **Segura para quem? Violência e letalidade policial nas periferias de Florianópolis**. Florianópolis: Desterro Jornalismo,, 2025, 32 p. Disponível em: <https://www.desterro.org/wp-content/uploads/2025/12/Relatorio-segura-para-quem.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2025.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 9, p. 6-22, 2011.

OVERBECK, Bruna. **Entre a graça e a desgraça: uma etnografia do uso e circulação de maconha na cidade de Florianópolis**. 2023. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

PARREIRAS, Carolina; PAVESI, Patrícia. Antropologia Digital e Imaginários Etnográficos: experimentações, dilemas e possibilidades. **Novos Debates**, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2024.

PASSOS, Anaís Medeiros. From counterinsurgency to law-and-order operations: an analysis of social civic actions implemented by the Brazilian Army. **Conflict, Security & Development**, Londres, v. 23, n. 2, p. 135–152, 2023.

PASSOS, Anaís *et al.* **Representações da violência policial**: rodas de conversa com comunidades e profissionais em Florianópolis. Florianópolis: IMDH - Instituto Memória e Direitos Humanos; UFSC; UDESC, 2025. Disponível em: <https://imdh.ufsc.br/wp-content/uploads/2025/07/imdh-2.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. *In: Três ensaios breves*. Brasília: UnB, Série Antropologia, v. 231, 1997, p. 17-29.

PINC, Tânia; PRÖGLHÖF, Patrícia Nogueira; BECSI, Caio Valiengo. Prevenção ao uso de drogas e imagem da polícia: qual é o propósito do Proerd? *In: PARESCHI, Ana Carolina Cambeses et al.* (Org.). **Coleção Pensando a Segurança Pública, Volume 7: Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016, p. 181-212.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**, v. 61, n. 1, p. 139-15, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sMLYrxVFFFrRNxNCtvcvpb8d/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2022.

PINHO, Osmundo. Etnografia e Emancipação: Desafios Antropológicos na Escola Pública. **Seminário Interno 1.2**, Cachoeira, 9 jun. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/26063846/Etnografia_e_Emancipa%C3%A7%C3%A3o_Desafios_Antropol%C3%B3gicos_na_Escola_P%C3%BAblica. Acesso em: 15 out. 2025.

PINNEY, Christopher. A história paralela da antropologia e da fotografia. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 29-52, 1996.

PINNEY, Christopher. Notas da superfície da imagem: fotografia, pós-colonialismo e modernismo vernacular. **Revista GIS – Gesto, Imagem e Som**. v. 2, n. 1, p. 313-334, 2017. Tradução de Janaína Sant’Ana de Andrade.

PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina. **Ato da Polícia Militar Nº. 608/PMSC/2019**. 2019.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PRECIADO, Paul. B. **Dysphoria mundi**: o som do mundo desmoronando. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

QUADROS, Nicolas Roberto. **Encarceramento em massa no Brasil e o livro didático**: uma análise da obra sociologia para jovens do século XXI edição 2018. 2023. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/245357/TCL%20-%20N%c3%adcolas%20Quadros.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2023.

RECHENBERG, Fernanda. Notas etnográficas sobre o retrato: repensando as práticas de documentação fotográfica em uma experiência de produção compartilhada das imagens. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 9-22, 2014.

RIAL, Carmen. Antropologia e Mídia: Breve Panorama das Teorias de Comunicação. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 74, p. 1-32, 2004.

ROCHA, Carla Pires Vieira *et al.* O presente remoto: etnografia de tela e outras metodologias de pesquisa e ensino do Núcleo de Antropologia Visual (NAVI/UFSC). In: RIAL, Carmen Silvia de Moraes; ECKERT, Cornelia; LANDA, Mariano Báez (Org.). **Pesquisa e ensino em antropologia audiovisual na América Latina**: experiências etnográficas nos tempos híbridos do presencial e do remoto. Brasília: ABA Publicações, 2023, p. 20-40. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/479027_00180294.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

RODRIGUES, Thiago. Introdução: “Drogas”: esse tema polêmico! In: **Drogas e Capitalismo**: uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, p. 13-21.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SAAD, Luísa. **“Fumo de negro”**: a criminalização da maconha no pós-abolição. Salvador: EDUFBA, 2019.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester; RIBEIRO, Rebeca de Moraes. Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do PROERD em Santa Catarina. **Revista Alcance**, v. 14, n. 2, p. 231-246, 2007.

SILVERMAN, Ben. **Fursonas: Furies, Community, and Identity Online**. 2020. 75 f. Dissertação (mestrado) - Master of Science in Comparative Media Studies, Massachusetts Institute of Technology, 2020.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

STRYKER, Susan. My words to Victor Frankenstein above the village Chamounix: performing transgender rage. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (Ed.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006, cap. 19, p. 244-256.

STUEVER, Jonathon Frederick. **Pillars of youth drug abuse prevention: parents, police, and project DARE (Drug Abuse Resistance Education)**. 2024. 90 f. Dissertação (mestrado) - Master of Arts in History, University of Wisconsin-Milwaukee, 2024.

TASCA, Jorge Eduardo. **Avaliação do processo de capacitação dos Policiais Militares Instrutores do Programa Educacional de Resistências às Drogas – PROERD, em Santa Catarina, por meio da MCDA-C**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TEIXEIRA PIRES, Larissa. **“Uma comissão de coragem”**: Etnografando intervenções e mediações da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero do Colégio de Aplicação UFSC (2022-2023). 2023. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **EM PAUTA**, v. 18, n. 45 p. 16-26, 2020.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S. R. R.; SOUZA E LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. C. (Org.). **Antropologia das Práticas de Poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2014, p. 43-70.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, v.15, n. 32, p. 157-170, 2009.

WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WILDERSON III, Frank B. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2021.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. *In*: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004, p. 23-32.

Sites, jornais e outras fontes escritas

BASTOS, Ângela. A história do homem que deu nome ao Morro do Horácio. **NSC Total**, 24 mar. 2024, online. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/a-historia-do-homem-que-deu-nome-ao-morro-do-horacio>. Acesso em: 23 dez. 2025.

CANÇÃO da PM. **Polícia Militar de Santa Catarina**, online. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/paginas/hinos-e-cancoes-1>. Acesso em: 18 set. 2025.

FELKER-KANTOR, Max. D.A.R.E. Is More Than Just Antidrug Education—It Is Police Propaganda. **Public Books**, 17 abr. 2024, online. Disponível em: <https://www.publicbooks.org/dare-is-more-than-just-anti-drug-education-it-is-police-propaganda/>. Acesso em: 21 out. 2025.

FERNANDES, Carol *et al.* Adolescente de 17 anos é morto pela PM em morro de Florianópolis e família contesta confronto. **G1**, 16 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/12/16/adolescente-morto-pm-morro-florianopolis-familia-contesta-video.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2025.

HISTÓRICO do PROERD: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD/RS. **Brigada Militar Rio Grande do Sul**, sem data, online. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/proerd>. Acesso em: 03 set. 2024.

HOJE o Proerd vai formar 109 jovens de Ipumirim. **Prefeitura de Ipumirim**, 07 nov. 2024. Disponível em: <https://ipumirim.sc.gov.br/hoje-o-proerd-vai-formar-109-jovens-de-ipumirim/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IDMJRACIAL. IDMJR Participa de audiência no STF sobre massacre na Penha e no Alemão. **IDMJRacial - Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial**, 06 nov. 2025. Disponível em: <https://dmjracial.com/2025/11/06/idmjr-participa-de-audiencia-no-stf-sobre-massacre-na-penha-e-no-alemao/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

KARAKATSANIS, Alec. Police Departments Spend Vast Sums Of Money Creating ‘Copaganda’. **Economic Hardship Reporting Project**, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://economichardship.org/2022/07/police-departments-spend-vast-sums-of-money-creating-copaganda/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

KEANE, CL. Furry Conventions: From Fursonas to Fursuits. **The Midnight Pumpkin Blog**, 19 fev. 2025. Disponível em:

<https://midnightpumpkinblog.com/2025/02/19/furry-conventions-from-fursonas-to-fursuits/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

KLINKERFUS, Jo P. Punição, repressão e enquadramento narrativo: reverberações da “Megaoperação Contenção” nos projetos de lei sobre segurança pública. **Religião e Poder**, 19 nov. 2025b. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/punicao-repressao-e-enquadramento-narrativo-reverberacoes-da-megaoperacao-contencao-nos-projetos-de-lei-sobre-seguranca-publica>. Acesso em: 28 de nov. 2025.

LIMA, Temporária Júlia Varella de. Mike, o Cão Patrulheiro, é apresentado pela PMRv. **PMSC Notícias**, 22 ago. 2019, online. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/mike-o-cao-patrolheiro-e-apresentado-pela-pmrv>. Acesso em: 22 dez. 2025.

MAKAM, Palika. Copaganda: What It Is and How to Recognize It. **Teen Vogue**, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.teenvogue.com/story/what-is-copaganda-explainer>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MAYER, Sofia *et al.* Policiais e indígenas entram em confronto após decisão do governo de fechar a maior barragem de SC. **G1**, 08 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/08/confronto-policia-indigenas-barragem-jose-boiteux-sc.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2025.

PASSAMAI, Marcelo. Santa Catarina aplica multa por porte e uso de drogas em espaços públicos. **Agência de Notícias SECOM**, 01 nov. 2025. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/santa-catarina-aplica-multa-por-porte-e-uso-de-drogas-em-espacos-publicos/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

PEREIRA, Cabo Emily. Estátua do mascote do Proerd é inaugurada no 8º Batalhão de Polícia Militar. **PMSC Notícias**, 18 jul. 2022, online. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/estatua-do-mascote-do-proerd-e-inaugurada-no-8-batalhao-de-policia-militar>. Acesso em: 22 set. 2025.

PROERD. **Polícia Militar de Santa Catarina**, sem ano, online. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/paginas/proerd>. Acesso em: 03 set. 2024.

QUANDO a capital do Oeste era Xaçepó. **UNOCHAPECÓ** - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, online, 15 jul. 2016. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/quando-a-capital-do-oeste-era-xapeco-2>. Acesso em: 23 jun. 2024.

RODRIGUES, 3º Sargento Natália Cardoso Cesário Topanotti. Programa Proerd forma primeira turma do curso Kids e Apae em Gravatal. **PMSC Notícias**, 29 maio 2024, online. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/programa-proerd-forma-primeira-turma-do-curso-kids-e-apae-em-gravatal>. Acesso em: 15 set. 2025.

ROSENBERG, Alyssa. How police censorship shaped Hollywood. **The Washington Post**, 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/sf/opinions/2016/10/24/how-police-censorship-shaped-hollywood/>. Acesso em: 18 out. 2022.

WALÊ, Hamilton Borges. Eu te proponho: Se livrar das coisas tóxicas e seguir lombrando o poder no sapatinho. **Teia dos Povos**, 21 out. 2020, online. Disponível em: <https://teiadospovos.org/eu-te-proponho-se-livrar-das-coisas-toxicas-e-seguir-lombrando-o-poder-no-sapatinho/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

Filmes, vídeos e videogames

CHARIOTS Of Fire. Direção de Hugh Hudson. Produção de David Puttnam; James Crawford. Reino Unido; Estados Unidos: Enigma Productions; Allied Stars; 20th Century Fox, 1981. (123 min.), son., color.

COLD Case [seriado]. Direção de Meredith Stiehm; Jerry Bruckheimer. Estados Unidos: CBS Media Ventures; Warner Bros. Television, 2003-2010. (156 episódios), son., color.

MADAGASCAR. Direção de Eric Darnell; Tom McGrath. Produção de Teresa Cheng; Mireille Soria. Estados Unidos: Pacific Data Images; DreamWorks Animation. 2005. (86 min.), son., color.

SALVE Jorge [novela]. Direção de Glória Perez; Marcos Schechtman. Brasil: TV Globo, 2012-2013. (179 capítulos), son., color.

SAW IV. Direção de Darren Lynn Bousman. Produção de Mark Burg; Oren Koules; Gregg Hoffman; Greg Copeland; Troy Begnaud. Estados Unidos: Twisted Pictures; Lionsgate, 2007. (93 min.), son., color.

SUPER Mario Bros. Japão: Nintendo, 1985.

THE Matrix. Direção de Lana Wachowski; Lilly Wachowski. Produção de Joel Silver; Richard Mirisch; Carol Hughes; Dan Cracchiolo. Estados Unidos: Village Roadshow Pictures; Groucho II Film Partnership; Silver Pictures; Warner Bros. Pictures, 1999. (136 min.), con., color.

THE Wizard of Oz. Direção de Victor Fleming. Produção de Mervyn LeRoy; Victor Fleming. Estados Unidos: Metro-Goldwyn-Mayer, 1939. (102 min.), son., color.

TROPA de Elite. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha; Marcos Prado. Brasil: Universal Pictures do Brasil; The Weinstein Company; Zazen Produções; Estúdios Mega; Quanta Centro de Produções Cinematográficas; Costa Films; Posto 9; Feijão Filmes, 2007. (115 min.), son., color.

Vídeos do canal PMSC Oficial

CABO POLLI 'Dedicação em Prol da Vida' Ric Record 25.07.2012. PMSC Oficial, 25 jul. 2012. (17 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-6evill-egk>. Acesso em: 16 dez. 2025.

FORMATURA do Curso de Instrutores PROERD. PMSC Oficial, 28 out. 2021. (77 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMJKDepypR8>. Acesso em: 24 set. 2025.

JORNAL do Almoço 05 12 13 Policia Militar. PMSC Oficial, 06 dez. 2013. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gwTm5B1Ubr8>. Acesso em: 23 dez. 2025.

NÚMEROS dos programas preventivos referentes a 2022. PMSC Oficial, 30 jan. 2023. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R8AaRu08YMs>. Acesso em: 17 dez. 2025.

PAPA MIKE SANTA CATARINA | 14º BATALHÃO | 5º BATALHÃO #07. PMSC Oficial, 18 abr. 2019. (25 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JkqXS05Zw4I>. Acesso em: 22 set. 2025.

PMSC - Canção do Proerd (Lyrics Video). PMSC Oficial, 11 ago. 2019. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4E0cJFD1yA>. Acesso em: 09 dez. 2025.

PMSC - Escolhas Proerd. PMSC Oficial, 18 mar. 2022. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1PDRpwFd-AU>. Acesso em : 23 set. 2025.

PMSC - Formatura interestadual do Proerd no 11º BPM Fron. PMSC Oficial, 30 jun. 2016. (4 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_1NaF8QaH-0. Acesso em: 21 out. 2025.

PMSC - Polícia não dá susto (PROERD). PMSC Oficial, 20 ago. 2019. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7JUOR0nfNC8>. Acesso em: 14 dez. 2025.

PMSC - Presentes e Protegendo #2. PMSC Oficial, 10 abr. 2019. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fKGetQefz84>. Acesso em: 21 dez. 2025.

PMSC - Proerd 20 Anos. PMSC Oficial, 16 mar. 2018. (4 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uFcWnyjLxzQ>. Acesso em: 09 dez. 2025.

PMSC - Proerd 21 Anos. PMSC Oficial, 15 mar. 2019. (1 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ceHT1PG8Wo>. Acesso em: 09 dez. 2025.

PMSC - Proerd em Todos os Lugares. PMSC Oficial, 29 out. 2018. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nVcFeBzxYtc>. Acesso em: 23 set. 2025.

PMSC - Proerd Lages. PMSC Oficial, 24 out. 2016. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSqwxS-VdQo>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PMSC - Video Institucional Proerd. PMSC Oficial, 15 out. 2019. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CdHcREW9Lxg>. Acesso em 09 dez. 2025.

PROERD - INSTITUCIONAL BRUSQUE 2016. PMSC Oficial, 18 out. 2016. (5 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1g2mmze240s>. Acesso em: 18 dez. 2025.